

CRISTINA YUKIE MIYAKI FUCHS

**INTERFERÊNCIAS FONOLÓGICAS NOS FALANTES
BILÍNGÜES DO PORTUGUÊS E DO JAPONÊS:
FATORES SOCIO E PSICOLINGÜÍSTICOS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Curso de Pós-Graduação em Lingüística da
Língua Portuguesa da Universidade Federal
do Paraná, sob a orientação da professora
doutora ELENA GODOY, como requisito
parcial à obtenção do grau de Mestre.

CURITIBA

1996

Ao esposo ***Denilson*** e
à filha ***Natália Yume***,

companheiros incansáveis em todas
as caminhadas.

AGRADECIMENTOS

- À professora ELENA GODOY pelo companheirismo e admirável trabalho de orientação;
- Aos colegas de estudo e trabalho pela amizade e cooperação;
- Ao CNPq pelo apoio financeiro;
- A todas as pessoas que direta ou indiretamente colaboraram para a realização deste trabalho: os familiares, os professores, os informantes ...

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	VI
LISTA DE GRÁFICOS.....	VII
RESUMO.....	VIII
INTRODUÇÃO	I
CAPÍTULO I - COMPREENDENDO A EMIGRAÇÃO JAPONESA.....	6
1.1 POR QUE A EMIGRAÇÃO?.....	6
1.2 AS ETAPAS DE ADAPTAÇÃO DOS IMIGRANTES JAPONESES NO BRASIL.....	12
1.3 O PROCESSO DE ADAPTAÇÃO E ACULTURAÇÃO DOS JAPONESES À SOCIEDADE BRASILEIRA.....	19
1.4 UM BREVE HISTÓRICO DA COLONIZAÇÃO JAPONESA NO PARANÁ	30
CAPÍTULO II - UMA SUCINTA APRESENTAÇÃO DA LÍNGUA JAPONESA E A COMPARAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS FONOLÓGICOS DAS LÍNGUAS PORTUGUESA E JAPONESA	36
2.1 UM ESBOÇO DELINEADOR DA LÍNGUA JAPONESA	36
2.1.1 O Japonês Padrão Moderno:	36
2.1.2 A Complexidade da Morfologia Japonesa e seus Reflexos na Escrita	38
2.1.3 A Fonologia	42
2.2 OS SISTEMAS FONOLÓGICOS DAS LÍNGUAS PORTUGUESA E JAPONESA.....	58
2.2.1 O Sistema Fonológico do Português:.....	58
2.2.1.1 Estrutura Silábica da Língua Portuguesa:.....	63
2.2.2 O Sistema Fonológico do Japonês:.....	66
2.2.2.1 Estrutura Silábica da Língua Japonesa:.....	69
CAPÍTULO III - O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA SEGUNDA LÍNGUA (ASL) - Alguns Fatores Socio e Psicolinguísticos que Podem Influenciá-lo.....	70
3.1 O PAPEL DA LÍNGUA MATERNA NA AQUISIÇÃO DA SEGUNDA LÍNGUA.....	70
3.2 TRANSFERÊNCIA FONÉTICO-FONOLÓGICA	79
3.3 SOBRE A INTERFERÊNCIA NA AQUISIÇÃO DE UMA SEGUNDA LÍNGUA.....	83
3.4 INTERLÍNGUA	91
3.5 OS FATORES PSICOLINGÜÍSTICOS - SUAS INFLUÊNCIAS SOBRE A AQUISIÇÃO DE UMA SEGUNDA LÍNGUA	97
3.5.1 INTELIGÊNCIA E APTIDÃO PARA A LÍNGUA.....	97
3.5.2 ATITUDES E MOTIVAÇÃO	100
3.5.3 PERSONALIDADE	104
3.5.4 OS FATORES PSICOLINGÜÍSTICOS EM NOSSO TRABALHO.....	106

3.6 OS FATORES CONDICIONADORES SOCIOLINGÜÍSTICOS - SUAS INFLUÊNCIAS SOBRE A AQUISIÇÃO DA SEGUNDA LÍNGUA.....	111
3.6.1 O Fator Sexo	115
3.6.2 O Fator Escolaridade.....	116
3.6.3 O Fator Idade.....	118
3.6.4 Os Fatores Fonológicos.....	119
 CAPÍTULO IV - METODOLOGIA DA ANÁLISE DAS VARIÁVEIS E RESULTADOS	121
4.1 Definição do Problema: Hipóteses e Variáveis	121
4.2. Procedimentos.....	122
4.2.1 Seleção da Amostra	122
4.2.2 Levantamento dos Fatores influenciadores da Variável Lingüística.....	126
4.2.3 O Programa VARBRUL e o Tratamento Estatístico dos Dados Lingüísticos Variáveis.....	127
4.2.4 Computação e Análise dos Dados dos Informantes Nipo-brasileiros.....	131
4.2.4.1 IDADE.....	135
4.2.4.2 SEXO.....	138
4.2.4.3 ESCOLARIDADE.....	138
4.2.4.4 GERAÇÃO	141
4.2.4.5 MOTIVAÇÃO	142
4.2.4.6 IDADE DO INFORMANTE NO PRIMEIRO CONTATO COM A L2	144
4.2.4.7 LOCAL DE MORADIA DO INFORMANTE.....	146
4.2.4.8 IDADE DO CONTATO DO INFORMANTE COM A L2	147
4.2.4.9 CONTEXTO ANTERIOR.....	149
4.2.4.10 CONTEXTO POSTERIOR.....	151
4.2.4.11 TONICIDADE DA SÍLABA	152
4.2.4.12 NASALIDADE	154
4.2.4.13 CONTEXTO POSTERIOR.....	154
4.2.4.14 OCORRÊNCIA DE / l / OU / r / EM OUTRAS SÍLABAS DA PALAVRA	156
4.2.5 ANÁLISE DO CORPUS DOS INFORMANTES DO JAPÃO.....	158
4.2.5.1 CONTEXTO ANTERIOR.....	158
4.2.5.2 CONTEXTO POSTERIOR.....	160
4.2.5.3 TONICIDADE DA SÍLABA	162
4.2.5.4 NASALIDADE DA VOGAL SEGUINTE.....	162
4.2.5.6 EXISTÊNCIA DOS FONEMAS / l / OU / r / EM OUTRAS SÍLABAS.....	163
4.2.6 RESULTADO DOS CRUZAMENTOS DOS GRUPOS DE FATORES	164
 CAPÍTULO V - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	179
 ANEXO 1	183
ANEXO 2	192
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	193

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Influência do Fator Idade	136
Tabela 2 - Influência do Fator Sexo	138
Tabela 3 - Influência do Fator Escolaridade	138
Tabela 4 - Influência do Fator Geração	141
Tabela 5 - Influência do Fator Motivação	143
Tabela 6 - Influência do Fator Primeiro Contato com a L2	144
Tabela 7 - Influência do Fator Moradia	146
Tabela 8 - Influência do Fator Idade do Contato do Informante com a L2	148
Tabela 9 - Influência do Contexto Anterior	150
Tabela 10 - Influência do Fator Contexto Posterior	151
Tabela 11 - Influência do Fator Tonicidade da Sílabas	153
Tabela 12 - Influência do Fator Nasalidade	154
Tabela 13 - Influência do Fator Contexto Posterior a // + /vogal/	155
Tabela 14 - Influência do Fator Ocorrência de // ou /r/ em Outras Sílabas da Palavra	156
Tabela 15 - Influência do Fator Contexto Anterior (Informantes Japoneses)	159
Tabela 16 - Influência do Fator Contexto Posterior (Informantes Japoneses)	160
Tabela 17 - Influência do Fator Tonicidade da Sílabas (Informantes Japoneses)	162
Tabela 18 - Influência do Fator Nasalidade da Vogal Seguinte (Informantes Japoneses)	162
Tabela 19 - Influência do Contexto Posterior a // + /vogal/ (Informantes Japoneses)	163
Tabela 20 - Influência do Fator Existência dos Fonemas // ou /r/ em Outras Sílabas da Palavra (Informantes Japoneses)	164
Tabela 21 - Cruzamento dos Fatores Idade X Geração	166
Tabela 22 - Cruzamento dos Fatores Sexo X Geração	167
Tabela 23 - Cruzamento dos Fatores Motivação X Geração	168
Tabela 24 - Cruzamento dos Fatores Idade do Primeiro Contato c/ a L2 X Geração	169
Tabela 25 - Cruzamento dos Fatores Motivação X Idade do Primeiro Contato c/ a L2	170
Tabela 26 - Cruzamento dos Fatores Motivação X Geração	172
Tabela 27 - Cruzamento dos Fatores Motivação X Sexo	173
Tabela 28 - Cruzamento dos Fatores Geração X Escolaridade	173
Tabela 29 - Cruzamento dos Fatores Idade e Escolaridade	175
Tabela 30 - Cruzamento dos Fatores Sexo e Escolaridade	176
Tabela 31 - Cruzamento dos Fatores Escolaridade X Idade do Primeiro Contato com a L2	177
Tabela 32 - Cruzamento dos Fatores Escolaridade X Motivação	178

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Peso Relativo da Idade.....	136
Gráfico 2 - Peso Relativo da Escolaridade	140
Gráfico 3 - Peso Relativo da Geração.....	142
Gráfico 4 - Peso Relativo da Motivação	143
Gráfico 5 - Peso Relativo do Primeiro Contato do Aprendiz com a L2	145
Gráfico 6 - Peso Relativo da Moradia	146
Gráfico 7 - Peso Relativo do Contexto Anterior	150
Gráfico 8 - Peso Relativo do Contexto Posterior	152
Gráfico 9 - Peso Relativo da Tonicidade da Sílabas.....	153
Gráfico 10 - Peso Relativo do Contexto Posterior a /l/ + /vogal/	155
Gráfico 11 - Peso Relativo da Ocorrência de /l/ ou /r/ em Outras Sílabas da Palavra	157
Gráfico 12 - Percentual do Contexto Anterior (Informantes Japoneses).....	159
Gráfico 13 - Percentual do Contexto Posterior (Informantes Japoneses).....	161
Gráfico 14 - Percentual do Contexto Posterior a /l/ + /vogal/ (Informantes Japoneses)	164

RESUMO

O presente trabalho é um estudo a respeito das interferências fonêmicas da língua japonesa sobre a portuguesa, na fala de informantes nipo-brasileiros de algumas regiões do Paraná (região norte e nordeste) e de japoneses da cidade de Tóquio, estudantes da língua portuguesa como segunda língua.

Decidimos realizar este estudo porque o freqüente contato com japoneses e seus descendentes, que eram amigos, parentes, conhecidos do trabalho e das associações culturais japonesas, despertou um sentimento de curiosidade com relação à fala do português realizada por estas pessoas.

A metodologia adotada foi a de observação direta e de gravações da fala dos informantes, optando-se pela análise de dados quantitativa. Os informantes, todos bilíngües, adquiriram o japonês como primeira língua e o português como segunda (L2).

A fim de estender os resultados das análises labovianas, pelas quais a idade, o sexo e a escolaridade eram relevantes para explicar a interferência, realizamos uma análise destes três fatores ou variáveis, acrescentando outros que consideramos importantes.

Nossa análise adicionou a estes fatores sociolingüísticos de LABOV (1972) os seguintes fatores lingüísticos e extralingüísticos: a necessidade e a motivação do aprendiz, a geração, a idade em que ocorreu o primeiro contato com a língua portuguesa, o contexto lingüístico anterior e o posterior à sílaba { l + vogal } da palavra e a ocorrência do fonema // ou /r/ em outras sílabas da mesma palavra.

A pesquisa demonstrou que os informantes estão ligados por interesses étnicos e culturais. Apesar de não pertencerem à mesma rede social, ou seja,

ainda que muitos informantes não se conheçam, os costumes e os hábitos típicos da colônia japonesa representam um forte aspecto de vínculo.

Os níveis de interferência variaram muito conforme a motivação apresentada pelo falante. Os informantes que sentiram maior necessidade de aprenderem a língua portuguesa, por variados motivos que tenham existido, automaticamente apresentaram uma grande motivação e bons resultados na aquisição da segunda língua. Na fala destes informantes, notamos um menor nível de interferência e maior desembaraço ao comunicarem-se em português.

Os fatores lingüísticos também demonstraram que alguns contextos específicos facilitam a ocorrência de trocas entre os fonemas /l/ e /r/ mais do que outros. Estes casos serão vistos em detalhe posteriormente.

Este é um trabalho interdisciplinar que apresenta aspectos sócio-culturais e antropológicos, na medida que relata a imigração do povo japonês e as fases de adaptação deste povo oriental com costumes tão distintos dos do povo brasileiro; além dos aspectos socio e psicolingüísticos, representados pelos fatores que influenciam a maior ou menor manutenção da interferência fonética da fala dos nipo-brasileiros entrevistados.

INTRODUÇÃO

A colônia japonesa, no Brasil, apresenta suas maiores concentrações populacionais nos estados de São Paulo e Paraná. No Paraná, observamos a presença marcante dos japoneses e seus descendentes nas cidades da região norte, como em Londrina e Maringá.

Na convivência diária com descendentes de japoneses, parentes, vizinhos e amigos, observamos, com curiosidade, a fala coloquial, do dia-a-dia, apresentada pelos mesmos. Notamos que alguns destes conhecidos realizavam trocas entre fonemas no momento da conversação habitual e consideramos este fenômeno bastante interessante.

O curso de Letras abriu-nos horizontes em relação a vários aspectos lingüísticos e, desta forma, iniciamos uma observação mais atenta das trocas fonéticas realizadas pelos conhecidos nipo-brasileiros. As trocas realizadas normalmente ocorriam entre os fonemas /l/ e /r/, como é o caso da palavra *laranja*, que era pronunciada como [ɾ a 'ɾ a^h ʒ ɐ]. Substituições entre outros fonemas também ocorriam, como era o caso dos fonemas /b/ e /v/, ou seja, [a'biõ^h] para *avião*. Estas são apenas algumas das variações observadas, no entanto, outras existiam.

O sotaque apresentado na fala dos japoneses e alguns descendentes é bastante marcado, pois muitas características lingüísticas existentes na língua portuguesa não existem na japonesa e vice-versa, fatores que podem determinar a interferência de alguns elementos de uma língua sobre a outra. Estas marcas podem ser representadas pelo acento, o tom, a abertura na

articulação das vogais, enfim, são vários os fatores que determinam a presença do sotaque na comunicação em uma língua estrangeira.

Optamos pelo trabalho com os fonemas /l/ e /r/ por sentirmos que esta é uma troca realizada muito freqüentemente entre japoneses e descendentes ao se comunicarem em língua portuguesa.

Sabemos que esta troca já é bem conhecida pela comunidade que convive com integrantes da colônia japonesa, no entanto, não encontramos, até o momento, trabalhos que tratassem mais profundamente do assunto.

O curso de Mestrado apresentou várias disciplinas, entre elas, a Socio e a Psicolingüística. Estes dois ramos da Lingüística mostraram-nos novas formas de abordagem e visualização da aquisição de uma segunda língua. A partir da bibliografia discutida nestas áreas, passamos a escolher, com maior precisão, as variáveis que norteariam esta dissertação.

É importante acrescentar que, no decorrer das pesquisas, o nosso trabalho adquiriu o caráter interdisciplinar para que pudéssemos compreender melhor o fenômeno das trocas entre fonemas realizadas pelos nipo-brasileiros das diferentes gerações, moradores no Brasil e alguns estudantes universitários japoneses residentes em Tóquio.

Além das várias áreas da Lingüística, como a Fonética, a Fonologia, a Psico e a Sociolingüística, necessitamos de conceitos da Antropologia para compreendermos melhor o imigrante japonês e seus descendentes em sua totalidade, ou seja, de forma holística.

Acreditamos que a compreensão do falante como um ser social, participante da cultura e dos hábitos da sociedade em que vive e da qual é parte integrante é essencial para o entendimento de suas realizações na fala e em outras formas de manifestação.

A cultura milenar japonesa importou e desenvolveu vários aspectos da tradição cultural chinesa. Entre eles encontra-se a escrita dos caracteres chineses que foi adaptada à língua japonesa. Os primeiros documentos escritos da língua japonesa datam do século VIII e estão escritos em caracteres chineses.

Observamos que a cultura japonesa dedica uma atenção especial à escrita, pois os ideogramas, pelo seu valor estético e por serem representações de palavras, significam muito mais do que as letras, que representam sons. O ideograma é uma espécie de desenho e as suas formas, a quantidade de traços existentes, a ordem e a maneira correta de grafá-los são particularidades muito valorizadas pelos estudiosos da língua japonesa. Esta supervalorização da escrita por parte da cultura japonesa tornou difícil o desenvolvimento da própria Lingüística no Japão, ou seja, em muitos estudos lingüísticos sérios pudemos observar a íntima ligação entre o morfema e o ideograma e certa dificuldade, por parte dos lingüistas, em separar os estudos da escrita dos estudos morfológicos e até dos fonológicos.

Desde o surgimento dos primeiros estudos sobre a língua no Japão, no final do século XVIII, houve dificuldade por parte dos lingüistas japoneses, principalmente dos foneticistas, em separar as noções de sílaba japonesa e fonema. Acreditamos que a noção da constituição silábica da língua, já tão enraizada, dificulte o estabelecimento de certas distinções. Percebemos isto, a partir do levantamento bibliográfico da fonologia japonesa, realizado na Universidade de Sophia (Tóquio), quando verificamos a dificuldade de encontrar um levantamento específico dos fonemas japoneses e suas variantes.

Selecionamos diversos autores (LOBO s.n.t., ONO 1973, PEREIRA 1976, SAITO 1987, SHIBATANI 1989, SEZAKI 1980, VANCE 1987, DOI 1983) e, a partir de suas apresentações da fonologia japonesa, realizamos um

levantamento de fonemas da língua japonesa que é demonstrado neste trabalho.

No decorrer desta dissertação, apresentamos detalhadamente a metodologia de trabalho utilizada e as demais informações relevantes sobre o corpus coletado e a participação dos informantes.

Dividimos o trabalho em quatro capítulos. No primeiro, apresentamos um ensaio antropológico sobre a presença dos japoneses no Brasil. Começamos abordando os motivos que levaram os japoneses a emigrarem de seu país e escolherem o Brasil como país receptor. Relatamos as etapas de adaptação dos imigrantes nas terras brasileiras e, em seguida, apresentamos um breve histórico da colonização japonesa no Paraná.

Desenvolvemos, no segundo capítulo, um delineamento da língua japonesa, enfatizando os aspectos lingüísticos para este trabalho. Descrevemos, de maneira sucinta, a morfologia, a fonologia e a fonética da língua japonesa. A seguir, apresentamos os sistemas fonológicos das línguas japonesa e portuguesa. No final do trabalho, em anexo, apresentamos os principais aspectos da escrita da língua japonesa, culturalmente tão valorizada.

No terceiro capítulo, definimos os conceitos norteadores das pesquisas e do desenvolvimento das idéias apresentadas aqui. Buscamos a comprovação de que além dos fatores idade, sexo e escolaridade (cuja relevância já foi demonstrada em trabalhos de LABOV (1972)), outros são importantes na manutenção ou não da interferência existente entre os fonemas /l/ e /r/, tais como a necessidade, a motivação, o período de convivência com a língua portuguesa, a idade em que ocorreu o primeiro contato com a L2 (segunda língua adquirida), os fatores lingüísticos como o contexto anterior e o posterior, entre outros fatores. Demonstramos a importância destes fatores no processo de aprendizagem da segunda língua.

No quarto capítulo, realizamos a análise dos dados coletados, estabelecendo a correlação e o cruzamento dos mesmos.

Concluindo o capítulo, discorremos sobre a importância dos fatores socio e psicolinguísticos apresentados para explicar a manutenção da interferência da língua japonesa na fala do português.

Finalmente, no quinto capítulo, apresentamos as considerações finais.

CAPÍTULO I - COMPREENDENDO A EMIGRAÇÃO JAPONESA

- Um Ensaio Antropológico sobre a Presença Nipônica entre Nós Brasileiros

1.1 POR QUE A EMIGRAÇÃO?

Introduziremos alguns aspectos históricos da situação dos japoneses e de seu país, o Japão, a partir do final do século XIX, a fim de que se possa compreender melhor o contexto da emigração nipônica em direção ao Brasil. Para tanto, contamos com a contribuição de NOGUEIRA (1983), que relata a história da imigração japonesa no Brasil.

Primeiramente, situamos o arquipélago japonês que encontra-se na costa oriental do continente asiático e constitui-se de quatro ilhas maiores denominadas Hokkaido, Honshu, Shikoku e Kyushu.

O Japão conta com 369.662 km², no entanto, apenas um dezesseis avos do seu solo é apropriado para o cultivo. Hokkaido é uma das ilhas que possui maior extensão de terras produtivas. Como o país possui terrenos muito montanhosos e também zonas vulcânicas, a maior parte de suas terras torna-se inaproveitável para a produção agrícola.

O clima deste arquipélago é sub-ártico, na região norte; e ao sul, é tipicamente tropical. No entanto, a maior parte do Japão possui um clima temperado.

Com relação à economia, os povos asiáticos sempre se caracterizaram por sua independência e conservadorismo, assim, eles eram praticamente auto-suficientes. A produção interna do país, acrescida de algumas importações dos países vizinhos, era suficiente para suprir as necessidades do povo japonês. Os japoneses viviam em pequenas colônias e a sua produção, tanto agrícola

quanto manufatureira, era suficiente para prover os habitantes da própria colônia. Com exceção da cidade de Sakai, uma cidade comercial, as demais cidades japonesas não apresentavam estruturas comerciais como as cidades da Europa, na mesma época.

No século XII, a capital japonesa era a cidade de Kyoto, onde viviam o Imperador e toda a família imperial. O seu poder, no entanto, estava constantemente sendo disputado pelos clãs militares. Gradativamente, este poder foi descentralizado e o clã dos Minamoto (sobrenome da família) pôs fim ao poder do imperador. Este triunfo marcou o início de sete séculos de governo feudal, sob o comando dos shoguns ou governadores militares.

No século XVI, o grande número de feudos propiciava a permanência de constantes lutas pelo poder, o que ocasionou a guerra civil japonesa.

Em 1603, o feudo de Ieyasu Tokugawa conseguiu impor-se sobre os demais e ele tornou-se o primeiro shogun (general japonês) da Casa de Tokugawa. Pelo período de dois séculos e meio, o Japão apresentou duplo governo: o do shogun e o do imperador. Este período foi caracterizado por uma paz aparente, obtida através da força armada, juntamente com uma administração centralizada. Sob o comando do shogun Tokugawa, os portos japoneses foram fechados para estrangeiros. O seu objetivo era preservar a estrutura social e política do país. A única exceção foi aberta a alguns holandeses, confinados na ilha de Nagasaki.

Desde os fins do século XVIII, várias tentativas estrangeiras visando à abertura dos portos foram realizadas, no entanto, sem sucesso. Observamos que o governo japonês até esta época procurou preservar a autonomia e a segurança de sua nação contra influências e possíveis invasões dos costumes e do mercado estrangeiro.

No entanto, em 1854, foi assinado o tratado de Kanagawa com os Estados Unidos e, depois, com a Inglaterra, a Rússia, a Holanda e a França. Este era um tratado de paz e amizade que, posteriormente, tornou-se um tratado de comércio com os países citados. Assim, depois de duzentos e vinte anos, as portas ao comércio exterior foram abertas e o porto de Yokohama tornou-se o mais movimentado.

Após dez anos bastante conturbados com confusões e disputas pelo poder, o governo Tokugawa foi deposto e, em 1867, Meiji, imperador desta nova era do governo japonês, estabeleceu as diretrizes da política modificadora do país. Assim, treze anos após a abertura dos portos japoneses, a Revolução Meiji estabeleceu a passagem do Feudalismo para o Estado Moderno. Seus objetivos principais eram: a união de todas as classes, de alto a baixo, para se promover uma estratégia política ativa, a realização das aspirações do governo, dos militares e do povo, a abertura para o mundo e a aceitação dos estrangeiros em território japonês, o fortalecimento do regime imperial, além da ânsia de aprendizado dos costumes, da cultura e da tecnologia das demais nações. De maneira geral, o governo japonês abandonou a política isolacionista dos shoguns e reafirmou as relações com as potências ocidentais.

Desta forma, a economia japonesa que, anteriormente, era basicamente agrícola, passou a ser também industrial. Esta abertura para o comércio trouxe alterações que atingiram tanto os proprietários de terra quanto os camponeses. A economia monetária oprimiu os proprietários que, por sua vez, passaram a cobrar pesados tributos dos camponeses. Estes foram obrigados a hipotecar ou vender parte de suas terras, que se tornaram cada vez menores. Os artigos manufaturados não puderam competir com aqueles produzidos em grande escala e os camponeses começaram a ficar sem grandes perspectivas para o futuro.

No período Tokugawa, tanto a emigração quanto a mudança de profissão não eram permitidas e, assim, a sobrevivência tornou-se difícil no campo. O êxodo rural foi uma consequência previsível que naturalmente se concretizou. Os lavradores e camponeses, principalmente os não primogênitos, os jovens e os solteiros partiram para os centros urbanos em busca de trabalho.

Houve a reforma tributária, em 1873, durante o governo Meiji, que reformulou a lei dos impostos, antes pagos em espécie, que passariam a ser pagos em dinheiro e, com isso, entre 1883 e 1890, trezentos e sessenta e sete mil lavradores perderam suas propriedades e, entre 1884 e 1886, um sétimo de todo território arável foi perdido em hipotecas. A pobreza começou a reinar no campo e muitas famílias de camponeses passaram a se dedicar ao artesanato para garantirem uma renda mínima.

A fim de evitar a emigração, o governo incentivou a migração dos agricultores e camponeses para a ilha de Hokkaido. No entanto, isto não foi o bastante. NOGUEIRA (1983:36) explica que *"praticamente metade dos pequenos lavradores contava com menos de meio hectare de terra para explorar e, apenas um por cento com mais de um hectare. Somente mil lavradores dispunham de mais de cinquenta hectares."*

Apenas um terço da população rural era constituído de proprietários de terras, estas em pequenas proporções; os demais eram arrendatários que lutavam com muitas dificuldades pela sobrevivência.

A falta de terras e o grande volume demográfico proporcionaram condições cada vez mais difíceis para a economia agrícola do país. Paralelamente, ocorreu um grande surto industrial que não foi acompanhado pelo desenvolvimento agrícola. Os números demonstram que, entre 1875 e 1940, o índice populacional passou de cem para duzentos e sete, enquanto que o da produção de arroz foi da ordem de cem para cento e quarenta e cinco.

Diante desta situação, o governo japonês viu-se forçado a autorizar a emigração dos cidadãos que desejassem tentar uma vida melhor, em um país estrangeiro que oferecesse melhores perspectivas de progresso socio-econômico.

Durante os dez primeiros anos, a emigração foi realizada através de contratos entre as partes interessadas, ou seja, os emigrantes, em comum acordo com representantes do país receptor, assinavam um contrato contendo os direitos e deveres que cabiam a cada uma das partes. Cerca de trinta mil emigrantes deixaram sua terra natal por meio deste tipo de contrato. Posteriormente, a emigração passou a ser promovida por empresas particulares e, desta forma, os contratos não tinham o aval do governo, interessando apenas as negociações particulares.

A emigração japonesa foi direcionada para vários países, entre eles: o Havaí, a Austrália, os Estados Unidos, o Canadá, além de países da América Central e do Sul, como a Costa Rica, a Guatemala, o Peru e o Brasil.

É importante ressaltar que, como afirmou o Ministro Provisório do Japão no Brasil, em 1912, o japonês que emigrava não o fazia por estar passando por dificuldades extremas, mas porque desejava tentar a sorte fora a fim de ganhar muito dinheiro. Assim, voltaria com uma quantidade suficiente de dinheiro para pagar suas dívidas, construir uma nova residência e adquirir terras para cultivo. NOGUEIRA (1983:43) comenta que *"a sede de fortuna fazia-se sentir principalmente nas províncias japonesas para onde retornavam pessoas que tinham saído, conseguido sucesso e que retornavam ricas do exterior."* Estes eram os grandes propagandistas da emigração.

No entanto, ressaltamos que a maioria dos emigrantes japoneses não tinha noção exata das condições socio-econômicas e culturais dos países que os abrigariam, além das dificuldades que iriam encontrar. Todos os emigrantes

passaram por choques culturais e de costumes devido aos contrastes encontrados nos diversos países receptores; em alguns casos, estas diferenças eram gritantes, o que desanimou bastante os japoneses.

Estes contrastes culturais serão estudados a seguir.

1.2 AS ETAPAS DE ADAPTAÇÃO DOS IMIGRANTES JAPONESES NO BRASIL

Explicamos anteriormente que, a partir do final do século XIX, o Japão passou por uma fase de transição da era feudal para a capitalista e muitos camponeses estavam desempregados. Este quadro crítico representado pelas pessoas desempregadas, sem terra e sem esperanças de mudanças imediatas foi a alavanca que motivou o governo japonês a promover a emigração dos seus cidadãos.

Simultaneamente, o Brasil passava por uma crise pós-escravagista, com a promulgação da Lei Áurea e conseqüente libertação dos escravos, em 1888. Os grandes e pequenos latifundiários, com suas imensas plantações, necessitavam substituir esta mão-de-obra escrava por outra, agora remunerada.

Foi este contexto que atraiu a chegada de tantos imigrantes japoneses e também de muitas outras etnias. Uma grande propaganda sobre o Brasil foi realizada e o Japão foi um dos alvos desta propaganda que prometia terras férteis e imensas, lucro fácil e rápido e boas condições de vida.

A entrada dos japoneses no Brasil ocorria pelo Porto de Santos, no Estado de São Paulo, onde os navios atracavam. O primeiro deles, trazendo 793 japoneses entre homens, mulheres e crianças foi o "*Kasato Maru*". A chegada ocorreu em 18 de junho de 1908.

São vários os escritores japoneses e brasileiros que têm escrito sobre a imigração do povo japonês no Brasil, cada qual com sua visão específica.

Hiroshi SAITO (1961: 169-170) distingue três etapas que definem a adaptação do povo japonês no Brasil. São elas:

1ª - de 1908 a 1941, de adaptação ao novo habitat;

2ª - de 1942 a 1962, a de integração e

3ª - de 1963 aos dias atuais, a de identificação.

A primeira etapa (1908 a 1941) é caracterizada por uma imigração tipicamente agrícola, pois todos os imigrantes que vieram ao Brasil apresentavam um contrato de trabalho nas lavouras de café ou de outras plantações. SAITO comenta que houve muitas contribuições positivas dos japoneses no sentido de uma inovação nas práticas agrícolas, um aperfeiçoamento da tecnologia de produção e o desenvolvimento do cooperativismo na área rural. Durante esta fase, observou-se uma adaptação da mão-de-obra japonesa ao novo habitat.

Com relação ao fator *educação*, notou-se que as famílias japonesas, apesar da preocupação com o estudo dos filhos, precisavam contar com sua ajuda na lavoura. Assim, neste primeiro momento, devido às precárias condições financeiras da família, além da falta de subsídios oferecidos pelas regiões rurais em que viviam, a educação formal dos filhos teve que ficar em segundo plano.

A respeito da colonização japonesa, ainda nesta fase, em 1927, foi fundada a Sociedade Colonizadora do Brasil, conhecida como BRATAC, que visou a uma melhor distribuição dos imigrantes e criou uma série de núcleos para recebê-los, em diferentes pontos do Brasil.

A seguir, em 1929, havia japoneses sendo enviados para o Estado do Amazonas e, do Estado de São Paulo, pouco a pouco, os imigrantes foram encaminhados para os estados vizinhos como o Paraná, Minas Gerais e outros. Paulatinamente, eles foram se expandindo por diferentes pontos do país.

No entanto, como explanaremos adiante, houve fatores culturais, sociais e políticos que dificultaram o entrosamento do povo japonês com a nova pátria brasileira.

Um exemplo disto ocorreu a partir de 1930, no governo de Getúlio Vargas, quando várias medidas restritivas foram implantadas e atingiram tanto os órgãos de imprensa em língua estrangeira como o ensino de determinadas línguas estrangeiras em território brasileiro. Estas restrições criaram um ambiente de angústia e desconfiança entre os imigrantes, o que persistiu até o advento da Segunda Guerra Mundial.

A segunda etapa (1942-1962) é identificada como um período de maior adaptação. Inicialmente, houve uma interrupção do movimento migratório Japão-Brasil devido à Segunda Grande Guerra.

O Brasil apoiava os Estados Unidos e ambos, direta ou indiretamente, lutavam contra o Japão. As áreas que apresentavam maior concentração de imigrantes foram as mais perseguidas. Os atritos ocorriam porque as famílias japonesas, de um modo geral, mantinham seus costumes, sua língua e sua fidelidade ao país de origem. Os imigrantes nipônicos sempre acreditaram na força do Japão e mantinham a certeza de que seu país venceria a guerra.

No entanto, em terras brasileiras, este pensamento era visto com maus olhos e os desentendimentos entre brasileiros e japoneses eram constantes. Isto também ocorreu com imigrantes de outras etnias, cujos países participavam da guerra. Era o caso dos alemães e italianos. A mando do governo de Getúlio Vargas, durante todo o período em que o Brasil participou da Segunda Guerra Mundial, foi proibido o uso das línguas japonesa, alemã e italiana em território nacional. Os policiais e o próprio povo brasileiro tornaram-se vigias para que esta ordem fosse cumprida.

Em sua tese de doutorado, COSTA (1990:54-65) descreve , detalhadamente, o conjunto de decisões tomadas pelo governo brasileiro visando a restringir o uso das línguas trazidas pelos imigrantes europeus. A autora aborda a atuação da polícia, da igreja, da escola e do serviço militar no processo de implementação da substituição da língua italiana pela portuguesa, nas comunidades de imigrantes da região noroeste do Rio Grande do Sul.

Em nosso trabalho, observamos relatos de imigrantes japoneses que, ainda crianças nesta época, se lembram de passarem horas e horas calados, em locais públicos ou durante as viagens, por não poderem se comunicar na língua materna devido à presença de brasileiros.

Após o fim da guerra e a derrota do Japão, os japoneses, no Brasil, passaram por uma verdadeira "crise de mentalidade", comenta Hiroshi SAITO (1961). Havia duas facções: a dos chamados conformados ou "derrotistas" e a dos inconformados ou "vitoristas". Enquanto a primeira já aceitava a derrota do Japão na guerra, a segunda persistia em acreditar que o Japão teria vencido e que as notícias em jornais e rádios eram enganosas.

As comunidades nipônicas, em diferentes partes do país, passaram por várias fases de desentendimento e uma espécie de terrorismo foi implantada entre seus membros .

Aos poucos, as informações sobre a guerra foram esclarecidas, através de cartas de parentes que chegavam ao Brasil e do próprio bom senso da facção "vitorista".

Com relação às atividades de trabalho, os imigrantes japoneses continuaram à frente das atividades agrícolas, e aumentava o número daqueles que se tornavam economicamente independentes. Com o auxílio das empresas de loteamento e colonização de terras ainda não desbravadas, os terrenos eram vendidos através de um financiamento facilitado e a preços mais acessíveis.

Aos poucos, o entrosamento entre japoneses, brasileiros e imigrantes de outras etnias foi ocorrendo. Os imigrantes japoneses que chegaram após 1953 passaram pelo processo de adaptação mais rapidamente. A presença, no Brasil, de imigrantes mais antigos e de seus descendentes formou uma estrutura intermediária que amenizou os contrastes existentes entre culturas e mentalidades tão diversas como a oriental e a ocidental. Nesta época, os casamentos inter-étnicos começaram a ocorrer com maior frequência.

Segundo NOGUEIRA (1983:115), *"os velhos imigrantes redescobrem a sua condição de serem pais e avós de brasileiros.... e passam a encarar a si mesmos como elementos cuja alma e corpo se ligavam diretamente à nova pátria."*

A educação pôde, agora, ser mais valorizada. A partir de 1953, durante a fase da imigração pós-guerra, os pais passaram a incentivar os seus filhos a continuarem os estudos até o nível superior. Nesta segunda fase, a situação sócio-econômica dos japoneses era diferente e melhores condições de vida puderam ser oferecidas aos filhos e seus descendentes.

Assim, observamos uma fase em que o país receptor e, conseqüentemente, seu povo passam a ser vistos com outros olhos. Os imigrantes japoneses passam a se sentir mais familiarizados com a nova pátria e com alguns novos costumes de vida.

A terceira e última etapa, a partir de 1963 até nossos dias, caracteriza-se pelo estabelecimento de um novo relacionamento entre o Japão e o Brasil. O grupo de japoneses aqui radicado já faz parte de um processo de grande integração, ou seja, seus hábitos, costumes e pensamentos já adquiriram uma cor local brasileira bastante significativa. Esta etapa é considerada como a de identificação do imigrante japonês.

É claro que muito da tradição do povo japonês continua enraizada nas veias de várias gerações, pois faz parte da história da vida de toda uma comunidade, no entanto, a convivência diária com o povo brasileiro, dentro do contexto histórico, social, político e econômico tornam os descendentes de japoneses verdadeiros "nipo-brasileiros", cuja nacionalidade é verdadeiramente brasileira.

Ao mesmo tempo, a transferência de empresas japonesas para o Brasil marca um novo tipo de relacionamento entre os dois países. Hoje, o Japão envia empresas e capital de investimento, além de tecnologia industrial e gerencial.

Trocas de informações são realizadas em diversas áreas de trabalho, intercâmbios acadêmicos, programas de bolsas de estudo e acordos de amizade entre cidades japonesas e brasileiras são realizados.

Segundo NOGUEIRA (1983), nada menos que quatrocentas empresas transferiram-se para o Brasil antes de 1973 e, apesar de se ter verificado um declínio no número de empresas japonesas instaladas recentemente, devido à recessão internacional, o intercâmbio entre os dois países continua.

Atualmente, no que se refere ao engajamento do povo japonês no Brasil, podemos afirmar que esta integração entre as etnias japonesa, brasileira e as demais existentes no país ocorre naturalmente. Cada povo guarda parte das tradições de sua terra natal, no entanto, seus descendentes são a prova maior de que uma grande confraternização entre etnias está presente na atualidade e vemos representantes ativos nos vários setores sociais: na política, na saúde, na economia, na educação, na religião, enfim, uma participação atuante na sociedade brasileira.

A seguir, passamos a relatar, com mais detalhes, os passos seguidos pelo povo japonês em busca de uma maior interação com a sociedade brasileira.

1.3 O PROCESSO DE ADAPTAÇÃO E ACULTURAÇÃO DOS JAPONESES À SOCIEDADE BRASILEIRA

Tendo em vista as dificuldades de adaptação dos japoneses devido aos fatores citados anteriormente, é necessário refletir mais detalhadamente sobre como ocorreu esta mudança.

Em primeiro lugar, averiguemos o conceito de cultura para tentarmos compreender de que forma se dá a relação entre duas culturas tão distintas como a brasileira e a japonesa.

Dentre os muitos sentidos que a palavra cultura exprime, interessa-nos, neste trabalho, o seu sentido antropológico e, segundo TYLOR (apud PEREIRA 1976:10), "*cultura é todo complexo que inclui os atos, recursos, técnicas, organizações, crenças, idéias, habitação, vestuário, alimentação, língua, assim como todas as capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.*" Embora as culturas humanas se assemelhem, cada uma é específica e tem por função a diferenciação dos grupos humanos.

Conforme SAITO (1980:152), "*todo imigrante é portador de elementos culturais recebidos em sua terra natal e que irão forçosamente entrar em contato com aqueles vigentes no país receptor*", ou seja, esta inter-relação entre as culturas do povo receptor e do recebido é um fato inevitável da emigração para um país estrangeiro.

Este encontro entre duas culturas distintas, cuja diferença pode existir em maior ou menor intensidade, traz consequências agradáveis e também desagradáveis a ambos os lados, ou seja, a aceitação de uma cultura nova, diferente daquela já assimilada desde a infância, ocorrerá com maior facilidade e com menos decepções à medida que o imigrante oferecer espaço à entrada

de novas informações, hábitos, idéias e formas de encarar o mundo e as pessoas ao seu redor.

Reconhecemos que, segundo a antropologia, cada povo considera melhor e mais razoável a própria cultura, não aceitando, a princípio, outras formas diversas da sua. Observamos que o imigrante japonês, quando veio ao Brasil, trouxe consigo uma cultura milenar e, inicialmente, rejeitou a internalização da cultura brasileira. Ele tinha como objetivo trabalhar nas lavouras, guardar economias e, em breve, retornar ao país de origem.

Como foi discutido anteriormente, a vinda dos japoneses trouxe para o grupo um árduo trabalho de adaptação que se iniciou nas fazendas de café, no estado de São Paulo. Em um primeiro momento, todos os imigrantes japoneses que chegavam ao Brasil eram encaminhados ao trabalho nas lavouras, e por lá permaneciam durante um período inicial. Passados alguns anos, muitos fugiam das fazendas de café em busca de melhores empregos nas cidades ou a fim de adquirir suas próprias terras em outras regiões.

Neste primeiro momento, os japoneses passaram por uma fase de confinamento social, ou seja, estavam vivendo no Brasil, um país culturalmente tão diferente do Japão, mas continuaram a conservar muitos dos seus costumes próprios. Segundo o sociólogo Hiroshi SAITO (apud OGUIDO 1988:7), da Universidade de São Paulo, *"não houve imigrante que abandonou mais os seus costumes que o japonês. A razão disto é a enorme diferença entre uma e outra maneira de viver"*.

Sem dúvida, as diferenças entre o povo brasileiro e o japonês eram marcantes. Chegando ao Brasil, os imigrantes japoneses foram obrigados a abandonar grande parte dos seus hábitos, pois não havia como mantê-los. Tiveram que abandonar sua vestimenta tradicional, o quimono; substituíram a tigela japonesa pelo prato; trocaram o *hashi* (talher japonês tradicional em forma

de duas hastes finas de madeira - "os palitinhos") pelo garfo, passaram a beber café em vez de chá, e trocaram o assoalho oriental (*tatame*) pelo chão de barro das casas no Brasil. Os alimentos e condimentos eram totalmente diferentes, os costumes estranhos, além da língua, totalmente incompreensível.

Através dos relatos de vários imigrantes pudemos perceber as decepções que tiveram muitos deles quando chegaram ao Brasil. Todos mantinham expectativas sobre este país imenso e repleto de terras férteis que, no entanto, não apresentava a infra-estrutura básica para a recepção dos imigrantes, nem subsídios para o saneamento, a moradia e a comunicação.

A alimentação foi um dos fatores mais importantes no processo de adaptação. NOGUEIRA (1983: 157) comenta que o consumo de arroz e condimentos era muito comum entre os japoneses, no entanto, houve resistência na incorporação de alimentos como a mandioca, o feijão e temperos como o alho e o óleo.

Durante muito tempo, os imigrantes alimentaram-se de arroz e bacalhau, por se assemelharem mais àquilo com o que estavam acostumados e, como decorrência, muitos sofreram problemas de desnutrição. NOGUEIRA (idem) complementa que *"a falta de calorias necessárias criou condições de debilidade física que se refletiram no surgimento de moléstias e com elas um outro problema que era o da precariedade da assistência médica."* Nos primeiros meses de estadia, cita a autora, eram comuns as queixas de problemas gastro-intestinais e dermatológicos.

Além da falta de recursos sanitários, as condições de vida e de moradia também eram bastante precárias no Brasil, incomparáveis àquelas existentes no Japão. As casas eram de pau-a-pique e sem assoalho, apenas o chão batido.

Inicialmente, os imigrantes japoneses dormiam sobre o capim amontoado

e, mais tarde, utilizaram esteiras de vime e alguns acolchoados trazidos do Japão.

Já vimos que a propaganda animadora sobre o Brasil, como uma terra de muita fartura e grande facilidade para o rápido enriquecimento e a difícil situação em que se encontravam os camponeses no Japão, devido à passagem da era feudal para a capitalista, ocasionaram a vinda de tantos imigrantes para cá. No entanto, a mesma propaganda tão convidativa não esclarecia que as condições de habitação e saúde seriam tão precárias, quando não inexistentes. As estradas, os meios de transporte e o contato com a cidade eram quase inacessíveis e, desta forma, sem dinheiro e sem condições de voltar à terra natal, os japoneses tiveram que sujeitar-se a estas condições.

Neste período, observou-se, entre os imigrantes japoneses, uma grande tendência à formação de pequenos grupos fechados e isolados. SAITO (1980:153) comenta que "*os imigrantes são portadores de língua, religião, costumes, idéias, lembranças, atitudes e sentimentos próprios. Enquanto os mantiverem intactos em terras estranhas, formarão um quisto cultural*". Isto pôde ser observado claramente nas primeiras décadas da imigração japonesa e vários foram os fatores que contribuíram para a instalação deste quisto.

Com relação ao aspecto lingüístico, como os japoneses eram lavradores e conviviam diariamente entre si, inclusive morando juntos em colônias fechadas, não sentiam a necessidade de aprender a língua portuguesa, pois o seu conhecimento não era relevante até então. Assim, a língua japonesa continuou sendo aquela utilizada no dia-a-dia, em todas as conversações dentro do grupo. Quando uma comunicação em português era necessária, normalmente um dos lavradores do grupo, eleito como representante, utilizava-se de mímicas, gestos sugestivos e palavras chaves para que a troca de informações pudesse ocorrer.

Curiosamente, o contato inicial com a língua do país acolhedor ocorreu através dos filhos de imigrantes. As crianças japonesas encontravam-se com os filhos dos colonos brasileiros e de outras etnias também, a fim de brincar e passar o tempo, enquanto os pais trabalhavam. Nestes contatos, aparentemente descompromissados, uma criança aprendia um pouco da língua e dos costumes da outra. Gradativamente, as crianças japonesas aprenderam a língua portuguesa e seus pais, percebendo o fato, passaram a utilizá-las como intérpretes em conversas e negociações.

Houve um importante momento de adaptação que ocorreu a partir da saída dos imigrantes das fazendas. Muitos procuraram adquirir terras próprias, enquanto outros preferiram partir para o comércio. Trocando a função de lavradores por outras, estes iniciam uma nova fase de engajamento visto que suas necessidades sofreram certas modificações.

Estando na cidade e trabalhando no ramo comercial, os japoneses passaram a sentir necessidade de conhecer e apresentar um maior domínio do português falado. O seu meio de convívio não era mais o da colônia japonesa fechada, pelo contrário, estavam rodeados por brasileiros que eram vizinhos, clientes, amigos, fornecedores, etc..

Desta forma, a adaptação à língua e aos costumes, neste segundo momento, exigiu um grande esforço por parte destes imigrantes.

Sabe-se que a linguagem é um meio através do qual a interação entre os seres humanos ocorre. Cada indivíduo nasce em uma sociedade em andamento e, para que a sua incorporação ocorra, é necessária a internalização da cultura do seu próprio grupo que ocorre por meio da linguagem. Esta manifesta-se através das mais variadas formas, mas quando o indivíduo ainda desconhece a linguagem de sua comunidade, ele pode contar com o auxílio de meios de comunicação não-verbais, como é o caso dos gestos, da mímica, etc. Da

mesma forma, o imigrante japonês, desconhecedor da língua portuguesa, por várias vezes utilizou-se de gestos e mímicas para transmitir suas idéias e desejos e, desta forma, comunicar-se com a comunidade em que estava inserido. Este foi o perfil inicial da comunicação entre os japoneses e os brasileiros, já que suas línguas não apresentavam quaisquer semelhanças e praticamente não havia tradutores que pudessem intermediar as trocas de informações necessárias.

A língua normalmente assume um papel fundamental no processo de assimilação da cultura. Paradoxalmente, no caso dos imigrantes nipônicos, ela assumiu também o papel de agente negativo e desestimulador do processo aculturativo, pois as diferenças entre as línguas japonesa e portuguesa são bastante acentuadas, o que dificultou as tentativas de comunicação realizadas.

Uma imigrante entrevistada pela revista *Arigatô*, segundo SAITO (1980:156), "*narra que os japoneses ficaram muito impressionados com a expressão "bom dia", por exemplo. O som mais próximo que tinham em sua língua parecia ser obon, isto é, dia dos mortos...*"

Desta forma, a língua foi uma barreira a ser transposta, uma barreira que exigiu grande esforço por parte dos imigrantes, que tentaram aprendê-la impulsionados pela necessidade de comunicação para a própria sobrevivência.

O povo japonês chegou a receber o estigma de povo inassimilável, comenta OGUIDO (1988:8), pois as línguas eram "discrepantes" em todos os sentidos (sintaxe, morfologia, fonologia, como também a escrita), até o ponto de parecer serem impossíveis as comparações que facilitassem a aprendizagem. As diferenças e as comparações no nível fonético são explicitadas no Capítulo II.

Além da língua, a incompatibilidade dos costumes japoneses e brasileiros foi outro obstáculo difícil de ser superado.

A religião dos imigrantes japoneses era a budista ou a shintoísta, de raízes muito diferentes daquelas existentes no Brasil. Raros foram os templos budistas construídos e praticamente nenhum santuário foi erigido no Brasil antes dos anos cinquenta.

Como foi mencionado anteriormente, os hábitos alimentares eram diferentes, os meios de comunicação bastante limitados e as condições básicas de saneamento, moradia e assistência médica muito precárias.

Assim, compreendemos o porquê da formação de "quistos culturais" nas colônias japonesas, nesta fase inicial de adaptação. Os imigrantes constituíram grupos fechados que viveram ao lado da sociedade que os acolheu, ou seja, junto de outros imigrantes, caboclos, capatazes e fazendeiros brasileiros, no entanto, culturalmente falando, não faziam parte integrante dela.

Comentamos anteriormente que uma das características das colônias japonesas no Brasil foi a formação e organização da chamada "Associação Japonesa" e a presença de uma escola (cf. TSUKAMOTO 1973:27) onde se ministravam o curso primário e o curso de japonês. Em algumas colônias ministravam-se os cursos de nível primário em japonês, além daquele oficial em português. A idéia de uma permanência temporária no Brasil e a esperança de retornar ao Japão levavam os imigrantes a se preocuparem com a educação japonesa.

No entanto, a partir de 1937, como já mencionamos, devido à Segunda Guerra Mundial, o governo de Getúlio Vargas mandou fechar as escolas e tornou obrigatório o uso do português. O objetivo desta campanha era acelerar o processo de assimilação dos estrangeiros.

Esta atitude do governo brasileiro impôs uma série de restrições com relação ao ensino de língua estrangeira, causando um grande impacto na colônia japonesa.

A principal dificuldade encontrada pelos imigrantes, segundo Edna PEREIRA (1976), foi a proibição de falar a língua japonesa. Na maioria das colônias nipônicas, as crianças foram proibidas de freqüentar a escola japonesa, mas continuavam a freqüentar a escola brasileira.

No entanto, com o final da guerra e a derrota do Japão, o pensamento dos imigrantes começou a se modificar. Eles perceberam que o seu país de origem, naquele momento, não poderia recebê-los de volta oferecendo-lhes um futuro promissor.

Desta maneira, passaram a observar e valorizar suas conquistas já realizadas no Brasil, principalmente o crescimento da sua família aqui, gerações que cresciam e passavam a compartilhar os costumes e a cultura que já continham traços bastante brasileiros.

NOGUEIRA (1983:153) comenta que o processo de assimilação de uma nova cultura se inicia à medida que o ser humano incorpora os hábitos do novo ambiente e se dispõe a deixar parte dos antigos hábitos. E foi a partir deste momento que a imagem do Brasil como local de moradia temporária passou a se modificar.

Assim, a adaptação ao país receptor tomou outro aspecto e a bagagem de conhecimentos trazida pelos imigrantes serviu como ponto de referência para a reaprendizagem dos novos padrões culturais, apesar de toda a diversidade que o meio geográfico e cultural oferecia.

Aos poucos, o imigrante japonês quebrou o isolamento que, até então, o separava da sociedade brasileira. E esta é uma condição prévia para que o processo aculturativo possa se desenvolver. De acordo com HERSKOVITS (1936 apud PEREIRA 1976:14), uma sociedade isolada não tem a oportunidade de comparar os seus próprios costumes com os dos outros e, para que a socialização cultural ocorra, é necessário que haja um contato contínuo e direto

entre indivíduos de diferentes culturas para que, a partir deste contato e detecção das diferenças, surjam subseqüentes mudanças nos padrões culturais originais de um ou de ambos os grupos.

As gerações seguintes à dos imigrantes foram agilizadores fundamentais do processo aculturativo. Como já mencionamos, as crianças, filhos de imigrantes, aprendiam rapidamente a língua portuguesa e auxiliavam seus pais nas comunicações fora da colônia japonesa. Essas mesmas crianças começaram a freqüentar as escolas e manter contato direto com crianças brasileiras. Aos poucos, a integração de costumes tornou-se presente no cotidiano das famílias japonesas, através do trabalho, da escolarização dos filhos e dos meios de comunicação em geral.

Pouco a pouco, com o nascimento de seus filhos e netos em terras brasileiras, com a aquisição de propriedades e melhores colocações profissionais, com a expansão dos seus meios e da sua rede de comunicação, os imigrantes japoneses começaram a fincar raízes no solo brasileiro.

Despercebidamente, eles passaram a sair de sua comunidade de fala bastante fechada, em busca da participação e integração na sociedade brasileira que os acolhia. Esta integração ocorreu através dos filhos, que trouxeram, para dentro de casa, os colegas de escola brasileiros e de outras etnias; através do trabalho e negociações, pois visavam ao progresso financeiro nesta nova pátria que também era sua; através de todos os momentos em que a comunicação fora da sua comunidade ocorria e o conhecimento da língua portuguesa tornava-se essencial.

Se antes o conhecimento da língua portuguesa era indiferente, neste momento, ele passou a ser primordial e os esforços se voltaram em busca do seu conhecimento. A língua japonesa não foi deixada de lado, muito pelo contrário, a conservação da língua e de parte de sua rica cultura foi preservada,

no entanto, o português, como língua estrangeira, passou a ser visto com outros olhos. O interesse pelo aprendizado do português como segunda língua cresceu enormemente a partir da segunda geração de japoneses e, a partir da terceira geração, a língua portuguesa tornou-se, normalmente, a língua materna dos descendentes (tanto que, hoje, observa-se o fenômeno "contrário": os descendentes de japoneses procuram cursos de língua japonesa como língua estrangeira, como é o caso do CELIN - Centro de Línguas da Universidade Federal do Paraná).

A aculturação ocorreu de ambos os lados e é mais expressivamente notada nas regiões em que a colônia japonesa é mais numerosa.

Atualmente, observamos a adaptação de ambas as culturas no povo japonês do Brasil, já considerado nipo-brasileiro. O povo brasileiro, por sua vez, interage com a cultura japonesa em vários sentidos. Os brasileiros que convivem com comunidades nipônicas interagem com esta cultura oriental através da participação em festejos e atividades culturais japonesas. Os brasileiros, de maneira geral, demonstram a presença da aculturação japonesa através da participação em movimentos religiosos como os do Budismo, através da prática de esportes como o judô, ou mesmo saboreando um delicioso prato japonês como o sukiyaki.

O surgimento de novas gerações certamente favoreceu o processo de aculturação, contribuindo para consolidar a integração social hoje existente.

O isseis (japoneses natos, ou seja, primeira geração) resistiram mais a este processo, pois as tradições japonesas estavam muito arraigadas em suas vidas. Não se pode negar, entretanto, que lhes foi necessário um enorme esforço, principalmente no que se refere à aprendizagem da língua portuguesa, para se adaptarem às condições de vida oferecidas pelo Brasil.

Os nisseis (japoneses nascidos no Brasil e filhos de japoneses natos, ou seja, segunda geração), por sua vez, conviveram mais de perto e por mais tempo com a realidade brasileira. Eles buscaram com maior facilidade e interesse a integração social, interagindo na vida do país, discutindo os problemas brasileiros e para eles buscando soluções.

Após 87 anos de Brasil, os japoneses já chegaram à quinta geração de descendentes e encontram-se bem integrados e participativos na sociedade brasileira da qual, aliás, são parte ativa.

"No Paraná, os descendentes de japoneses, em todos os níveis, estão perfeitamente integrados à sociedade e participam da vida estadual em todos os setores da atividade humana. Sobressaem-se na política, no judiciário, nos esportes, nas ciências, na cultura, nas artes e em outras áreas." (OGUIDO 1988:228)

Destacamos a língua como parte importante desta integração e observamos que à medida que os japoneses sentiram a necessidade de aprender a língua portuguesa, cresceu a sua motivação em conhecê-la e utilizá-la.

A necessidade de integrar-se à cultura brasileira foi uma alavanca motivadora que possibilitou a aprendizagem da segunda língua e o conseqüente engajamento na sociedade brasileira.

1.4 UM BREVE HISTÓRICO DA COLONIZAÇÃO JAPONESA NO PARANÁ

Para compreendermos as características étnicas e sociais da comunidade em estudo, é necessário conhecermos o processo de colonização do povo japonês no estado do Paraná.

Assim, apresentaremos uma visão geral da entrada e do estabelecimento dos imigrantes japoneses no Brasil e, especialmente, no estado paranaense.

Sabe-se que de 1908 a 1973 entraram no Brasil cerca de 249.177 imigrantes japoneses.

A primeira informação sobre a imigração japonesa no Paraná foi dada, em 20 de junho de 1908, pela imprensa curitibana. O Diário da Tarde publicou uma pequena nota na coluna "Pelo telégrafo", onde as notícias mais recentes eram divulgadas.

Segundo os Anais do colóquio de estudos regionais, comemorativo do Centenário de Romário Martins, a presença de japoneses e sua ocupação das terras paranaenses iniciou-se, a partir de 1915, pelo litoral e pelo planalto curitibano.

No litoral paranaense, após os primeiros estabelecimentos ocorridos em Quatinga e Campos, que tiveram curta existência, foi fundada, em 1917, a colônia japonesa em Cacatu. O seu êxito levou ao estabelecimento de novo núcleo em Cachoeira, em 1923, e a vinda de novos contingentes. Em 1933, encontravam-se japoneses em Paranaguá, Antonina, Cacatu, Morretes, Alexandra, Faisqueira, Itaqui e Cachoeira.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial, que proibiu a presença de pessoas do Eixo em terras compreendidas até 60 km da costa marítima, obrigou os japoneses do litoral a se retirarem para outras localidades.

Assim, os japoneses e seus descendentes tiveram que se deslocar para as regiões mais interioranas e, a partir de 1915, ocorreram estabelecimentos no planalto curitibano, como, em 1924, o caso individual de *Ryu Mizuno*, um dos japoneses pioneiros na colonização do Paraná. Outros vieram, sendo que a maior leva ocorreu com a chegada dos japoneses retirados do litoral paranaense.

Em 1927, *Ryu Mizuno* fundou uma sociedade agremiativa de japoneses em Curitiba, a "*Senkakai*".

Segundo João Correa de ANDRADE (1975), decorridos precisamente 30 anos da chegada da primeira leva de imigrantes japoneses e, também, devido à crescente migração de famílias japonesas para o Paraná, principalmente para a região norte do Estado, que começava a ser ocupada, é instalado, em Curitiba, o Consulado Japonês, em 1938, sendo o primeiro cônsul o diplomata de carreira Takeo Saito. O cônsul logo inicia suas atividades colaborando para que fosse fundada no mesmo ano a colônia Uberaba.

Em 1940, o consulado japonês desenvolve um intenso trabalho de aliciamento de japoneses, residentes em São Paulo, para fundar colônias no Paraná.

Este incentivo para a vinda de japoneses ao Paraná devia-se ao fato de que a colonização aqui estava ainda se iniciando e, as terras podiam ser compradas pelos preços mais baixos e também com grande facilidade para o financiamento.

Desta forma, são fundadas três novas colônias: Amora Preta, Rio Grande e Campo Comprido.

O censo de 1950 demonstrou a existência de 15.393 japoneses vivendo no Paraná.

Em 1967, os japoneses moradores em Curitiba, Santa Felicidade, Campo Comprido, Taquara, Araucária, Contenda, Mandirituba, São José dos Pinhais, Campina Grande do Sul, Piraquara e Quatro Barras somavam 5.719 pessoas, distribuídos em 88% na área urbana e 22% na área rural, e com a proporção de 99,3 homens para cada 100 mulheres.

Quanto à região norte do Paraná, que também é foco do nosso estudo, o estabelecimento dos japoneses começou a partir de 1921, por Cambará, nas plantações de algodão. Muitos japoneses vieram da região paulista da Zona Velha do Café para a região do Norte Velho paranaense e depois da zona oeste de São Paulo (Noroeste, Alta Paulista, Sorocabana) para a região do Norte Novo paranaense. Eles vieram movidos pela propaganda sobre as terras do Paraná, propaganda esta promovida pelos japoneses a fim de atrair seus patrícios a fazerem parte das colônias daqui.

Este avanço foi realizado por iniciativa espontânea dos japoneses ou, muitas vezes, dirigido por companhias de colonização, como a "*Brazil Tokushoko Kaisha* - BRATAC e a "*Nambei Toshibushiri*", que criaram respectivamente Assaí e Uraí. A afluência dos japoneses para o norte do Paraná ocorreu com grande intensidade, tornando-se a área de maior concentração nipônica do Estado Paranaense.

As cidades da região norte começaram a surgir nas primeiras décadas do século; em 1900, Jacarezinho; Cambará, em 1904; Bandeirantes e Cornélio Procopio, em 1921. O aparecimento das últimas cidades foi impulsionado principalmente pela chegada dos trilhos a Ourinhos, em 1908, projetados pela Estrada de Ferro Sorocabana. Com isso, começou a colonização da área entre os rios Itararé e Tibagi.

A Companhia de Terras Norte do Paraná, subsidiária da companhia colonizadora inglesa Paraná Plantations Limited, realizou o desbravamento do

Norte Novo Paranaense. Ela vendia os terrenos aos colonizadores que ali chegavam, oferecendo bons financiamentos e auxílio na desbravação das terras.

Toda a área colonizada pela Companhia de Terras do Paraná foi dotada de boas estradas, permitindo o fácil escoamento da produção, além de viabilizar a comunicação das propriedades rurais com os centros urbanizados.

Como consequência, no ano de 1929, com a fundação de Londrina, chegaram vários candidatos a compradores de lotes, todos japoneses.

Londrina inicialmente e Maringá, a partir de 1947, tornaram-se grandes centros de expansão para a região além do Rio Ivaí. A seguir, surgiram novos patrimônios onde a colonização japonesa, entre outras, esteve sempre presente, alcançando o que hoje se conhece como Norte Novíssimo, com Umuarama, Goioerê, Lupionópolis, Jaguapitã, Mandaguaçu, Ibiporã, Cruzeiro do Oeste, etc..

A maior presença de japoneses e descendentes pode ser verificada no Norte do Estado do Paraná, havendo uma considerável concentração em Londrina, Maringá, Cornélio Procopio, Apucarana e Paranavaí.

Independentemente da região colonizada, é relevante ressaltar a importância deste grupo na vida paranaense, com intensa projeção social, política, administrativa e econômica acompanhada pelo progresso dos imigrantes japoneses e seus descendentes.

Assim, em 1970, havia no Paraná 15.343 famílias japonesas e muitos de seus membros já se destacavam como profissionais liberais, políticos, empresários, agricultores e proprietários rurais.

A colaboração da colonização japonesa no Paraná resultou também em grandes progressos na pecuária, suinocultura, na plantação de soja, na fruticultura e na floricultura.

Gradativamente, milhares de profissionais descendentes de imigrantes japoneses espalham-se por todo o território paranaense, incentivando e participando do seu desenvolvimento.

Em 1985, segundo o levantamento de jornais da época, havia cerca de 800.000 (oitocentos mil) japoneses no Brasil, entre imigrantes, naturalizados e descendentes diretos. A maior concentração foi identificada em São Paulo, com 76% do total; em seguida, o Paraná, com 18%; Mato Grosso, com 2,2% e Pará, com 1,1%.

Nesta última década, estes números foram modificados. Observamos um movimento muito semelhante àquele do início do século, no entanto, em sentido oposto. Muitos descendentes de japoneses, nascidos no Brasil, dirigem-se ao Japão em busca de trabalho e melhores remunerações. Desta vez, a situação de instabilidade econômica presente em nosso país e a necessidade de mão-de-obra não especializada no Japão foram as alavancas que impulsionaram a emigração de muitos nipo-brasileiros.

Segundo o jornal *Gazeta do Povo*, de 18 de junho de 1993, 160.000 (cento e sessenta mil) nipo-brasileiros estavam trabalhando no Japão e, mais recentemente, o jornal *Indústria e Comércio*, de 23 de dezembro de 1994, apresentou o número de 200.000 (duzentos mil) japoneses e descendentes que continuam temporariamente trabalhando nas cidades japonesas.

Hoje, estes nipo-brasileiros trabalhando e vivendo no Japão, passam pelo mesmo processo de adaptação de seus ancestrais quando chegaram ao Brasil, no início do século. As dificuldades encontradas são semelhantes, principalmente para aqueles nipo-brasileiros que não tiveram noções da língua japonesa anteriormente.

O ciclo de aprendizagem se refaz, no entanto, desta vez, com a língua portuguesa sendo a língua materna e a língua japonesa assumindo o papel da L2.

CAPÍTULO II - UMA SUCINTA APRESENTAÇÃO DA LÍNGUA JAPONESA E A COMPARAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS FONOLÓGICOS DAS LÍNGUAS PORTUGUESA E JAPONESA

2.1 UM ESBOÇO DELINEADOR DA LÍNGUA JAPONESA

2.1.1 O JAPONÊS PADRÃO MODERNO:

Passamos a apresentar alguns aspectos da língua japonesa que consideramos importantes e que contribuirão para enriquecer o nosso trabalho, ampliando nossos conhecimentos gerais sobre esta língua.

Comentamos anteriormente que o Japão se caracteriza como um país montanhoso, constituído de muitas ilhas e, por este motivo, apresenta uma situação geográfica ideal para a variação dialetal pronunciada. A este respeito, SHIBATANI (1989:860) comenta que " *...muitos dialetos são mutuamente ininteligíveis.*" e cita, por exemplo, que alguns falantes do dialeto de Kagoshima, uma ilha do sul de Kyushu, não seriam entendidos pela maioria dos falantes da ilha central de Honshu. E, do mesmo modo, falantes do dialeto nortista de Aomori e Akita não seriam compreendidos por pessoas de Tóquio ou da região oeste do Japão. A localização destas regiões pode ser observada no mapa geográfico do Japão, no anexo 2 deste trabalho.

SHIBATANI esclarece que a comunicação entre os falantes destes diferentes dialetos é possível através do *kyootuu-go* "common language" (uma espécie de língua franca), um conjunto de versões dos dialetos locais modificados com base no *hyoojyun-go* "standard language", cujo modelo é o dialeto falado em Tóquio. E complementa que o *Hyoojyun-go* é utilizado nos meios de comunicação em geral e é o dialeto padrão para a educação elementar no país.

VANCE (1987) introduz o termo *japonês padrão* moderno para se referir a uma variedade de dialeto de Tóquio, típica de falantes nativos escolarizados, de classe média, da região de Yamanote, uma parte residencial do oeste da cidade. Ele esclarece que esta variedade é de maior prestígio que a outra pertencente à região de Shitamati, a leste de Tóquio, e confirma que a língua padrão normativa está baseada na variedade de Yamanote.

Utilizaremos o termo língua japonesa padrão, seguindo VANCE (1987) e SHIBATANI (1989), para nos referirmos ao dialeto padrão de Tóquio, ou ainda, ao *Hyojyun-go* "standard language" ou dialeto padrão, apresentado por ambos os autores.

A seguir, observaremos mais detalhadamente alguns aspectos da língua japonesa como a fonologia, a fonética e a morfologia. Optamos pela abordagem destes aspectos por considerá-los relevantes ao nosso trabalho e também para compartilhar este conhecimento com os leitores que se interessam por esta área

2.1.2 A COMPLEXIDADE DA MORFOLOGIA JAPONESA E SEUS REFLEXOS NA ESCRITA

A língua japonesa, como é conhecida atualmente, recebeu a contribuição de várias línguas e culturas estrangeiras no decorrer da história de sua formação.

A morfologia japonesa é baseada, em grande parte, em empréstimos provindos da língua chinesa.

MILLER (1967) apresenta uma diferenciação dos morfemas japoneses, distinguindo-os da seguinte forma: morfemas japoneses nativos e morfemas sino-japoneses.

A partir do ano 400 aproximadamente, época em que os primeiros contatos culturais significativos entre o Japão e a China começaram a surgir, houve o início dos empréstimos dos hieróglifos e dos morfemas chineses. A escrita da maioria dos hieróglifos chineses foi conservada, pois o Japão apresenta uma cultura que valoriza intensamente a escrita pictórica como uma obra de arte, no entanto, os morfemas sofreram algumas transformações durante a história da língua japonesa.

MILLER (idem) apresenta os morfemas japoneses nativos como sendo aqueles que já existiam no Japão antes da chegada dos empréstimos lingüísticos da China. Os morfemas sino-japoneses são aqueles que descendem dos morfemas que entraram no Japão, através de várias etapas de empréstimos chineses.

Segundo MILLER(1967), o empréstimo cultural da China para o Japão permaneceu ainda por vários séculos, sendo que o sistema de escrita do chinês também foi adaptado para o japonês. A escrita dos termos emprestados foi transcrita da mesma forma que era realizada na China, ou seja, um *kanji*

(hieróglifo sino-japonês) tornou-se um hieróglifo ou caractere japonês. Juntamente com o hieróglifo chinês foram importadas as suas respectivas leituras. Cada hieróglifo chinês representa um morfema com um significado específico (constitui uma unidade mínima significativa). Quando estes hieróglifos foram transferidos para e assimilados pela língua japonesa, as suas respectivas leituras e seus significados específicos, pertinentes a cada uma das leituras, foram conservados.

Hoje, cada *kanji* (hieróglifo sino-japonês) apresenta várias leituras, sendo que pelo menos duas formas devem ser aprendidas pelo falante de japonês. Uma delas é a *on-yomi*, a leitura sino-japonesa, ou seja, de origem chinesa e a outra, a *kun-yomi*, a leitura japonesa.

SHIBATANI (1989:859) cita o exemplo do hieróglifo 山 "montanha", que apresenta [san] como a leitura sino-japonesa e [ya ma] como a respectiva leitura japonesa. E complementa que a leitura sino-japonesa é mais empregada nos hieróglifos compostos, ou seja, aqueles constituídos de dois ou mais *kanji*; já a leitura japonesa é normalmente adotada para os hieróglifos quando estes se apresentam isolados.

No entanto, as leituras de um *kanji* não se limitam a duas apenas, há uma variedade de leituras sino-japonesas que podem ser encontradas. SHIBATANI (1989:859) esclarece que as pronúncias dos *kanji* foram emprestadas de diferentes regiões da China e de épocas diversas, assim, os japoneses precisaram aprender as pronúncias dos diferentes dialetos.

A primeira leva importante de empréstimos japoneses, de acordo com MILLER (1967), aconteceu através da Coréia, e as pronúncias em japonês foram baseadas em uma variedade do chinês falado no período de seis dinastias, de 222 a 589. A leitura que reflete este dialeto é denominada *go-on*.

Os monges e estudantes japoneses começaram a viajar para a China aproximadamente no ano 600, e foram eles que introduziram a segunda leva de empréstimos importantes no Japão. As pronúncias japonesas eram baseadas no chinês padrão falado em Tang, capital de Changan, confirma MILLER (idem), e deram origem à leitura *kan-on*. Por exemplo, o *kanji* 米 "arroz" é pronunciado [maj] na leitura *go-on* e [bej] segundo a leitura *kan-on*. De acordo com a leitura japonesa, as pronúncias para o mesmo *kanji* seriam [kome] e [jone].

É possível compreender, com maior facilidade, a diferença entre as leituras *on-yomi* (a leitura sino-japonesa) e *kun-yomi* (a leitura japonesa) devido a suas origens diferentes. No entanto, como esclarece SHIBATANI (1989:859), com relação às leituras sino-japonesas *kan-on* e *go-on*, " ...não há uma regra sistemática para determinar se um dado caractere deve ser lido da forma *kan-on* ou *go-on*...", cada *kanji*, dependendo de sua composição com outros *kanji*, apresentará uma leitura específica.

Assim, SHIBATANI (idem) cita o exemplo do *kanji* 米 "arroz" que receberá a leitura *go-on* na palavra composta 外米 [gajmaj] "arroz importado", em que o *kanji* 米 lê-se como [maj]. No entanto, o mesmo *kanji* receberá a leitura *kan-on* na palavra também composta 米国 [bey'kokw] "América", onde o *kanji* 米 será lido como [bej].

SHIBATANI (1989:860) explicita que a distinção entre as leituras *go-on* e *kan-on* dos hieróglifos sino-japoneses é possível apenas através da compreensão do contexto histórico em que estes estavam inseridos, no momento e local de onde foram emprestados. As raízes destes hieróglifos sino-japoneses (*kanji*) sempre estarão presentes nas leituras realizadas.

VANCE (1987) comenta que a corte imperial japonesa, no século VIII, adotou o mais recente "kan-on" como a pronúncia oficial para os "kanji", mas

os japoneses nunca deixaram completamente a pronúncia "go-on". Como resultado, muitos "kanji" da ortografia moderna japonesa apresentam duas pronúncias sino-japonesas distintas. Nas palavras de SHIBATANI (1989:860), *"... os falantes de japonês devem simplesmente viver com o fato de que em adição à forma japonesa de leitura, a maioria dos kanji tem duas ou mais formas chinesas de leitura e que é provável que o mesmo kanji seja pronunciado diferentemente, dependendo da expressão em que ele é utilizado ."*

Indubitavelmente, muitos dos hieróglifos (com suas respectivas leituras diferentes) pertencentes ao vocabulário japonês nativo foram emprestados há muito tempo, e eles estão tão perfeitamente assimilados que VANCE (1987) afirma que não devemos tratá-los como classes separadas.

Devido à complexidade dos hieróglifos sino-japoneses ou *kanji*, eles foram limitados para o uso comum. Segundo SHIBATANI (1989:859), em 1946, o governo japonês publicou uma lista de 1850 *kanji* recomendados para o uso diário e, em 1981, a lista foi revisada e passou a conter 1945 *kanji*.

Esta é a lista básica de hieróglifos sino-japoneses que é ensinada durante a educação elementar e intermediária, no entanto, outros *kanji* podem ser usados na comunicação escrita diária, o que ocorre com os jornais e alguns livros ou publicações que tratam de assuntos específicos. Nestes casos, o *kanji* que não consta na lista para uso diário deve ser acompanhado de sua respectiva leitura, em símbolos do alfabeto japonês facilitados conhecidos como *hiragana*, que serão vistos no Anexo 1.

2.1.3 A FONOLOGIA

A fonologia da língua japonesa é um dos assuntos que mais nos interessa neste trabalho e, por este motivo, passaremos a apresentar algumas abordagens propostas por lingüistas da língua japonesa para que possamos esboçar um quadro da fonologia desta língua.

SHIBATANI (1989) afirma que diferentes interpretações fonêmicas da língua japonesa são possíveis, no entanto, ele opta pelo inventário mais ortodoxo dos fonemas japoneses que apresentamos a seguir:

Vowels									
		i		u					
		e		o					
			a						
Consonants									
	p	t		k					
	b	d		g					
		s			h				
		z							
			r						
	m	n							
	w	j							
				N	Q				

A tabela da página seguinte apresentada por Ono (1973:7), por sua vez, mostra a influência da morfologia e da escrita japonesas sobre os estudos lingüísticos. Observe-se que a tabela é, supostamente, de sons, quando, na verdade, apresenta sílabas.

Japanese 50 Sounds Table

(With Hiragana and Katakana)

あ ア	い イ	う ウ	え エ	お オ					
a	i	u	e	o					
か カ	き キ	く ク	け ケ	こ コ	が ガ	ぎ ギ	ぐ グ	げ ゲ	ご ゴ
ka	ki	ku	ke	ko	ga	gi	gu	ge	go
さ サ	し シ	す ス	せ セ	そ ソ	ざ ザ	じ ジ	ず ズ	ぜ ゼ	ぞ ゾ
sa	shi	su	se	so	za	ji	zu	ze	zo
た タ	ち チ	つ ツ	て テ	と ト	だ ダ	ぢヂ	づ ズ	で デ	ど ド
ta	chi	tsu	te	to	da	ji	zu	de	do
な ナ	に ニ	ぬ ヌ	ね ネ	の ノ					
na	ni	nu	ne	no					
は ハ	ひ ヒ	ふ フ	へ ヘ	ほ ホ	ば バ	び ビ	ぶ ブ	べ ベ	ぼ ボ
ha	hi	hu	he	ho	ba	bi	bu	be	bo
					ぱ パ	ぴ ピ	ぷ プ	ぺ ペ	ぽ ポ
					pa	pi	pu	pe	po
ま マ	み ミ	む ム	め メ	も モ					
ma	mi	mu	me	mo					
や ヤ	い イ	ゆ ユ	え エ	よ ヨ					
ya	i	yu	e	yo					
ら ラ	り リ	る ル	れ レ	ろ ロ					
ra	ri	ru	re	ro					
わ ワ	い イ	う ウ	え エ	を ヲ					
wa	i	u	e	o					
ん ン									
n									

A escrita da língua japonesa é tratada separadamente no anexo 1.

Com relação aos fonemas vocálicos básicos do dialeto padrão, estes são /a/, /e/, /i/, /o/, e /u/, mas SHIBATANI comenta que a variação dialetal no sistema vocálico japonês é claramente visível. Os sistemas dialetais podem variar daquele com apenas três vogais (/i/, /u/ e /a/) como no dialeto Yonaguni, de Okinawa, até um sistema de oito vogais no dialeto de Nagoya. Sobre este último caso, SHIBATANI (1989:865) afirma que "além das cinco vogais do

dialeto padrão encontramos as vogais centrais /ü/ e /ö/, além da vogal anterior baixa /æ/". O autor ressalta que o sistema composto por cinco vogais é o mais comum e também observado na maioria dos dialetos de Tóquio, Kyoto, Osaka, entre outras regiões.

É importante acrescentar que, no dialeto japonês padrão, a articulação do /u/ é não arredondada. SHIBATANI representa este fonema como /u/ e cita o exemplo da palavra [k u ts u] sapato. Esta colocação sobre a pronúncia da vogal u é importante, pois diferencia-se da articulação do fonema /u/ da língua portuguesa, que é arredondado.

É interessante comentar que, na língua japonesa, não encontramos o alçamento dos fonemas vocálicos /o/ e /e/ na posição pós-tônica, como ocorre na língua portuguesa. Em português, na pronúncia da palavra **caso**, por exemplo, normalmente observamos o alçamento do fonema /o/ para /u/, propiciando a pronúncia /'kazu/ em vez de /'kazo/. O japonês não permite este tipo de alçamento.

No sistema consonantal da língua japonesa não existe o fonema /l/ e o falante (cuja língua materna é o japonês), ao pronunciar uma palavra da língua portuguesa que contém este fonema, teria a tendência de emitir o fonema articulatoriamente mais próximo a esse, existente na língua japonesa. Este fonema é a vibrante /r/. É o exemplo da palavra *laranja*, cuja pronúncia seria [ra'rã ŋ₃ e].

Nos encontros consonantais de palavras em que a segunda consoante é a lateral /l/, como em *blusa*, a pronúncia poderia ocorrer como ['bʷ r u z a], devido à aproximação ao padrão silábico do japonês, como veremos adiante.

Outro fenômeno bastante interessante ocorre entre as consoantes japonesas: a palatalização e a africacão de consoantes dentais. A palatalização envolve os fonemas /s/, /z/, /t/ e /d/, enquanto apenas /t/, /d/ e /z/ são atingidos

pela africacão. As consoantes dentais citadas e suas versões palatalizada ou africada se encontram em distribuição complementar, observe:

/s/ : [ʃ] antes de /i/

[s] antes das demais vogais

/z/ : [dʒ] antes de /i/

[dz] antes de /u/

[z] antes das demais vogais

/t/ : [tʃ] antes de /i/

[ts] antes de /u/

[t] antes das demais vogais

/d/ : [dʒ] antes de /i/

[dz] antes de /u/

[d] antes das demais vogais

O autor cita um fenômeno interessante sobre a palatalização e a africacão das consoantes dentais que podem causar alterações morfofonêmicas nos sufixos de determinados radicais. É o caso da palavra [kas-w] 'emprestar- pres. Ind. (que apresenta a mesma leitura em todas as pessoas do singular e do plural)' que pode sofrer várias alterações de sufixos, cada qual tendo um significado específico. Observe:

[kas-anai] 'não emprestar - presente do Ind. ',

[kas-e] 'emprestar- Imperativo afirmativo.'

[kaʃ -imas-ɯ] 'emprestar- pres. Ind. na forma polida' ¹.

Quando ocorre a troca do fonema /s/ pelo fonema /t/ há, naturalmente, a alteração do significado do radical, ou seja, passa a existir o verbo [kats- ɯ] 'vencer' , no presente do Indicativo, e com as alternações de sufixos teremos:

[kat-anai] 'vencer- presente Ind.- forma negativa,

[kat-e] 'vencer-Imperativo',

[katʃ -imas-ɯ] 'vencer- forma polida do pres. Ind.'.

SHIBATANI (1989) observa que, nos casos dos empréstimos lingüísticos, devido à ocorrência do alofone [ʃ] antes de /i/ na língua japonesa, a pronúncia de palavras inglesas como *seat* e *system* torna-se mais difícil e quase invariavelmente são pronunciadas com o alofone [ʃ] no lugar de /s/. A pronúncia destas palavras seria, com freqüência, ['ʃ i:ts ɯ] e ['ʃ i s ɯ tem].

Quanto às regras morfofonológicas que se referem à flexão do verbo, elas distinguem dois tipos de sufixos para os radicais dos verbos: aqueles radicais que terminam em consoante e aqueles radicais que terminam em vogal. SHIBATANI (idem) explica que esta distinção normalmente determina a escolha dos sufixos e cita o exemplo de dois verbos na forma Imperativa: quando o radical do verbo termina em fonema consonantal recebe o sufixo -e, [kak-e] 'escrever - Imperativo afirmativo'; e quando termina em fonema vocálico recebe o sufixo -ro, [mi-ro] 'olhar - Imperativo afirmativo'.

¹Na língua japonesa, a forma polida é mais utilizada pelo emissor quando o interlocutor pertence a um nível superior na escala hierárquica social, i.e., quanto maior o status da pessoa com quem se fala, maior a polidez da língua utilizada.

Abaixo, o quadro fonético da língua japonesa (ONO, H. 1973:5):

An Outline of the Japanese Language							5
Limit of articulation Method of articulation	Lips (labial)		Teeth and tongue point (dental)	Teeth ridge and tongue point (alveolar)	Hard palate and tongue back (palatal)	Soft palate and tongue back (velar)	Throat (glottal)
	Both lips	Lips and teeth (labio-dental)					
Plosive (mute)	p, b p, b			t, d t, d		k, g k, g	
Nasal	m m			n n	ñ	ŋ ŋ	
Fricative		f, v	θ, ð	s, z s, z ʃ, ʒ; r	ʃ, ʒ		h h
Affricate				ts, dz tʃ, dʒ	tʃ, dʒ		
Lateral				l (flowing sound) l (liquid consonant)			
Semi-vowel	w				j		

Com relação às sílabas, a estrutura silábica básica do japonês é CV e este padrão canônico também é imposto aos empréstimos lingüísticos. Um encontro do grupo consonantal ou uma consoante em final de sílaba das palavras estrangeiras serão transformadas em uma seqüência CV através da inserção de / u / (ou /o/ depois de uma oclusiva dental, pois [t u] e [d u] não ocorrem foneticamente na língua japonesa). SHIBATANI cita o exemplo da palavra *strike* [strajk] que na pronúncia japonesa tornar-se-á [s^u to raj k^u].

Este é um exemplo de palavra estrangeira que, devido ao agrupamento de fonemas consonantais e ao fechamento de sílaba com um fonema oclusivo, representa um desvio do padrão silábico básico CV. Casos como este permitem que os falantes nativos de língua japonesa automaticamente moldem as sílabas de palavras estrangeiras emprestadas de acordo com o padrão do seu sistema silábico. Observe outros exemplos: *season* ['ʃiidzün], *team* ['tʃiimu] e *tour* ['tsu aa].

O autor comenta um outro tipo de desvio que se relaciona com dois tipos de consoantes que podem fechar uma sílaba. Estas são consoantes não-nasais seguidas de consoantes geminadas ou uma consoante nasal que fecha uma sílaba. Para o primeiro caso teríamos os exemplos [ja ppari] 'como esperado', [ja tto] 'finalmente' e [ju kw ri] 'lentamente' e como exemplos de consoante nasal que fecha sílaba : [hon too] 'verdadeiramente', [ham pa] 'ocasional', [kon ga ri] 'encaracoladamente', [hon] 'livro'. Observe-se aqui uma grande preocupação do lingüista SHIBATANI (1989) e também de outros (VANCE 1987, ONO 1973, KINDAICHI 1967) com relação à tradição da escrita japonesa.

Podemos supor que em palavras como [ja tto] (como apresentada por SHIBATANI), por exemplo, o que ocorre na pronúncia é [ja // to], ou seja, há um tempo vazio na pronúncia entre os fonemas /a/ e /t/ e o "ataque" no /t/ que o deixa com o traço [+ tenso].

Este assunto é bastante polêmico e pouco estudado. Acreditamos que existem grandes semelhanças na língua japonesa e na língua italiana no que se refere a este fenômeno do "tempo vazio" (//). Entretanto, como o presente trabalho não tem como objetivo tratar de aspectos segmentais e prosódicos da fonologia japonesa, não entraremos em maiores detalhes. Temos consciência de que as escolas fonológicas contemporâneas poderiam dar conta do fenômeno (v. CLEMENTS, 1985; ABAURRE & WETZELS, 1992). Deixamos

este assunto específico para pesquisas futuras, mas apresentamos as abordagens de alguns lingüistas japoneses que explicam este fenômeno através do conceito de mora, que será visto a seguir.

SHIBATANI explica a ocorrência de pronúncias como [ja tto] (com dupla ocorrência do fonema consonantal /t/) e [hoN] (com o fonema nasal /N/ ocupando o espaço de uma sílaba fonológica) através da existência dos arquifonemas /Q/ e /N/. O /Q/ é utilizado para representar os fonemas consonantais não-nasais e o /N/ para os nasais. Quando o /N/ ocorre em final de palavra, ele assume o valor de uma nasal velar /ŋ/ ou simplesmente a nasalização de uma vogal idêntica à vogal precedente. Como exemplo, SHIBATANI (1989:867) cita a palavra /hoN/ 'livro' que poderá ser [hoŋ] ou [hoõ].

Para compreendermos melhor a função destes arquifonemas é preciso nos remetermos à noção de mora que existe na língua japonesa. A fonologia japonesa apresenta como necessária uma distinção entre a sílaba como unidade suprasegmental e a mora, uma unidade fonológica da língua japonesa muito importante. As consoantes em final de sílaba constituem uma unidade rítmica e são consideradas moras na língua japonesa.

A mora é uma unidade rítmica que estabelece a duração de um fonema, ou seja, a extensão de sua articulação no tempo. LADEFOGED (1982) afirma que a mora é uma unidade de tempo e que cada mora toma praticamente a mesma extensão de tempo para ser pronunciada.

Através do comentário de KINDAICHI (1967) podemos observar a importância dada à mora (elemento prosódico) e à sua estrutura para a divisão silábica. O autor comenta que o conceito de sílaba foi introduzido no Japão pelos estudiosos de línguas da região oeste do país, na era do Imperador Meiji (1868-1912). Nesta época, devido à introdução do conceito de sistema silábico

no Japão, palavras como /keQ-koN/ 'casamento' e /soo-kai/ 'introdução' foram consideradas palavras constituídas por duas sílabas cada uma.

No entanto, o autor afirma que, antes desta influência da lingüística do oeste, estas palavras eram divididas em quatro sílabas (/ke-Q-ko-N/ e /so-o-ka-i/) e acrescenta que esta análise de duas sílabas representou a aplicação acrítica de uma perspectiva da língua européia sobre a japonesa. Aqui, fazemos a observação de que nosso trabalho dá um passo à frente dentro do estudo da fonologia japonesa. Não fazemos a "aplicação acrítica", como afirma KINDAICHI (1967: 70-71), de conceitos válidos somente para algumas línguas indo-européias, mas, ao contrário, usando os conceitos universais da lingüística, chegamos a uma compreensão mais coerente do japonês, permitindo que este seja comparado com uma língua indo-européia como o português.

Esta preocupação com a forma, ou seja, com uma maior atenção sendo dada à escrita caligráfica do que à fonologia/fonética, advém da cultura tradicional e milenar japonesa que cultua artisticamente a representação gráfica de seus caracteres e hieróglifos. O shodô, arte da caligrafia japonesa, que vem sendo conservado há séculos, de geração para geração, é um dos exemplos desta preocupação.

É importante salientar que vários autores continuam bastante arraigados à tradição da escrita e não conseguem desvincular-se dela no momento em que explanam sobre aspectos da fonética e fonologia. Para SHIBATANI (1989:865), a mora " *é uma unidade que pode ser representada por uma letra de kana e cuja função como unidade rítmica é utilizada na composição do waka e do haiku japoneses, os poemas tradicionais da língua japonesa.*" Desta forma, nas composições poéticas, palavras como /keQkoN/ podem conter tanto quatro como duas unidades rítmicas.

DOI (1983:22) comenta que as moras correspondem às sílabas fonológicas do japonês e confirma que elas constituem unidades de duração do ritmo. A autora acrescenta a noção de sílaba àquela de mora, descrevendo a existência de moras do tipo V (vogal) e CV (consoante e vogal) e introduzindo mais três tipos de moras consideradas específicas (algumas já citadas anteriormente). As moras específicas são:

1- As moras nasais, representadas pelo arquifonema /N/ e pela letra japonesa *ン*.

A palavra / *ʃiN buN*/ 'jornal', por exemplo, apresenta quatro moras: / *ʃi-N-bu-N*/

2- A mora que constitui a consoante geminada: os lingüistas japoneses normalmente empregam o arquifonema /Q/ para representar esta mora:

Ex.: /*i-p-pi-ki*/ 'um (numeral utilizado para a contagem de animais)'

[*i Q pi ki*]

3- A mora que representa a segunda vogal numa sequência V V:

Ex.: /*i-ko-o*/ 'vamos'

[*i ko :]*

SHIBATANI (1989) comenta que, através desta conceituação de mora, podemos observar uma característica que a diferencia da sílaba japonesa padrão, ou seja, a ocorrência de uma consoante independente do acompanhamento de uma vogal na mesma mora, o que é considerado impossível na constituição da sílaba japonesa. Este conceito se refere às moras que constituem a consoante geminada, apresentada acima.

Ao analisarmos o primeiro elemento das consoantes geminadas e os comentários realizados por SHIBATANI para explicá-las, passamos a compreender o forte vínculo que existe entre a fala e a escrita.

O autor cita como exemplo as palavras *hakkiri* [ha//kiri] 'claramente', *yappari* [ja//pari] 'como esperado' e *tatta* [ta//ta] 'levantado'. Todas estas consoantes geminadas são fonemas oclusivos e sempre terão os seus primeiros segmentos, que constituem moras, representados na escrita em *hiragana* (silabário japonês) pelo hieróglifo minúsculo "ㇿ" *tsu* [tsu]. Observe a seguir:

[Xa // ki ri]	[ja // pa ri]	[ta // ta]
は、きり	や、ぱり	た、た

Percebemos que SHIBATANI (1989), a fim de explicar um conceito "fonológico" como a mora, necessita recorrer à escrita japonesa e ao seu sistema silábico. Observamos, assim, que o conceito de sílaba fonológica e a noção da sílaba na escrita encontram-se fortemente vinculados.

Dando continuidade à análise de SHIBATANI (1989), observamos que este mesmo caractere *tsu* pode ser escrito em tamanho padrão, como as demais sílabas, e é lido como [tsu]. No entanto, quando é escrito em tamanho minúsculo, ele não apresenta esta mesma leitura, apenas ocupa na pronúncia o lugar de uma pausa e um "ataque" na pronúncia do fonema seguinte, o que implica, na escrita romanizada, a duplicação da consoante posposta.

A palavra *hakkiri* é escrita com quatro caracteres do silabário japonês e para os japoneses ela contém quatro moras. Se pedirmos a um falante nativo do japonês para que soletra esta palavra, ele irá pronunciar as sílabas ha-tsu-ki-ri, como na escrita, no entanto, a pronúncia é [ha // ki ri], com uma pausa e um "ataque" entre as sílabas *ha* e *ki*.

As vogais longas, representadas na escrita pela repetição do mesmo caractere japonês (ou *kana*), também são contadas como duas moras,

complementa SHIBATANI (idem) que cita o exemplo da palavra *ookii* 'grande', que contém duas sílabas (*oo - kii*) e quatro moras (*o - o - ki - i*).

Acreditamos que a noção de mora (uma unidade rítmica, prosódica) que o falante nativo da língua japonesa (e até, infelizmente, um lingüista) possui está intimamente ligada à noção de sílaba japonesa na escrita. Nesta língua, os falantes nativos, que apresentam um domínio da escrita, naturalmente realizam a segmentação das palavras em moras. Desse modo, para estes falantes, o conceito de sílaba fonológica torna-se desnecessário, pois a mora ocupa a função de unidade rítmica e de duração.

É interessante salientar que a grande importância atribuída à mora (elemento prosódico) é também observada nos textos descritivos sobre a fonologia japonesa. Observa-se que os conceitos de mora e sílaba fonológica são tratados conjuntamente, sem que as particularidades da fonética prosódica sejam estudadas separadamente.

Confirmando o que foi citado anteriormente, SHIBATANI (idem) observa que para os lingüistas japoneses é importante ressaltar o papel das moras e das sílabas fonológicas no sistema acentual japonês, pois ambas desempenham papéis diferentes. Por exemplo, a mudança de tom ocorre no nível da mora e a elevação ou o abaixamento do tom de uma mora ocasiona a mudança do significado da palavra, ou seja, uma outra palavra passa a existir. É citado o exemplo da palavra *kan* 'conclusão' que, em sua pronúncia, apresenta um abaixamento do tom após a sua primeira mora (*ka*): *kān* (- -). Uma outra palavra *kan* 'sentido' tem a sua pronúncia diferenciada através da seguinte configuração tonal: *kañ* (- -).

O conceito de sílaba também desempenha um papel importante na acentuação japonesa pois, no dialeto padrão, a unidade silábica leva o acento ou a marca do abaixamento do tom. SHIBATANI comenta que esta observação

é feita a partir do fato de que as sílabas constituídas por duas moras sempre têm o acento na primeira mora. O exemplo citado é o da palavra *koorogui* 'grilo', pronunciada *kō orogui* (˘ -), em que observamos o abaixamento do tom a partir da segunda mora da primeira sílaba. A pronúncia *ko ō rogui* (- ˘ - -), com o acento na segunda mora da primeira sílaba, não existe. Assim, o autor justifica a co-existência das moras e das sílabas na língua japonesa, pois as regras de acentuação desta língua reservam funções específicas para cada uma destas unidades.

SHIBATANI (1989) acrescenta que existem dialetos japoneses da região norte de Tohoku e no sul da região de Kyushu que não apresentam o conceito de mora, apenas o de sílaba. Em palavras como *matti* 'fósforo' e *honya* 'livraria' são contadas apenas duas sílabas *ma - tti* e *hon - ya*. Uma sílaba contendo uma vogal longa também é considerada como uma unidade. Nestes dialetos, a sílaba é também uma unidade que determina o tom.

A existência de dialetos nas regiões periféricas do norte e sul do Japão faz com que o dialetologista japonês Takesi SIBATA (apud SHIBATANI 1989:869) apresente a hipótese de que a língua japonesa já foi uma língua silábica a partir da qual se originaram os dialetos contemporâneos que consideram a mora como unidade rítmica. Esta hipótese precisa ser estudada com maiores detalhes, entretanto, até o momento, não encontramos estudos sobre este assunto. Também é interessante saber que o dialeto padrão japonês apresenta a dominância do tom alto na pronúncia, mas existem também alguns dialetos, como o de Kagoshima, que têm a predominância do tom baixo. Diferenciadamente, há dialetos como o de Miyakonojo que utilizam apenas um padrão acentual.

Ao pronunciarmos uma palavra japonesa, a mora acentuada é diferenciada das demais pela sua altura, que é mais alta que a da mora anterior

ou da seguinte. A duração e a intensidade das moras é a mesma. Como esta diferença é manifestada pela altura melódica, a língua japonesa é classificada como uma língua tonal.

No entanto, como nota SEZAKI (1980:106), a manifestação da altura melódica do japonês é completamente diferente das verdadeiras línguas tonais, como o chinês e o tailandês. A autora (idem) afirma que *"Em japonês a informação que o tom nos dá sobre cada sílaba é meramente uma resposta para a questão do reconhecimento da sílaba acentuada. A altura em japonês expressa meramente uma localização do acento."* Assim, na língua japonesa, a diferença tonal existe apenas para diferenciar a sílaba acentuada das demais, pois esta diferença é relevante para o significado da palavra.

SEZAKI explica que, na língua portuguesa, uma palavra pode apresentar, além da sílaba tônica, outras sílabas contendo tônicas secundárias e terciárias bem como sílabas átonas (ex. [ta 'pe tʃi], onde [pe] é a sílaba tônica, [ta] é a sílaba tônica secundária e [tʃi] a sílaba átona). Em japonês, entretanto, *"não há nenhum fenômeno comparável para tônica secundária, pelo menos dentro de uma palavra."* (1980:107) O japonês apresenta apenas *"uma caída na altura sem marca acústica de ênfase para qualquer outra sílaba"*. (idem)

A função desempenhada pelo acento na língua portuguesa é diferente daquela desempenhada na língua japonesa. Em português, comenta a autora, o acento não indica meramente a localização das sílabas tônicas dentro de uma frase, mas indica também diferentes níveis de tonacidade para as outras sílabas da frase.

A acentuação na língua japonesa envolve diferenças tonais. Segundo SHIBATANI, a maioria dos dialetos japoneses poderiam ser considerados línguas tonais e cita um exemplo do dialeto de Kyoto em que a forma *hasi* apresenta três padrões tonais, cada um associado com um significado distinto:

$\bar{h}\bar{a}si$ (- -) com o tom alto na primeira e na segunda sílaba significa ' *extremidade*'; quando a primeira apresenta tom baixo e a segunda alto surge uma nova palavra, como em $h\bar{a}si$ (_ -) ' *pauzinhos utilizados como talheres pelos japoneses*' e em $\bar{h}asi$ (- _), quando o tom da primeira sílaba é alto e o da segunda é baixo, temos a palavra ' *ponte*'.

SEZAKI comenta que se considerássemos apenas o acento principal em línguas de acento tônico, poderíamos agrupar o português (língua de acento tônico) e o japonês (língua de acento de altura) em um mesmo grupo, uma vez que, em línguas de acento tônico, há pelo menos uma sílaba tônica por frase. No entanto, é necessário recordar que, em português, uma palavra apresenta, além da sílaba tônica, sílabas tônicas secundárias e terciárias, bem como sílabas átonas. Em japonês, entretanto, este fenômeno não ocorre.

SHIBATANI (1989) também diferencia os dialetos japoneses das línguas tonais, pois na maioria dos dialetos, dadas as marcas de acento e um conjunto de regras, o tom de cada sílaba de uma frase pode ser previsto.

Como os aspectos suprasegmentais da fonologia da língua japonesa não são relevantes para os resultados de nosso trabalho, optamos por esta apresentação geral e sucinta. Outros estudos na área de fonética suprasegmental do japonês vêm sendo desenvolvidos e a pesquisa deve ser aprofundada.

Através desta breve exposição, objetivamos apresentar aspectos da língua japonesa que a caracterizam e, em alguns pontos, a diferenciam da língua portuguesa. Com base nesses dados, é possível compreender melhor o sotaque marcante presente no português falado por muitos japoneses e seus descendentes. As diferenças tipológicas entre a língua materna e a língua alvo, ou segunda língua adquirida, influenciam a aquisição da língua estrangeira, no

entanto, a motivação que o aprendiz apresentar será fundamental para determinar o seu desempenho nesta segunda língua.

2.2 OS SISTEMAS FONOLÓGICOS DAS LÍNGUAS PORTUGUESA E JAPONESA

Faremos uma rápida apresentação dos sistemas fonológicos das línguas em estudo: a portuguesa e a japonesa. Este esboço tem por objetivo manter os leitores a par das semelhanças e diferenças fonológicas mais aparentes entre ambas as línguas.

Como o nosso objetivo não é estudar profundamente o sistema fonológico da língua portuguesa, utilizar-nos-emos dos estudos de MATTOSO CAMARA (1970) e CALLOU & LEITE (1990) para podermos chegar aos pontos "críticos" que a fonologia do português apresenta para os falantes do japonês.

No final de cada sinopse, serão apresentados os quadros de fonemas das línguas portuguesa e japonesa respectivamente. Esta breve apresentação tem também por propósito introduzir esta informação aos leitores para que um reconhecimento e uma possível comparação entre ambos os sistemas fonológicos possam ser realizados. Alguns comentários necessários serão feitos a fim de dar conta das peculiaridades específicas deste trabalho.

2.2.1 O SISTEMA FONOLÓGICO DO PORTUGUÊS:

MATTOSO CAMARA (1995:41) apresenta o sistema vocálico da língua portuguesa, no qual a articulação dos sons da língua leva à classificação articulatória dos fonemas vocálicos como: anteriores, central e posteriores. A elevação gradual da língua, na parte anterior ou posterior, oferece a seguinte classificação articulatória dos fonemas vocálicos: baixa, média aberta, média fechada e alta.

altas	/u/		/i/	
médias	/o/		/e/	(fechadas)
médias	/ɔ/		/ɛ/	(abertas)
baixa	/a/			
posteriores - central - anteriores				

Na língua portuguesa falada no Brasil, ressalta MATTOSO CAMARA, a posição da vogal tônica diante de consoante nasal na sílaba seguinte, como nas palavras *amo*, *lenha* e *sono*, elimina as vogais médias abertas e torna a vogal baixa central levemente posterior. Assim, além das sete vogais anteriormente apresentadas, existe uma variante posicional [ɐ], ou seja, uma forma variante da vogal [a] diante de consoante nasal na sílaba seguinte.

CALLOU e LEITE (1990:77) complementam que o sistema completo de sete vogais só funciona em sílaba tônica. Nas sílabas átonas, ocorre a neutralização, i.e., "o processo pelo qual dois ou mais fonemas que se opõem em determinado contexto deixam de fazê-lo em outro". Nas sílabas átonas finais, em que a atonicidade é máxima, a oposição entre as três vogais anteriores e as três vogais posteriores desaparece e o sistema vocálico fica reduzido a três vogais: *i*, *a*, *u*. O *i* representa toda a série anterior (ex.: *fac[i]*, *pont[i]*) e o *u* toda a série posterior (*faç[u]*, *pont[u]*).

Com relação ao sistema de consoantes da língua portuguesa, partindo da posição intervocálica, MATTOSO CAMARA (1995:48-49) identifica 19 fonemas consonânticos portugueses, os quais são reconhecidos por várias séries opositivas. Uma delas é apresentada na página seguinte:

/p/ : /b/ : roupa : rouba; /t/ : /d/ : rota : roda; /k/ : /g/ : roca : roga;

/f/ : /v/ : mofo : movo; /s/ : /z/ : aço : azo (ou assa : asa);

/ʃ/ : /ʒ/ : acho : ajo (ou queixo : queijo);

/m/ : /n/ : /ɲ/ : amo : ano : anho;

/l/ : /λ/ : mala : malha;

/r̃/ : /r/ : erra : era.

O autor parte da classificação usual em consoantes oclusivas, constritivas, nasais, laterais e vibrantes. Nas consoantes oclusivas e fricativas se opôs o traço distintivo surdez/sonoridade (ou seja, ausência de vibração e presença de vibração das cordas vocais, respectivamente), no entanto, cada par opositivo apresenta o mesmo ponto de articulação.

Assim, temos as oclusivas /p/ : /b/ labiais, /t/ : /d/ dentais e /k/ : /g/ velopalatais (pois se articulam no véu palatino diante de /a/ e vogais posteriores e no caso de vogais anteriores, no extremo final do palato). A seguir, as fricativas /f/ : /v/ labiodentais, /s/ : /z/ dentais e /ʃ/ : /ʒ/ palatais.

Complementando a série seguem as consoantes sonoras nasais /m/ : /n/ : /ɲ/ cujo ponto de articulação é diferenciado, respectivamente labial, linguo-dental e palatal. As duas últimas séries são compostas por consoantes sonoras linguais, sendo que em /l/, a ponta da língua toca os dentes superiores e em /λ/, o médio-dorso central da língua se estende no médio-palato; e consoantes sonoras vibrantes, ocorrendo em /r̃/, golpes múltiplos junto aos dentes superiores, ou em vibrações da parte dorsal junto ao véu palatino, uma vibração da úvula ou uma fricção faríngea e em /r/, a língua dá um único golpe junto aos dentes superiores.

Do ponto de vista fonológico, as oclusivas e as fricativas são "francamente consonânticas" (MATTOSO 1995:49), impedindo a livre passagem

da corrente de ar. Enquanto nas oclusivas ocorre uma plosão, nas fricativas há uma fricção de duas partes do aparelho fonador.

Segundo MATTOSO (idem), as nasais, laterais e vibrantes se associam por uma combinação do consonântico com o vocálico (sonântico). Nas nasais existe a ressonância nasal e entre as laterais e as vibrantes há apenas ressonância oral, sendo que estas se diferenciam entre si pelo ruído de oclusão parcial entre // e /l/ e pelo de vibração entre /r:/ e /r/.

Nos grupos em que a líquida aparece como segundo elemento consonântico, é muito comum encontrar nos dialetos brasileiros o rotacismo do //, que muda para /r/.

O rotacismo é um processo que se observa na fonética histórica do latim, onde os infinitivos *amare*, *legere*, *audire*, etc. são originários da raiz verbal à qual se acresce uma desinência do infinitivo -se, em que o /z/ intervocálico se torna /r/. Por extensão, este termo determina a transformação de outras consoantes, como /d/ e //, em /r/. Na língua portuguesa falada em certas regiões, como é o caso do dialeto caipira, é possível observar a substituição do [l] pelo [r retroflexo] ou pelo flap [r]. Como exemplo, temos as palavras ['sɔɾta] "solta" e [mar'vada] "malvada".

Nosso trabalho direciona uma atenção especial ao fonema /r/, citado anteriormente, que é encontrado na língua portuguesa, principalmente nas posições intervocálicas como em *arara* /a ' r a r ɐ / e, em segundo lugar, no grupo consonantal iniciado por uma consoante oclusiva como em *praia* /'p r a j ɐ /. Observaremos, posteriormente, que ele também é apresentado no quadro fonológico da língua japonesa e é pronunciado em palavras como *karada* "corpo" [k a r a d'a] e *karê* "ele"(pronome pessoal) [k a r e].

Com relação à vibrante em português, CALLOU e LEITE (1990:73) reforçam a análise tradicional que confirma a existência de duas espécies de *r*

que se opõem fonologicamente apenas em posição intervocálica (careta:carreta, tora:torra). Em outros ambientes, esta oposição fica neutralizada: em posição inicial só ocorre o *r* múltiplo, como segundo elemento de grupo consonântico ocorre de preferência o *r* simples e, em posição pós-vocálica, pode ocorrer um ou outro.

A língua portuguesa apresenta também um arquifonema nasal que é o elemento consonântico nasal posvocálico /N/. O arquifonema é a intersecção dos conjuntos formados pelos traços pertinentes de dois fonemas, cuja oposição é neutralizável. Assim, a oposição que existe entre /m/ e /n/ é neutralizada na posição posvocálica. Ele produz as chamadas vogais nasais portuguesas, cuja transcrição fonêmica é apresentada por MATTOSO CAMARA (1995:52) como /aN/, /eN/, /iN/, /oN/ e /uN/. Então, para o autor, o quadro de sete vogais (partindo-se da posição tônica) é reduzido a cinco vogais, acrescido da variante posicional [â], diante de consoante nasal na sílaba seguinte. Observe o quadro apresentado por MATTOSO (1970:43):

altas	/u/	/i/
médias	/o/	/e/
baixa	/a/	
	[â]	

Posteriormente, observaremos que na língua japonesa também encontraremos o fonema nasal /N/ assumindo um papel particular.

2.2.1.1 ESTRUTURA SILÁBICA DA LÍNGUA PORTUGUESA:

Normalmente a vogal, "*como o som vocal mais sonoro, de maior força expiratória, de articulação mais aberta e de mais firme tensão muscular*" (MATTOSO CAMARA, 1995:53), é que desempenha um papel central na sílaba., apesar de que algumas consoantes, denominadas "sonantes", também possam assumir esta posição.

MATTOSO CAMARA comenta que quando afirmamos ser a V (vogal) o centro da sílaba e a C (consoante) um elemento periférico, surgirão dois tipos de sílabas: V e CV.

Segundo CABRAL (1971:81) , "*CV é a estrutura silábica universal e a primeira que a criança incorpora fonologicamente.*" É o caso da criança que começa a balbuciar as primeiras palavras, entre elas *mama* (CV CV), para *mamãe*, e *papa* (CV CV), para *papai*. Este fato também é observado na pronúncia da criança antes de entrar na linguagem propriamente dita, ou seja, na fase da pré-linguagem.

Na língua portuguesa, a estrutura silábica pode apresentar as seguintes configurações:

1. V = /'a/ - a
2. VC = /'ar/ - ar
3. CV = /'pa/ - pá
4. CVC = /'pas/ - paz
5. CVCC = /'dews/ - Deus
6. CCV = /'kre/ - crê
7. CCVC = /'krer/ - crer

8. CCVCC = /'treys/ - três (na maioria dos dialetos da língua portuguesa falada no Brasil)

Há uma restrição para a última consoante (C) das configurações 2, 4, 5 e 7 que poderá ser um fonema consonantal vibrante, líquido, nasal ou fricativo sibilante. Quanto às configurações 6, 7 e 8, quando a consoante é o segundo elemento de um grupo consonântico prevocálico, MATTOSO CAMARA (1995:50) afirma que nesta posição só figuram as laterais e as vibrantes anteriores. Ele exemplifica os contrastes criados: *bloco:broco* (1ª pes. pres. ind. do verbo brocar), *clave:crave* (subj. de cravar) e *fluir (correr):fruir* (gozar).

Como já foi visto anteriormente, /N/ é um arquifonema que se realiza como /m/ diante de consoante labial na sílaba seguinte (por exemplo em bambo ['bæmbu]) , como /n/ diante de consoante anterior nas mesmas condições (no exemplo da palavra dente ['d e ʰ tʃ i]) e como um alofone [ŋ] posterior diante de vogal posterior (no exemplo de sangue ['s a ŋ g i]. Como é colocado por MATTOSO CAMARA, a sílaba contendo a vogal mais o fonema nasal se comporta como uma sílaba travada por consoante. É normal observarmos a elisão entre duas palavras, na fala, quando a primeira termina por vogal e a segunda inicia também por vogal. Isto não ocorre normalmente quando a primeira vogal é nasal, por exemplo: *lã azul, jovem amigo, bom homem*.

Abaixo, apresentamos o quadro de fonemas consonantais e vocálicos da língua portuguesa (CALLOU e LEITE 1990: 69 e 77):

	OCLUSIVAS SURDA-SONORA		FRICATIVAS SURDA-SONORA		NASAIS	LATERAIS	VIBRANTES
LAB.	p	b	f	v	m		
ANT.	t	d	s	z	n	l	r
POST.	k	g	ʃ	ʒ	ɲ	λ	̃r

	VOGAIS		
	anteriores	central	posteriores
altas	i		u
médias	e ɛ		o ɔ
baixas		a	
	não-arredondadas		arredondadas

2.2.2 O SISTEMA FONOLÓGICO DO JAPONÊS:

O sistema fonológico japonês apresentado é o sistema do dialeto considerado padrão, pois é comum à maioria dos dialetos japoneses, com exceção de alguns dialetos da região nordeste, de Tosa e de Kyushu (HATTORI, 1976).

Os fonemas vocálicos japoneses /a/, /e/, /i/, /o/, /u/ são muito semelhantes às vogais da língua portuguesa, no entanto, não encontramos os fonemas /ɛ/ e /ɔ/, ou seja, estes fonemas abertos não existem na língua japonesa.

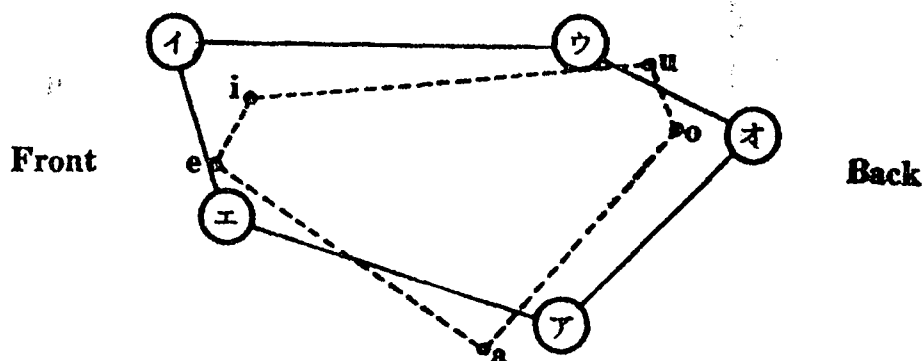
As vogais /a/, /e/ e /i/ são consideradas anteriores, comenta ONO (1973:6), pois são articuladas na parte frontal da língua. As vogais /o/ e /u/ são articuladas em torno da região posterior da língua e, por isso, conhecidas como vogais posteriores. O fonema /u/ da língua japonesa é não-arredondado e ONO (idem) comenta que sua pronúncia corresponde a [u].

Na língua japonesa, não encontramos os alofones fechados do /a/, mesmo quando seguido por um fonema nasal. Por isso e pela inexistência de fonemas abertos como /ɛ/ e /ɔ/, é comum observarmos a dificuldade experimentada pelos estudantes japoneses, por exemplo, no momento de diferenciar as palavras *vovô* e *vovó*. Como o traço aberto e fechado das vogais não constitui um traço distintivo na língua japonesa, esta diferenciação é realizada com certa dificuldade.

O mesmo ocorre com as vogais seguidas por um fonema nasal. Os fonemas vocálicos /e/, /i/, /o/ e /u/ conservam a sua pronúncia fechada quando seguidas pelo fonema /N/, da mesma forma que o fonema /a/ é pronunciado aberto antes de fonema nasal. Assim temos /mi'kaN/ laranja e /kai'gaN/ praia.

6

An Outline of the Japanese Language



Com relação aos fonemas constritivos, /f/ e /v/ não ocorrem em japonês e o fonema japonês que mais se aproxima de /f/ é /f̥/ e de /v/ é /b/. É por isso que, muitas vezes, observamos que alguns japoneses, ao se comunicarem em língua portuguesa, realizam trocas deste tipo na pronúncia: [a bi 'on] para avião, [k u r a 'b i k u r a] para clavícula, entre outras.

O fonema /s/, como vimos anteriormente, não ocorre diante da vogal /i/, apenas diante das demais vogais. Diante de /i/ o sibilante dental adquire chiado, tornando-se o fonema palato-alveolar /ɕ/. Assim, a pronúncia [s] ocorrerá antes de /a/, /u/, /e/ e /o/. O alofone [ɕ] ocorrerá diante de /i/.

Da mesma forma, o fonema sibilante /z/ diante da vogal /i/ se realiza como o alofone africado [dʒ], e diante das demais vogais como o alofone africado /dz/. Na língua portuguesa, o fonema /z/ é uma fricativa anterior sonora, mas na pronúncia japonesa a ponta da língua toca rapidamente a região alveolar superior e retorna assim que a vocalização é iniciada, ou seja, se produz uma africada.

O fonema /r/ japonês é pronunciado com a ponta da língua tocando rapidamente os alvéolos superiores e logo retornando. Ele é o flap ápico-alveolar [ɾ].

Os fonemas /p/ e /b/ são pronunciados normalmente antecedendo todas as vogais. Os fonemas /t/ e /d/, no entanto, apresentam os alofones posicionais [tʃ] e [dʒ] antes de /i/ e [ts] e [dz] antes de /u/. Observe-se que, como já comentamos, diante de /i/ ocorre a africacão de /t/ e /d/, fenômeno já conhecido no português brasileiro.

ONO (1973:1-6) descreve vários aspectos dos fonemas japoneses, comparando-os com os da língua inglesa. Aqui, apresentamos apenas as características que consideramos mais relevantes para um panorama da fonologia da língua japonesa em comparação com a língua portuguesa.

2.2.2.1 ESTRUTURA SILÁBICA DA LÍNGUA JAPONESA:

Em japonês as sílabas podem assumir as seguintes configurações :

V = "e" desenho

CV = "sa" diferença

CCV = "mja-ku" pressão arterial (neste caso, a posição da segunda consoante só pode ser ocupada por uma semivogal, não ocorrendo líquidas ou flaps)

CVC= "haj" sim

"san" três (nesta última estrutura , a posição da consoante pós-vocálica pode ser ocupada pela semivogal ou por uma consoante nasal, ou seja, há

uma restrição para esta posição de fechamento de sílaba)

SHIBATANI (1989) e DOI (1983) , baseados na análise das moras da língua japonesa, já comentada anteriormente, apresentam duas estruturas silábicas diferentes representadas pelo N e pelo Q.

N = N seria o som nasal silábico presente na palavra "hon" livro , cuja sílaba é composta por uma consoante, uma vogal e o fonema nasal N².

Q = seria o fonema que, na escrita romanizada, representa a consoante que é repetida (por exemplo: *kekkon* casamento), no entanto, na pronúncia, o Q é representado por uma pausa. A palavra *kekkon* é pronunciada como [ke//ko^ŋ]

²Dentro da tradição da escrita da língua japonesa, o fonema / N / é considerado uma mora e por isso equivale a uma sílaba fonológica japonesa. Esta consideração da mora é essencial na contagem das sílabas métricas dos poemas, que fazem parte da tradição cultural japonesa.

CAPÍTULO III - O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA SEGUNDA LÍNGUA (ASL) - ALGUNS FATORES SOCIO E PSICOLINGÜÍSTICOS QUE PODEM INFLUENCIÁ-LO

No capítulo anterior, refletimos sobre os sistemas fonológicos das línguas portuguesa e japonesa. Como já afirmamos, em nosso trabalho, os informantes apresentam a língua japonesa como língua materna e o português como segunda língua aprendida.

Para compreendermos melhor o processo de aquisição da segunda língua, passamos a apresentar, em termos gerais, o papel desempenhado por determinados elementos que participam direta ou indiretamente deste processo.

3.1 O PAPEL DA LÍNGUA MATERNA NA AQUISIÇÃO DA SEGUNDA LÍNGUA

Há uma crença popular, segundo ELLIS (1986), de que a aquisição de uma segunda língua (L2) é fortemente influenciada pela língua materna do aprendiz. O sotaque estrangeiro na L2 dos aprendizes é um forte motivador desta crença.

Através da descrição, anteriormente realizada, do sistema fonológico da língua japonesa e o da portuguesa, pudemos observar que existem diferenças entre os fonemas presentes em cada uma das línguas e seus alofones, assim como os padrões silábicos.

Como mostramos no quadro fonológico da página 62, a língua portuguesa apresenta fonemas que inexistem na variante padrão da língua japonesa e, entre eles, se encontra o / l /.

Um fonema japonês que se aproxima articulatoriamente do / l / da língua portuguesa é o / r /. Como já apresentado, / r / é um flap ápico-alveolar que é

pronunciado na língua portuguesa em palavras como [a ' r a r e] arara, ['p r a j e] praia e ['b r i z e] brisa.

É comum observarmos descendentes de japoneses, no Brasil, que, ao se comunicarem em português, trocam o fonema / l / pelo / r /. Ao pronunciarem a palavra *mala*, por exemplo, pronunciam-na como ['m a r a].

Surgiu, então, a seguinte questão: Qual é o papel da primeira língua (L1) do aprendiz na aquisição da segunda língua? Será ele negativo ?

Do ponto de vista psicológico, poderíamos dizer que *"nunca há uma coexistência pacífica entre os sistemas de duas línguas no aprendiz, mas sim um constante estado de guerra, e esta guerra não está limitada ao momento da cognição, mas continua durante o período de armazenamento das novas idéias aprendidas na memória."* (MARTON 1981 apud ELLIS, 1986:19). Assim, o contato entre a L1 e a L2 é constante, ou seja, não podemos crer que o aprendizado da L2 ocorra de forma desvinculada do conhecimento de L1 que já se encontra armazenado no cérebro. O conhecimento que o indivíduo possui sempre será tomado como base de segurança ou apoio no momento da aquisição de um novo conteúdo.

Existe também a crença de que a interferência da L1 sobre a L2 é um fato inevitável, no entanto, FELIX (1980:107) comenta que *"... nossos dados sobre a aquisição de estruturas sintáticas da L2 em um ambiente natural sugerem que a interferência não constitui uma estratégia maior nesta área.... parece-me necessário abandonar a noção de interferência como um fenômeno natural e inevitável na aquisição de L2. "*

Até o final da década de 60, a psicologia behaviorista teve forte influência sobre o ensino de línguas. A língua era considerada um conjunto de hábitos que, segundo SKINNER (1957) , poderiam ser aprendidos através da imitação e do reforço.

Para SKINNER e seus seguidores, a aprendizagem de um hábito através da imitação ocorria quando o aprendiz copiava o comportamento de estímulo, imitando-o suficientemente até que ele se tornasse automático. O método do reforço ocorria quando fossem aplicadas recompensas ou punições ao aprendiz dependendo de sua resposta ao estímulo que poderia ser apropriada ou não. Este último método era utilizado até o momento em que somente respostas adequadas fossem dadas.

Estas teorias de formação de hábito foram aplicadas à aprendizagem de línguas e, na aquisição de L1, segundo a teoria behaviorista de SKINNER, a criança atingiria a proficiência através da imitação dos enunciados produzidos pelos adultos. O reforço ocorreria através das correções necessárias e da prática (repetições).

De acordo com a teoria de aprendizagem behaviorista, os hábitos antigos interferiam na aprendizagem de novos hábitos, logo, a interferência da L1 sobre a L2 (quando esta tinha lugar) assumia um papel central.

Baseada no behaviorismo, surgiu a Análise Contrastiva, cujo alvo final era ensinar a L2 da maneira mais eficiente possível. O papel da língua materna era de grande importância neste tipo de análise, pois eram feitas comparações sincrônicas entre a língua materna e a língua estrangeira para que as diferenças estruturais entre ambas fossem levantadas. Com base neste levantamento, o professor de língua estrangeira seria capaz de prever as dificuldades dos alunos e se preparar para esclarecê-las. A idéia da Análise Contrastiva era de que quanto maiores as diferenças entre as línguas, maiores seriam as dificuldades.

Robert LADO (1971:15), um dos pioneiros deste tipo de análise, propôs que *"o professor que tiver feito uma comparação da língua estrangeira com a língua materna dos estudantes saberá melhor quais são os reais problemas e*

poderá se preparar melhor para ensiná-los." Para LADO, a comparação entre os sistemas da língua estrangeira e da língua materna do aprendiz seria suficiente para que o professor de línguas pudesse identificar antecipadamente os problemas de aprendizagem do aluno. Assim, as aulas poderiam ser moldadas anteriormente devido à previsão das dificuldades que iriam surgir.

A hipótese da Análise Contrastiva apresentou duas versões: a forte e a fraca. Segundo a versão forte, todos os erros de L2 poderiam ser previstos pela identificação das diferenças entre a língua alvo e a língua nativa do aprendiz. Esta versão era a mais comum até que as pesquisas começaram a mostrar que muitos dos erros produzidos por falantes de L2 não podiam ser atribuídos à influência de L1. Segundo a versão fraca, a Análise Contrastiva poderia ser usada para identificar apenas os erros que eram resultado da interferência.

ELLIS (1986) complementa que *"A versão forte da hipótese tem poucos seguidores hoje. Agora é evidente que a L1 não é a única e, provavelmente, nem mesmo a principal causa dos erros gramaticais."* A versão fraca não é muito satisfatória. No entanto, através da comparação entre as duas línguas (L1 e L2) é possível diagnosticar os erros devidos à interferência.

No final da década de 50 surgiram novas perspectivas na área dos estudos lingüísticos, entre elas, a teoria gerativa, cujo marco inicial ocorre em 1957, quando Noam CHOMSKY publica sua obra *Syntatic Structures*, na qual faz uso declarado das intuições. São utilizados dois tipos de argumentos para justificar o uso das intuições na análise lingüística: a afirmação de que a objetividade do corpus é relativa e a tentativa de mostrar que o uso das intuições oferece vantagens sobre o uso do corpus.

Com este novo panorama, CHOMSKY (1957) se opõe a toda uma linha de estudos baseados exclusivamente no corpus lingüístico, em que a validade científica das hipóteses dependia exclusivamente da verificação empírica.

CHOMSKY (idem) postula um falante/ouvinte ideal que vive em uma comunidade lingüística homogênea, ou seja, tanto o falante como toda a sua comunidade compartilham um único dialeto e registro, não apresentando variações. Ele opta pelo falante/ouvinte ideal a fim de retratar o conhecimento mentalizado que os falantes/ouvintes têm de sua língua, em outras palavras, a sua competência.

Apresenta também a idéia do inatismo, ou seja, o ser humano possui uma estrutura mental inata. Esta estrutura é um sistema rico de princípios gerais, os quais determinam limites para a variação possível entre as línguas. Esta mesma estrutura desempenha um papel importante na aprendizagem da língua, pois guia a criança, durante a fase de aquisição da língua, limitando as induções que ela pode fazer das regras que aprende a partir dos dados aos quais está exposta.

Os trabalhos de CHOMSKY (idem) e sua teoria do inatismo motivaram muitos lingüistas a reverem suas pesquisas e os resultados obtidos.

Assim, no final da década de 60, houve uma mudança de perspectiva e a preocupação com o ensino cedeu lugar à preocupação com a aprendizagem. Esta nova perspectiva é caracterizada por várias correntes, entre elas a dos estudiosos da Análise do Erro, que apresenta CORDER (1967) como um dos primeiros teorizadores.

CORDER levantou a questão da semelhança entre os processos de aquisição da L1 e da L2: "*Eu proponho portanto, como uma hipótese de trabalho, que pelo menos algumas das estratégias adotadas pelo aprendiz de uma segunda língua são substancialmente as mesmas estratégias através das quais uma primeira língua é adquirida. Tal proposta não implica que o curso ou a SEQUÊNCIA da aprendizagem seja a mesma em ambos os casos.*" (CORDER 1967 apud ROBINETT 1983:166)

Segundo CORDER (1967 apud ROBINETT 1983:165), a predisposição inata do ser humano para adquirir a primeira língua poderia estar presente também na aquisição da L2 pois, como ele mesmo afirma, "*ainda resta ser mostrado que o processo de aprendizagem de uma segunda língua é de uma natureza fundamentalmente diferente do processo de aquisição da primeira*".

CORDER (1967) apresenta uma nova visão sobre os erros, os quais considera desvios. Ele comenta o exemplo da criança que comete desvios no processo de aquisição da L1. A criança diz "This Mummy chair" em vez de "This is Mummy's chair", no entanto, esses desvios não são considerados incorreções, são apenas uma evidência de que a criança está no processo de aquisição da língua.

Assim, os erros cometidos pelos aprendizes de uma segunda língua começam a ser estudados por um novo prisma e os teóricos começam a desmembrar a noção de erro segundo as suas origens psicolinguísticas.

DULAY e BURT (1973, 1974 apud ELLIS, 1986:28) apresentaram e classificaram 4 tipos de erros: 1. erros do tipo Interferência, que refletem a estrutura da língua nativa e não são encontrados nos dados de aquisição da primeira língua; 2. erros desenvolvimentais da primeira língua, que não refletem a estrutura da língua nativa mas são encontrados nos dados de aquisição da primeira língua; 3. erros ambíguos, que não podem ser categorizados nem como erros do tipo interferência nem como desenvolvimentais; 4. erros únicos, que não refletem a estrutura da primeira língua e também não são encontrados nos dados de aquisição da primeira língua.

DULAY e BURT argumentaram que as crianças não organizam a L2 com base na transferência ou comparação com sua L1, ao contrário, elas contam com a sua habilidade para construir uma L2 como um sistema independente, de uma forma muito semelhante àquela utilizada para a aquisição de L1. Eles

argumentaram que a interferência poderia assumir um papel maior somente na fonologia.

HO (1986: 41) complementa que "... a aprendizagem de L2 está sujeita à influência da história de aquisição da L1 do aprendiz. Isto é, nós tomamos a posição de que as estratégias de processamento de L2 são basicamente semelhantes àsquelas de L1; nenhum mecanismo especial de processamento de língua precisa ser postulado."

Posteriormente, CORDER (1978b apud ELLIS, 1986:37) sugere que a língua materna/ L1 do aprendiz pode facilitar o processo desenvolvimental da aprendizagem da L2, "*auxiliando-o (o aprendiz) a progredir mais rapidamente ao longo da rota "universal" quando a L1 é semelhante à L2.*" E complementa que os erros de interferência não resultariam de transferência negativa (ver Capítulo sobre a "Transferência Fonética na Aquisição da Segunda Língua"), mas de empréstimo da L1.

CORDER explica que quando o aprendiz experiencia uma dificuldade para comunicar uma idéia em L2 é porque existe uma lacuna nos recursos da língua alvo de que ele dispõe. Neste caso, o aprendiz recorre à sua L1 para preencher esta lacuna e solucionar a dificuldade.

O papel da língua materna também está ligado à questão da distância tipológica entre as línguas. Segundo LIM (1991), por exemplo, um aprendiz falante de uma língua muito próxima do português (como o espanhol) irá se desenvolver muito mais rapidamente que um falante de língua tipologicamente distante (como o japonês).

Devido à semelhança tipológica entre as duas línguas, o falante de espanhol vai transferir, com acertos, grande parte do sistema da L1 para a L2. O falante de japonês, por sua vez, para testar suas hipóteses sobre o sistema do português, contará com uma margem de acertos bem menor, pois as

diferenças entre a L1 (japonês) e a L2 (português) são bastante grandes. Assim, comenta LIM (1991), a tipologia das línguas (língua materna e língua alvo) vai interferir na aquisição da segunda língua.

Entretanto, segundo ALMEIDA (1995), o aprendiz de uma L2 tipologicamente semelhante à L1 também "fossiliza" sua interlíngua mais rapidamente. Este assunto é tratado à frente.

Em seu artigo, ALMEIDA analisa a aquisição do espanhol como segunda língua por falantes nativos da língua portuguesa. Ele explica que a proximidade entre estas línguas, ou seja, a grande semelhança, favorece a não percepção de diferenças importantes existentes entre elas. O autor sugere que o professor da L2 se utilize de aspectos contrastivos salientes entre as duas línguas a fim de alertar o aprendiz e *"chamar de volta um sentido de diferenciação que se anestesiasse no confronto de línguas próximas."* (1995:18) Esta forma de anestesia também permite que a interlíngua se estabilize com mais facilidade, estacionando em um patamar intermediário e definido pelo autor como um nível de interlíngua fossilizado.

O papel da língua materna não é tão grande quanto se pensava na Análise Contrastiva, mas continua sendo bastante representativo. Não importa a língua estrangeira que esteja sendo aprendida, a língua materna sempre representará um conhecimento adquirido do qual, consciente ou inconscientemente, o aprendiz fará uso.

A língua materna é a base e também a referência da qual o aprendiz dispõe para a aprendizagem de uma L2. Como MACLAUGHLIN (1984 apud LIM, 1991:27) confirma, *"o uso do conhecimento de L1 nas estratégias de aprendizagem da L2 poderia ser a manifestação de um processo psicológico geral, isto é, a confiança no conhecimento prévio para facilitar a nova aprendizagem."* Assim, para MACLAUGHLIN, a confiança na utilização de

conhecimentos de L1 como base de apoio para a aprendizagem de L2 é um comportamento psicológico de aprendizagem bastante previsível e comum.

A seguir, examinaremos o papel da transferência de conhecimento da L1 para a L2 para compreendermos melhor o comportamento deste fenômeno.

3.2 TRANSFERÊNCIA FONÉTICO-FONOLÓGICA

Quando um adulto aprende a falar uma segunda língua, é comum observarmos um sotaque estrangeiro que, conforme o caso, ocorrerá com maior ou menor intensidade, podendo, inclusive, afetar a inteligibilidade de certos sons produzidos. O sotaque estrangeiro é definido, segundo FLEGE (1979), como um complexo de diferenças fonéticas que se distingue das normas de uma língua e que ocorre freqüentemente na fala dos aprendizes e falantes da segunda língua. E os falantes nativos da língua em questão reconhecem as diferenças deste complexo como características não pertencentes a qualquer dialeto de sua língua.

De acordo com SMITH (1977), houve dois períodos que marcaram os estudos sobre a Aquisição da Língua. O primeiro, conhecido como período clássico, caracterizou-se pela fase em que as dificuldades do aprendiz da L2 eram essencialmente atribuídas à interferência da língua materna, em outras palavras, uma transferência negativa. Por outro lado, a facilidade para aprender as semelhanças entre a língua materna e a língua alvo fazia parte da transferência positiva.

O segundo período foi reconhecido pelo declínio do uso da noção de transferência de cunho behaviorista e o surgimento de uma nova visão geral da aprendizagem de uma segunda língua com ênfase nos processos que são comuns tanto para os aprendizes da L1 quanto para os da L2.

DOI (1984), em seu estudo sobre a interferência fonológica no português falado pelos japoneses, apresenta uma relação de fonemas presentes apenas no português. Entre eles, citamos os fonemas / l, r, λ / que constituiriam, para os

japoneses, segmentos de difícil realização pois o seu emprego implicaria a aquisição de novos fonemas e de um novo sistema fonológico.

Estes fonemas, por se verificarem apenas no português, seriam realizados através dos fonemas do japonês, interpretados, pelos falantes desta língua, por meio de sons que mais se aproximassem dos fonemas / l, r, λ / da língua portuguesa.

Aqui, abrimos um espaço para comentarmos rapidamente a situação do fonema /λ/ na língua portuguesa brasileira. Segundo os estudos recentes da Lingüística Variacionista no Paraná, coordenados pelo professor José Luiz da Veiga MERCER (1991), este fonema vem desaparecendo na fala coloquial dos paranaenses. Poucas são as regiões em que se observa a conservação da articulação deste fonema e, em seu lugar, é registrada a ocorrência dos fonemas / lj /. Estas informações foram obtidas através das notas de aula da disciplina de Variação Lingüística ofertada pelo curso de Mestrado da UFPr.

Considerando que a mora, conforme explicitado anteriormente, é a menor unidade fonológica de que os japoneses têm consciência, os segmentos do português seriam interpretados com base nesta unidade constituída principalmente de CV e V (conforme o quadro de moras da língua japonesa, na p 41), e não em unidades segmentais. Assim, por exemplo, o japonês, ao falar a palavra amargo, em português, tenderia a pronunciá-la como [a 'ma ru go], pois o segmento / r /, isoladamente, não ocorre em japonês. Como a consoante sozinha não constitui uma mora japonesa, o falante nipo-brasileiro, tendo como parâmetro básico a constituição silábica japonesa, acrescentaria uma vogal nos contextos em que a consoante aparecesse solitária .

Segundo DOI (1984:10), há um emprego subdiferenciado (cf. WEINREICH 1966) de / r / retroflexo para os fonemas / r , l e r/ do português, e o /λ/ é realizado pelo flap palatalizado [rj]. A partir da análise do corpus,

observamos que muitos informantes utilizaram indiferenciadamente o fonema / r / no lugar de / l / e a troca ocorria ou não alternadamente em contextos idênticos, ou seja, nas várias ocorrências da mesma palavra. Por exemplo, a palavra aquela era pronunciada às vezes como [a 'k ε l ε] e outras vezes como [a 'k ε r ε]. Normalmente, os contextos em que a fala foi mais pausada favoreceram a ocorrência de / l /.

DOI (idem), seguindo os princípios da Análise Contrastiva, comenta que a conscientização das diferenças existentes em ambas as línguas poderia contribuir para a diminuição das interferências no português dos japoneses e sugere a importância da elaboração de uma metodologia específica, para os japoneses aprendizes do português, que levasse em conta os problemas decorrentes das diferenças entre os sistemas das duas línguas.

Segundo a sua análise, as estruturas gramaticais da L2 que fossem semelhantes às da L1 seriam facilmente aprendidas, pois seriam transferidas desempenhando um papel satisfatório na L2. No entanto, aquelas estruturas que fossem diferentes apresentariam dificuldade ao aprendiz, pois no momento em que fossem transferidas não funcionariam satisfatoriamente para a comunicação na L2 e teriam que ser modificadas.

De acordo com TARALLO e MYHILL (1983), a natureza da transferência poderia ser estabelecida através de uma comparação dos dados da aquisição da primeira e da segunda línguas. As semelhanças seriam atribuídas aos universais da aquisição da língua enquanto as diferenças seriam o produto de fatores cognitivos na aquisição da L1 e de interferência na aquisição de L2.

Os autores afirmaram que muitos dos erros não poderiam ser explicados como transferência da L1 e, por isto, deveriam ser vistos como processos naturais de aquisição da língua.

Desde então, alguns autores passaram a utilizar o termo interferência enquanto outros conservaram o termo transferência, no entanto, ambos os termos começaram a ser utilizados sem nenhuma herança behaviorista.

3.3 SOBRE A INTERFERÊNCIA NA AQUISIÇÃO DE UMA SEGUNDA LÍNGUA

A primeira tentativa sistemática para explicar a natureza da interferência fonológica dentro da estrutura de uma teoria fonêmica, segundo FLEGE (1979:15), é devida a TRUBETZKOY que argumentou que a substituição dos sons da língua estrangeira por sons da língua materna resulta da identificação de traços distintivos.

De acordo com TRUBETZKOY (1969:53), os erros fonéticos de um aprendiz não se devem à sua inabilidade para articular sons da língua alvo. Os fonemas da língua alvo são percebidos em termos de traços distintivos por um processo que é, segundo TRUBETZKOY, "automático e inconsciente" e que depende das propriedades distintivas do som na língua nativa. Ele tornou claro que a representação que os falantes fazem dos sons da língua estrangeira não está baseada na substância do som, mas nos traços fonológicos que são relacionais, lógicos, unidades abstratas de um código lingüístico (FLEGE 1979:16 apud JAKOBSON 1962:420).

TRUBETZKOY compara o processo de identificação dos sons numa língua estrangeira à ação de uma peneira: o ouvinte reconhece apenas as dimensões fonéticas que são fonologicamente relevantes em sua língua materna, ou seja, os atributos distintivos do som. Somente estas dimensões contribuem para o reconhecimento de sons da língua estrangeira.

Ele fornece exemplos, ilustrando que quando um falante encontra um som da língua estrangeira que não existe na sua língua materna, ele interpretará o som como uma seqüência de traços da sua língua materna que possibilitem a pronúncia mais semelhante possível. Por exemplo, um búlgaro pode interpretar o /ü/ alemão como /iu/, porque os dois traços distintivos do

alemão (ou seja, os traços anterioridade e arredondamento) não podem ocorrer num único fonema búlgaro e, assim, o fonema alemão /ü/ é interpretado pela seqüência de dois fonemas búlgaros /iu/.

Da mesma forma o japonês, falante da língua portuguesa como segunda língua, tende a pronunciar a palavra *brasileiro* como [b^ʷ r a dʒ i' r e r o]. Isto porque o fonema / z / seguido da vogal / i / e o fonema / l / não fazem parte do quadro fonológico da língua japonesa e, desta forma, as aproximações da pronúncia de / z / para / dʒ / e / l / para / r / são prováveis e previsíveis.

WEINREICH (1966), estudando línguas em contato, argumenta que os falantes de duas línguas fazem identificações entre ambas as línguas porque o estabelecimento de relações de semelhança e diferença entre os sons é uma característica essencial da língua (cf. JAKOBSON, 1962:423) e porque estender o sistema de oposições fonológicas da língua materna para incluir sons da língua-alvo representa um trajeto econômico para o aprendiz de uma segunda língua. A principal diferença entre TRUBETZKOY e WEINREICH (FLEGE 1979) é a ênfase do segundo sobre o sistema de oposições entre fonemas mais do que nas diferenças de traços como origem da interferência.

De acordo com WEINREICH (1966:1), " o termo *interferência* implica o reajuste dos padrões que resultam da introdução de elementos estrangeiros dentro dos domínios mais altamente estruturados da língua, tais como a maior parte do sistema fonêmico, uma grande parte da morfologia e da sintaxe e algumas áreas do vocabulário (família, cores, meteorologia, etc.)".

O autor interpreta o fenômeno da interferência como os casos de desvio das normas de cada língua que ocorrem na fala dos bilíngües, como resultado do contato de línguas. Ele explica que, à primeira vista, a interferência lingüística parece ocorrer com elementos emprestados ou transferidos de uma

outra língua, no momento em que o falante de uma segunda língua fala ou escreve.

Como citamos anteriormente, até o final da década de 60, a psicologia behaviorista teve forte influência sobre o ensino de línguas. A língua era considerada um conjunto de hábitos a serem desenvolvidos através da imitação e do reforço. Segundo os behavioristas, os hábitos antigos interferiam na aprendizagem de novos hábitos e a interferência da L1 sobre a aprendizagem da L2 assumiu um papel central.

Uma das questões cruciais na pesquisa sobre a aquisição da segunda língua (BROSELOW 1984) diz respeito ao papel desempenhado pela interferência das regras e padrões da língua materna para explicar os erros dos aprendizes na língua alvo. As várias tentativas de explicação dos erros dos aprendizes conduziram à formulação da hipótese da Análise Contrastiva, já citada no item 3.1, cujos proponentes afirmavam que os erros na aprendizagem da segunda língua poderiam ser previstos através de uma comparação entre a estrutura da língua materna e da língua alvo.

Várias pesquisas mostraram que, em muitos casos nos quais a hipótese da Análise Contrastiva previa a ocorrência de erros, os aprendizes da língua, na realidade, não experimentavam dificuldades; enquanto que muitos erros ocorridos não podiam ser atribuídos aos efeitos da interferência da língua materna (DULAY e BURT 1975 apud BROSELOW 1984). Estas descobertas conduziram a uma revisão da hipótese da Análise Contrastiva e as diferenças entre a língua nativa e a língua alvo começaram a ser utilizadas não mais para prever, mas para explicar a natureza de alguns subgrupos de erros que realmente ocorriam na fala dos aprendizes.

Um outro campo de estudo da Lingüística Aplicada, que também investigou os problemas da aquisição de uma segunda língua, foi denominada

Análise do Erro. Seu objetivo era descobrir as dificuldades de um aprendiz da língua através de seus erros.

De acordo com CORDER (1978), no campo metodológico da Análise do Erro, houve duas escolas principais. A primeira mantinha como alvo o alcance de um método de ensino perfeito e, em sua visão, a ocorrência de erros seria um sinal de que as técnicas de ensino utilizadas eram inadequadas. Segundo a filosofia da segunda escola, nós estaríamos vivendo em um mundo imperfeito e, em consequência, os erros sempre ocorreriam apesar dos nossos melhores esforços.

CORDER (1978) também apresenta a diferenciação entre erros sistemáticos e não-sistemáticos. Ele comenta que a fala normal de um adulto, em sua língua materna, normalmente apresenta erros, de um tipo ou de outro, devido a lapsos da memória, estados físicos, como o cansaço, além das condições psicológicas, tais como as fortes emoções. Estes são mecanismos do desempenho lingüístico e não refletem um defeito no conhecimento que um falante nativo tem da sua língua. E não seria razoável esperar que o aprendiz de L2 não apresentasse esses deslizos: afinal, ele está sujeito às mesmas condições internas e externas quando utiliza sua língua materna ou sua L2.

Assim, CORDER (idem) se refere aos erros de desempenho/performance como "*mistakes*" (erros não-sistemáticos), e reserva o termo "*error*" para se referir aos erros sistemáticos do aprendiz, a partir dos quais é possível reconstruir seu conhecimento atual da língua, ou ainda, a sua competência transitória.

CORDER explica que os erros do aprendiz fornecem evidências do sistema da língua que ele está usando em um determinado ponto do curso da aprendizagem. Eles são significantes de três formas diferentes: "*Primeiro, para o professor que se compromete a uma análise sistemática, os erros mostram*

quanto o aprendiz progrediu em direção ao alvo e o que falta para ele aprender. Segundo, eles fornecem, para o pesquisador, evidências de como a língua é aprendida ou adquirida. Terceiro (e em um sentido este é o seu aspecto mais importante), eles são indispensáveis ao próprio aprendiz, porque nós podemos considerar o ato de cometer erros como um mecanismo que o aprendiz utiliza a fim de aprender. O ato de cometer erros é uma estratégia empregada tanto por crianças adquirindo sua língua materna como por aqueles aprendendo uma segunda língua. " (CORDER 1978:25)

CORDER explica que a descrição dos erros é uma operação lingüística. Os erros são descritos através da aplicação da teoria lingüística sobre os dados de enunciados considerados errôneos. Quanto mais adequada a teoria lingüística, melhor será a descrição lingüística dos erros. Infelizmente, o nível de descrição dos erros, normalmente utilizado pelos professores, é superficial.

A Análise do Erro ofereceu "*insights*" para o processo de aprendizagem de línguas que, eventualmente, tiveram relevância direta para o melhoramento dos materiais e métodos do ensino de línguas, no entanto, " a *Análise do Erro* ainda não pode nos fornecer um quadro claro e compreensivo da competência comunicativa do aprendiz, e isto não nos permite prever como um aprendiz em particular irá solucionar as demandas de uma situação de uso da língua, ... isto servirá bem para dizer como ele irá se desempenhar numa situação de aprendizagem da língua." (CORDER 1978:52)

As pesquisas na área de Análise do Erro contribuíram para explicitar as ocorrências de interferência e também os erros independentes da interferência da língua materna sobre a segunda língua. Segundo LIM (1991:47), "*esse fato teve sua repercussão na literatura por chamar a atenção para o processo de aquisição em si.*"

E para que possamos aceitar a aquisição da segunda língua como um processo em que o aprendiz participa ativamente, precisamos atribuir-lhe estratégias, a fim de que ele possa selecionar dados da L2. Esses dados ficariam armazenados e o aprendiz faria uso deles livremente.

Dando continuidade a este pensamento, ELLIS (1986:22) lança uma questão: " Em que medida e de que forma a noção behaviorista de interferência poderia ser adaptada como uma estratégia do aprendiz?

Segundo Ellis (idem) "*A interferência era o resultado do que foi chamado de inibição proativa (proactive inhibition). Isto diz respeito à maneira com que a aprendizagem prévia evita ou inibe a aprendizagem de novos hábitos.*"

A teoria de aprendizagem behaviorista também previa a transferência da primeira para a segunda língua, transferência esta que poderia ser positiva ou negativa. "*A transferência será negativa quando houver inibição proativa. Neste caso os erros ocorrerão. A transferência será positiva quando os hábitos da primeira e da segunda língua forem os mesmos. Neste caso os erros não ocorrerão.*"(ELLIS,1986:22)

Entretanto, os psicolingüistas behavioristas insistiam em examinar somente eventos observáveis e a noção de estratégia, proposta por ELLIS, não se adaptava a esta exigência, porque a estratégia é um procedimento mental.

A este respeito, CORDER (1978 apud ELLIS,1986:37) destacou um caminho pelo qual a interferência pode ser relançada como uma estratégia do aprendiz. Ele sugeriu que a L1 do aprendiz pode facilitar o processo de desenvolvimento da aprendizagem da segunda língua, auxiliando-o a progredir mais rapidamente ao longo da sua rota de desenvolvimento. Isto ocorreria quando a L1 fosse semelhante à L2.

CORDER (1983 apud LIM, 1991:47) analisa a transferência como uma estratégia de comunicação e rejeita os termos transferência e interferência ,

justamente por sua origem de cunho behaviorista; ele utiliza o termo intercessão (1978 apud ELLIS 1986:37) considerando esse procedimento como uma estratégia de comunicação. Quando os aprendizes experimentam uma dificuldade ao tentar comunicar uma idéia, devido a uma lacuna nos recursos da língua alvo, eles recorrem à sua L1 para preencher esta insuficiência.

Uma proposta semelhante é feita por KRASHEN (1981 apud Ellis 1986:37), "*quando ele sugere que os aprendizes podem usar a L1 para iniciar enunciados quando eles não têm o suficiente conhecimento adquirido da língua alvo para esse propósito.*" As propostas de CORDER e KRASHEN apresentam a L1 do aprendiz como um recurso para que ele supere suas limitações.

ELLIS (1986:38) argumenta que a noção de interferência, com conotações behavioristas, precisa ser rejeitada, enquanto que a noção de intercessão, baseada na visão do aprendiz como participante ativo da aquisição da segunda língua, é uma parte importante de qualquer teoria geral da aquisição da segunda língua.

Atualmente os autores têm utilizado ambos os termos, interferência e transferência, no entanto, ressaltam que estes termos estão desvinculados da herança behaviorista.

TAYLOR (1974:apud LIM,1991:47) explica que, nos estágios iniciais de aprendizagem de segunda língua, é comum o surgimento de mais casos de transferência devido à necessidade que o aprendiz tem de se comunicar com um conhecimento lingüisticamente limitado. Esta transferência tende a se reduzir à medida que o aprendiz passa a interagir com a L2 com maior frequência e, conseqüentemente, o seu conhecimento da língua alvo se amplia.

A aquisição da segunda língua é um processo contínuo de geração de hipóteses, as quais são testadas e selecionadas pelo aprendiz. Neste processo, o conhecimento da L1 já adquirido pelo aprendiz desempenhará um papel

importante. SRIDHAR (1981) comenta que "*O conhecimento que o aprendiz possui da L1 pode servir como um dos "inputs" dentro do processo de geração de hipóteses*" (apud ELLIS, 1986:37).

Segundo ODLIN (1989), muito da pesquisa empírica dos anos 70 e 80 conduziu a novas e persuasivas evidências sobre a importância da transferência, sendo que o crescimento da pesquisa nesta área apresenta novas idéias sobre como a transferência interage com muitos outros fatores na aquisição de uma segunda língua.

Ele complementa que a transferência é a influência resultante das semelhanças e diferenças entre a língua alvo e qualquer outra língua que tenha sido previamente adquirida e que interferência significa transferência negativa. Também para ELLIS (1986), a transferência tem sua influência positiva e negativa, esta última sendo considerada como interferência.

Como já citamos anteriormente, na atualidade, os termos transferência e interferência têm sido utilizados por vários autores sem a herança behaviorista que afirmava ser a interferência de L1 sobre L2 sempre negativa.

3.4 INTERLÍNGUA

Este é o termo que foi criado por SELINKER (1972) para se referir às gramáticas provisórias construídas pelos aprendizes no processo do desenvolvimento da segunda língua. Segundo MCLAUGHLIN (1987:60), o termo ganhou força sobre outros construtos semelhantes, tais como "sistema aproximativo" (NEMSER,1971) e "competência transitória" (CORDER,1967). Desde 1970, o termo "interlanguage" começou a caracterizar uma maior aproximação com a teoria e a pesquisa sobre a segunda língua.

ELLIS (1986:47) comenta que o termo interlíngua refere-se a dois conceitos diferentes, mas relacionados:

- (1) a interlíngua refere-se a um sistema estruturado que o aprendiz constrói em qualquer dado estágio do desenvolvimento e
- (2) o termo se refere a uma série de sistemas sobrepostos que formam o que CORDER (1967) chamou de "built in programm" do aprendiz.

A interlíngua é considerada distinta tanto da primeira língua do aprendiz quanto da língua alvo. Ela é um sistema instável que evolui com o passar do tempo, à medida que os aprendizes empregam várias estratégias internas para que o *input* (ou entrada de dados) faça sentido e para controlar seu próprio *output* (ou saída de dados).

Isto pôde ser observado com os imigrantes japoneses, no Brasil, que, durante um longo período, se utilizaram da interlíngua ("fossilizada", na maioria das vezes, como veremos adiante) para se comunicarem em língua portuguesa. O seu conhecimento do português como L2 era utilizado na medida das suas necessidades e observamos que quanto maior o contato com os brasileiros, maiores eram as oportunidades de uso da língua alvo e o avanço mais rápido e seguro em direção à L2.

A aquisição da L2 e o seu conseqüente aperfeiçoamento variavam de imigrante para imigrante, pois aquele aprendiz que necessitava mais da língua portuguesa no seu dia a dia, se expunha com maior freqüência, portanto recebia mais *input* e produzia mais *output*, e utilizava estratégias próprias para uma melhor assimilação.

Aqueles imigrantes que permaneciam isolados da comunidade brasileira, no entanto, restringiam o seu contato com a L2 para os momentos de extrema necessidade e persistiram em manter a língua japonesa como base para as comunicações diárias. Para estes, a aquisição do português tornou-se um trabalho difícil e desestimulante, tanto que podemos observar, nos dias atuais, imigrantes que se comunicam com muita dificuldade em língua portuguesa, apesar de estarem no Brasil há mais de trinta ou quarenta anos.

Assim, compreendemos a importância da exposição ao *input* lingüístico, proveniente das conversas informais com os brasileiros natos e mesmo com os demais imigrantes falantes de português, e das tentativas de produção do próprio *output*, através das respostas e ensaios da manifestação do seu pensamento, para o sucesso no caminho da interlinguagem.

Como citamos anteriormente, cada aprendiz utiliza-se de estratégias próprias para o desenvolvimento da interlíngua e a teoria de SELINKER (1972, apud MCLAUGHLIN, 1987:60) apresenta cinco estratégias básicas e centrais: (1) transferência de regras da L1 (primeira língua) para a L2; (2) transferência de treinamento, quer dizer, certos traços presentes na interlíngua do aprendiz poderiam resultar do próprio processo de treinamento; (3) supergeneralização das regras da língua alvo; (4) estratégias de aprendizagem e (5) estratégias de comunicação em L2.

Quando a noção de interlíngua foi introduzida, no início da década de setenta, foi uma reação aos estudos sobre a aprendizagem de uma segunda língua, principalmente contra a teoria de aprendizagem neo-behaviorista e a análise contrastiva.

Muitas pesquisas em aquisição da segunda língua começaram a revelar a natureza do processo de aquisição de segunda língua e, assim, desafiaram a visão behaviorista predominante, que dava maior ênfase aos fatores externos e atribuía à interferência um papel central.

SELINKER se propôs a analisar a estrutura de superfície dos enunciados dos aprendizes, ou seja, o observável. Essa nova metodologia de análise diferiu da Análise Contrastiva porque pressupôs a existência de um sistema lingüístico separado, baseado no *output* observável do aprendiz que resultava das suas tentativas de produção de uma norma da língua alvo. Este sistema lingüístico era a interlíngua do aprendiz, que possuía, além da influência da L1, características distintas tanto da L1 quanto da L2.

Com respeito às propriedades da interlíngua, SELINKER a considerava um sistema estruturalmente equidistante tanto da L1 quanto da L2, resultante de estratégias de aprendizagem. Para VERMES e BOUTET (1987:199) a interlíngua é um sistema que deve ser descrito como uma língua autônoma e não em função de suas diferenças ou desvios em relação à língua-alvo. Ela é "um sistema instável, transitório, porque as regras que o aprendiz constrói para si se confrontam continuamente com os novos dados lingüísticos fornecidos pelo contexto que o cerca e que o levam a rever suas hipóteses iniciais: é, assim, uma evolução em espiral."(idem)

ADJEMIAN (apud MCLAUGHLIN, 1987:63) examinou o caráter dinâmico da interlíngua, a sua permeabilidade, e confirma que na língua nativa existe uma relativa estabilidade, mas na interlíngua não. Assim, as suas estruturas são

passíveis de interferência da L1, em algumas situações. O aprendiz, com o objetivo de se comunicar, pode " *estender, distorcer, ou supergeneralizar uma regra a partir da língua alvo num esforço de produzir o significado pretendido* " (idem).

Segundo ELLIS (1986:75), a teoria da interlíngua precisa levar em conta uma variabilidade inerente à língua materna do aprendiz da L2, pois cada regra é lentamente ampliada sobre uma cadeia de contextos lingüísticos. Assim, em qualquer determinado estágio do desenvolvimento, o sistema da interlíngua do aprendiz irá conter várias regras concorrentes, com uma regra guiando o desempenho numa ocasião e outra regra numa ocasião diferente. Ellis complementa que cada sistema de interlíngua contém formas lingüísticas que estão em variação livre, ou seja, a interlíngua contém formas que não são guiadas por regras e cujo uso não é sistemático.

A interlíngua, sendo um sistema instável e provisório, vai se modificando constantemente e sua evolução em direção à língua-alvo se faz por etapas, gradativamente. No entanto, com muita freqüência, há parada definitiva no seu desenvolvimento e este fenômeno é denominado fossilização.

A fossilização ocorre com a maioria dos aprendizes da L2 e não pode ser remediada através de instrução posterior. Segundo MCLAUGHLIN (1987:61), é um estado que ocorre quando o aprendiz cessa de elaborar a interlíngua a respeito de alguma estrutura ou elemento, não importando há quanto tempo esteja exposto ou que novos dados e novos ensinamentos sejam aplicados.

É o caso de muitos imigrantes japoneses radicados no Brasil há décadas, cuja interlíngua já se encontra fossilizada e por mais que os dados ainda não assimilados sejam introduzidos, a aprendizagem destes não se efetuará.

Como comentam VERMES e BOUTET (1987:199), a interlíngua, "*produto de necessidades individuais, de experiências pessoais e estratégias do aprendiz*

é muito individualizada para conseguir explicar que, a partir de uma língua materna comum, pessoas diferentes construam sistemas diferenciados."

Eles concluem que a interlíngua apresenta ao mesmo tempo uma certa sistematicidade e uma grande variabilidade. Os autores citam o caso de muitos imigrados, chegados à França, já adultos, há cinco, dez ou quinze anos, cuja língua francesa não progride mais. Estes aprendizes poderiam dizer *mari*, *maride* ou *maridou*, cada qual assumindo uma forma que, para suas necessidades, experiências e estratégias, foi a mais conveniente.

SELINKER (1972) notou que muitos aprendizes de L2, talvez 95% deles, falham para alcançar a competência na língua-alvo, pois param de aprender quando sua interlíngua contém pelo menos algumas regras diferentes daquelas do sistema da língua objetivada. Nestes casos, em que algumas formas corretas da língua-alvo ainda não foram assimiladas, ocorrerá a cristalização da forma incorreta.

SELINKER e LAMENDELLA (1978) argumentam que as causas da fossilização são internas e externas, e isto pode ocorrer porque o aprendiz acredita que ele não precisa mais desenvolver a sua interlíngua a fim de comunicar-se e ser entendido, ou seja, satisfaz-se com o seu conhecimento adquirido e acomoda-se. É o caso de muitos japoneses de primeira e segunda gerações que, estando no Brasil há décadas, já fossilizaram o seu conhecimento intermediário da língua portuguesa, i.e. sua interlíngua.

Outra justificativa apresentada por SELINKER (1972) é a ocorrência de mudanças na estrutura neural do cérebro do aprendiz que, como resultado da idade avançada, restringem a operação dos mecanismos de aprendizagem e reciclagem das informações.

Atualmente, as pesquisas em interlíngua estudam e investigam questões como a sistematicidade e a variabilidade da interlíngua, o modo como as

interlínguas são adquiridas, o papel desempenhado pela língua materna, entre outras questões.

A interlíngua é um sistema lingüístico bastante particular e exclusivo, pois cada aprendiz de L2 é um indivíduo, com conhecimentos específicos e experiências de vida muito particulares. A interlíngua de cada aprendiz irá progredir com maior ou menor intensidade dependendo das necessidades ou motivos que o impulsionem à busca da proficiência na segunda língua.

A seguir, trataremos de alguns fatores psicolingüísticos que podem influir no processo de aquisição da segunda língua.

3.5 OS FATORES PSICOLINGÜÍSTICOS - SUAS INFLUÊNCIAS SOBRE A AQUISIÇÃO DE UMA SEGUNDA LÍNGUA

A questão da aprendizagem da língua bem-sucedida e da aquisição de uma segunda língua com altos índices de proficiência têm sido muito abordadas por vários ângulos. Vários estudos empíricos apresentados desejam delinear os grupos de variáveis pessoais que caracterizam os tipos de aprendizes, nas variadas situações de aprendizagem.

Notamos que os aprendizes variam e diferenciam-se em cada um dos fatores individuais que apresentam, os quais atuam participativamente no processo de aquisição da segunda língua. A identificação e a classificação destes diferentes fatores é que têm sido problemáticas, comenta ELLIS (1986: cap.5).

A personalidade, a motivação, a aptidão, a atitude, o estilo da aprendizagem, entre outros aspectos apresentam dimensões variadas e a impossibilidade da observação direta de muitas destas qualidades contribui para a dificuldade no estabelecimento de uma conceituação mais unânime.

Apresentaremos, a seguir, a visão de alguns autores sobre determinados fatores individuais dos aprendizes, a fim de observarmos a sua relação com o processo de aquisição da segunda língua.

3.5.1 INTELIGÊNCIA E APTIDÃO PARA A LÍNGUA

O termo inteligência é utilizado para se referir à nossa habilidade de controlar e usar toda uma cadeia de habilidades. Segundo ELLIS (1986) a inteligência refere-se mais à capacidade do que aos conteúdos da mente. Logo, é subentendida como a habilidade para aprender, além do conhecimento

real que o indivíduo apresenta, o qual é supostamente medido através dos testes de inteligência.

GARDNER (1985:18) comenta que, aproximadamente em 1920, testes de inteligência eram utilizados para medir a aptidão de estudantes para a língua estrangeira. Estes eram muito utilizados nas áreas de psicologia e educação.

Mais tarde, os estudiosos perceberam que não havia uma ligação direta entre o nível de inteligência e a aptidão para a língua estrangeira e passaram a pesquisar novos tipos de testes. Surgiram, então, os testes prognósticos da língua estrangeira que se correlacionavam mais precisamente com os índices de alcance da segunda língua do que com os índices de inteligência.

Estes testes foram se aperfeiçoando e, a partir de 1950, com o grande interesse pelo conceito de "habilidade humana" entre os pesquisadores, surgiram novos testes, entre eles:

- o MLAT - Modern Language Aptitude Test, criado por CARROLL e SAPON em 1959;
- The Language Aptitude Battery, de PIMSLEUR, 1966;
- The Elementary Form of the Modern Language Aptitude Test, também de CARROLL e SAPON, criado em 1967.

Estes, segundo GARDNER (1985:19), foram os três testes mais utilizados na época.

A seguir, são ressaltadas quatro habilidades essenciais que compõem a aptidão, todas apresentadas por CARROLL (1974, apud GARDNER 1985:19):

1. **Codificação fonética:** considerada a mais importante, é definida como a habilidade de codificar e assimilar o material fonético e mantê-lo por longo período de tempo na memória.
2. **Sensibilidade gramatical:** é vista como a consciência e a apreciação das funções dos elementos gramaticais na própria língua do indivíduo.

3. **Memória:** refere-se à habilidade para lembrar-se de grande quantidade de informações. O provável uso de algum sistema mnemônico não é especificado.
4. **Habilidade indutiva de aprendizagem da língua:** envolve a habilidade de induzir padrões da língua a partir dos seus dados primários. Apresenta-se conceitualmente semelhante ao raciocínio geral.

Estas quatro habilidades norteiam o conceito da aptidão, no entanto, os seus efeitos sobre a aprendizagem da língua têm sido medidos através dos níveis de proficiência alcançados pelos aprendizes de diferentes salas de aula. Através da utilização dos testes citados anteriormente, os escores de aptidão são obtidos, enquanto que os escores de proficiência são avaliados através dos resultados dos testes de língua ou das notas dos professores. Desta maneira, explica ELLIS (1986:111), os dois grupos de escores podem ficar correlacionados, sendo que é possível apresentar um grau de variação nos escores de proficiência que podem ser estatisticamente explicados pela aptidão.

Apesar dos vários estudos já realizados, algumas dúvidas persistem quanto ao aspecto da aquisição da segunda língua que é afetado pela aptidão. Segundo KRASHEN (1972, apud ELLIS 1986), o processo de aquisição da segunda língua apresenta dois aspectos: a aquisição e a aprendizagem. A aquisição representa o conhecimento da segunda língua que ocorreria através do seu uso natural e espontâneo. A aprendizagem, por sua vez, seria o estudo consciente da segunda língua que resultaria no conhecimento das regras da língua. KRASHEN comenta que a aptidão relaciona-se somente com a aprendizagem, sendo um fator importante apenas para o tipo de estudo formal da língua na sala de aula.

Retornaremos a este modelo apresentado por KRASHEN, a seguir, com o estudo sobre a Motivação e as Atitudes.

3.5.2 ATITUDES E MOTIVAÇÃO

ELLIS (1986) comenta que há dificuldades em definir ambos os termos e apresenta uma visão de senso comum na qual o comportamento de uma pessoa é governado por certas necessidades e interesses que influenciam a maneira como ele se desempenhará na L2.

Ambos os fatores individuais têm sido conceituados e distinguidos por diversos autores. SCHUMANN (1978 apud ELLIS 1986) entende a atitude como um fator social e a motivação como um fator afetivo. GARDNER e LAMBERT (1972) definem a motivação como uma orientação ou meta dos aprendizes da segunda língua, e a atitude como uma persistência demonstrada pelo aprendiz na tentativa de alcançar seu objetivo, ou seja, a aquisição da língua estudada.

GARDNER (1985:41) comenta que uma forma de classificar as variáveis das atitudes seria separá-las em atitudes educacionais ou sociais. As atitudes educacionais seriam atitudes em relação ao professor, ao curso, à aprendizagem da língua e, em cada caso, a atitude envolveria aspectos educacionais da aquisição da segunda língua. As atitudes sociais, por outro lado, envolvem aquelas atitudes que enfocam implicações culturais da aquisição da segunda língua, isto é, atitudes como o etnocentrismo ou a quebra de padrões sociais ou éticos ganham significância porque eles se referem à maneira como o indivíduo reage em relação aos grupos sociais, dentro ou fora dele, o que influencia a aquisição da segunda língua. Ambos os tipos de atitudes parecem desempenhar um importante papel no processo da aquisição.

GARDNER (1985:50) também faz comentários sobre o papel da motivação no alcance da segunda língua e afirma que quando um indivíduo está motivado ele, necessariamente, exibe uma atividade direcionada a um alvo (objetivo), no caso, a aquisição da segunda língua, e a pessoa despende algum esforço. A pessoa motivada demonstra algum desejo ou vontade de alcançar o objetivo em questão e atitudes favoráveis em relação à atividade em questão.

Para GARDNER, a motivação envolve quatro aspectos: um alvo, um comportamento de esforço, um desejo de atingir o alvo e atitudes favoráveis em relação à atividade desempenhada.

DUNKEL (1948, apud GARDNER 1985) apresentou uma distinção entre o objetivo do estudo da língua e a natureza do comportamento envolvido para atingi-lo. Ele diferenciou o tipo e a intensidade da motivação. Enquanto o tipo de motivação se refere à busca do alvo pelo indivíduo, a intensidade da motivação se refere ao grau de esforço despendido para atingir o alvo.

Assim, o tipo de motivação responde à questão: - Por que o indivíduo está estudando a língua? E GARDNER comenta que muitas poderiam ser as razões, entre elas: ser capaz de conversar com membros da comunidade desta língua, arrumar trabalho, aprimorar a própria instrução, poder viajar, agradar aos pais, obter status social. Estas razões qualificam tipos de motivação que impulsionam o aprendiz no processo de aquisição da segunda língua.

O conceito de DUNKEL (1948, apud GARDNER 1985) sobre a intensidade da motivação enfatiza a natureza do comportamento de "aproximação da meta". Assim, dada uma mesma meta, dois indivíduos se difeririam no seu esforço para atingi-la.

GARDNER comenta que, na área de aquisição da língua, esta intensidade motivacional tem sido avaliada ao determinar-se a quantidade de esforço que o indivíduo despende a fim de aprender uma segunda língua. É

importante lembrar, no entanto, que este índice sobre a quantidade de esforço despendido não é facilmente mensurável, pois a intensidade motivacional pode ser influenciada por componentes como a vontade e a atitude, comenta GARDNER, além de outras variáveis situacionais, como, por exemplo, um professor bastante severo ou a necessidade do alcance da segunda língua, afetando a avaliação deste componente.

BROWN (1981, apud ELLIS 1986) também distingue motivação e atitude e identifica três tipos de motivação:

1. Motivação global, que consiste de uma orientação geral do objetivo de aprendizagem de uma segunda língua;
2. Motivação situacional, que varia de acordo com a situação na qual a aprendizagem acontece, assim, a motivação que se relaciona com a aprendizagem em sala de aula é distinta da motivação envolvida na aprendizagem naturalística (em ambientes naturais de comunicação e não naqueles simulados);
3. Motivação-tarefa, que é a motivação para desempenhar tarefas de aprendizagem particulares.

Com relação ao termo atitude, BROWN utiliza-o para se referir a um grupo de crenças que o aprendiz aceita e assimila sobre os membros do grupo da língua-alvo. Isto é, a maneira como eles são vistos pelo aprendiz da segunda língua, se eles são interessantes ou chatos, honestos ou desonestos e também em relação à sua própria cultura.

GARDNER e LAMBERT (1972) aprofundaram o estudo sobre o papel da motivação e das atitudes na aquisição da segunda língua e comentam que o objetivo final do estudo da língua, ou seja, as razões para a aquisição da segunda língua são divididas em categorias que podem ser referidas como orientações.

Estas são basicamente divididas em dois tipos: orientação integrativa e orientação instrumental. A primeira ocorre quando o aprendiz deseja identificar-se com a cultura do grupo da segunda língua. Da mesma forma que as crianças, ao aprenderem sua primeira língua, desejam identificar-se com seus pais aprendendo a língua utilizada por eles, os aprendizes da segunda língua podem estar motivados a identificar-se com a fala desta comunidade através da aprendizagem da sua língua.

A motivação instrumental ocorre quando as metas do aprendiz para aprender uma segunda língua são funcionais, ou seja, quando ele aprende visando passar no exame, objetivando as oportunidades futuras na carreira ou mesmo para facilitar o estudo de outros assuntos através do conhecimento da segunda língua.

GARDNER e LAMBERT complementam que esta distinção feita entre motivação integrativa e instrumental reflete mais um contínuo do que alternativas. Desta maneira, compreendemos que um mesmo indivíduo aprendiz pode apresentar ambos os tipos de motivação, sendo que um tipo pode complementar o outro em uma fase posterior. Raramente a aquisição da segunda língua envolve só a motivação integrativa ou só a instrumental. Normalmente, o progresso dos aprendizes é influenciado pelos dois tipos motivacionais.

O papel da motivação tem se apresentado como um fator poderoso na aquisição da segunda língua, isto tem sido comprovado pelos trabalhos empíricos realizados, no entanto, comenta ELLIS, não está claro como a motivação afeta a aprendizagem da língua. Argumenta-se que um dos problemas dos estudos correlacionais está em apenas mostrar a relação existente, mas não a direção desta relação.

MACNAMARA (1973, apud ELLIS 1986:cap 5) argumenta que "*a parte verdadeiramente importante da motivação está no próprio ato de comunicação*". É a necessidade de descobrir novos significados e o prazer experimentado quando isto ocorre que motiva a aquisição da segunda língua. Estas visões, segundo ELLIS, têm encorajado muitos professores do ensino de línguas estrangeiras.

3.5.3 PERSONALIDADE

Os psicólogos de várias tendências diferentes são unânimes em afirmar que a personalidade é uma característica integral do ser humano, comenta LEONTIEV (1981:10). Não é simplesmente um grupo fechado de qualidades mentais, propriedades ou símbolos, mas a sua combinação única e característica de cada indivíduo. Eles também concordam que, em última análise, é a personalidade que determina o comportamento concreto de um dado homem, seus pensamentos e atos.

O elemento mais importante para definir a personalidade do homem são os seus relacionamentos sociais, dos quais participa tanto como sujeito quanto como objeto. Estas experiências ou trocas sociais, que ocorrem desde o seu nascimento, fornecem subsídios bastante particulares à personalidade de cada indivíduo.

Na psicologia geral, a personalidade tem sido explorada em termos de vários traços pessoais que, agregados, constituem a personalidade de um indivíduo. Assim, tenta-se medir a personalidade utilizando-se uma série de

dicotomias, vistas como polos de contínuo, tais como: tímido/ousado, indeciso/dominante, neurótico/estável, introvertido/extrovertido, entre outras.

No entanto, a maioria dos pesquisadores da ASL (aquisição da segunda língua) tem preferido desenvolver seu próprio conjunto de traços de personalidade. Desta forma, cada grupo de pesquisadores selecionou intuitivamente os traços psicolingüísticos que considerou mais importantes e passou a investigá-los. No entanto, não há um consenso geral na escolha destes fatores e de suas características específicas, que interferem com maior ou menor intensidade na aquisição da segunda língua pelo aprendiz.

NAIMAN , FROHLICH e STERN (1975) realizaram uma pesquisa na qual vários professores de língua estrangeira são perguntados sobre a personalidade dos estudantes bem-sucedidos e dos mal-sucedidos. Através da coleta de informações sobre o perfil de ambos os tipos de estudantes, os pesquisadores se depararam com o seguinte resultado: os estudantes bem-sucedidos são perfeccionistas, maduros, responsáveis, auto-confiantes, extrovertidos, independentes, mas também passivos, tímidos e introvertidos; os estudantes mal-sucedidos, por sua vez, normalmente apresentam falta de confiança, são tímidos, acanhados, descuidados, medrosos para expressar-se e nervosos.

Comparando as características dos dois tipos de aprendizes, é possível observar que alguns determinantes da personalidade, como a timidez e a introversão, encontram-se em ambos os tipos. Percebe-se que não é possível traçar um perfil ideal do aprendiz que alcançará com maior rapidez e facilidade a proficiência na segunda língua. É possível notar também que cada característica da personalidade de um indivíduo é suscetível de transformações e variações, sua estrutura não encontra-se pronta e acabada.

Apesar das dificuldades encontradas em estabelecer os tipos específicos de personalidade e o seu papel dentro da aquisição da segunda língua, RIVERS (1964:82) afirma que "*... a história prévia e a personalidade do indivíduo são importantes e devem ser levados em conta no esforço para compreender a sua motivação.*" Tanto os aspectos mais individuais e intrínsecos do aprendiz como aqueles que se referem ao seu relacionamento com o mundo, o seu papel como elemento social, devem ser considerados para o reconhecimento da sua motivação na aquisição da segunda língua.

Como ELLIS (1986) comenta, alguns motivos altamente pessoais como o medo e a ansiedade, aprendidos através de experiências passadas, podem combinar com motivos sociais aprendidos, tais como o desejo pelo status no grupo da língua estrangeira e por aprovação social, criando reações bastante complexas. Esta combinação de características psicológicas aparentemente desestimuladoras com fatores de motivação social podem se unir de tal forma a ponto de criar uma poderosa força de trabalho em direção ao progresso na língua estrangeira como também uma inibição das respostas orais na língua. As reações são imprevisíveis, no entanto, a importância do papel da personalidade precisa ser lembrada para a compreensão do fator motivação do aprendiz.

3.5.4 OS FATORES PSICOLINGÜÍSTICOS EM NOSSO TRABALHO

A partir da leitura e estudo destes fatores psicolingüísticos, observamos as dificuldades encontradas pelos vários autores acima citados para dimensioná-los através da observação direta do aprendiz. Estes fatores agregam características bastante intrínsecas do indivíduo que não podem ser analisadas ou medidas com precisão.

Vimos que os efeitos da inteligência e da aptidão do indivíduo para a aprendizagem da língua têm sido medidos através dos níveis de proficiência alcançados, isto através de testes aplicados aos aprendizes de diferentes salas de aula. Assim, comprovou-se que os testes prognósticos da língua estrangeira se correlacionam mais com os índices de alcance da segunda língua do que com os índices de inteligência propriamente. Com relação à personalidade do indivíduo, observamos que os relacionamentos sociais são a chave para caracterizá-la, pois todo ser humano participa da sociedade tanto como sujeito quanto como objeto. As experiências vividas fornecem subsídios para a formação da personalidade de cada indivíduo, no entanto cada característica da personalidade individual é suscetível de transformações e variações. Desta forma, direcionando-nos à pesquisa deste trabalho, percebemos que traçar um perfil dos informantes entrevistados, por mais que os laços de amizade e convivência fossem grandes, seria uma tarefa difícil.

Através do contato com as abordagens realizadas sobre os fatores motivação e atitudes, observamos que, como ELLIS (1986) comenta, há dificuldades em definir ambos os termos, no entanto, compreendemos que a motivação existe a partir de necessidades e interesses particulares do indivíduo que, em consequência, tomará atitudes para alcançar o alvo de seus desejos, o seu objetivo.

Neste trabalho, direcionamos nossa atenção ao fator psicolinguístico denominado motivação para a comunicação na segunda língua da seguinte forma: o indivíduo bilíngüe, que tem a língua japonesa como língua materna e a língua portuguesa como L2, apresentará maior ou menor motivação para alcançar a proficiência na L2 dependendo de suas necessidades ou interesses pessoais e estes podem ser verificados.

Aquele informante descendente de japoneses, que nasceu no Brasil e aqui se instalou profissionalmente e em todos os aspectos sociais (família, amigos, trabalho e lazer), aceitará o Brasil como sua pátria, como o local ideal para a sua socialização. Para este tipo de indivíduo, a aquisição da língua portuguesa é de grande importância, seria inclusive uma necessidade, ocasionando o surgimento de uma motivação alta e atitudes positivas em relação à L2.

No entanto, aquele outro informante japonês, que chegou ao Brasil como imigrante no início deste século, para trabalhar nas fazendas brasileiras, que enfrentou diversas dificuldades de adaptação (na alimentação, no vestuário, nas acomodações, no tipo de trabalho realizado e principalmente nas diferenças existentes entre a língua materna e a L2, sem antecessores que lhes pudessem ajudar) e viveu normalmente dentro de colônias japonesas, junto aos conterrâneos, não apresentará o mesmo tipo de motivação. Para o segundo informante, as necessidades emergentes foram outras, como a do trabalho árduo nas lavouras para garantir a própria sobrevivência. O conhecimento de palavras-chaves da língua portuguesa (como os nomes dos alimentos, dos utensílios de trabalho e do vocabulário básico para as negociações) era o suficiente para os momentos de comunicação com o benfeitores das fazendas, os colonos e poucos comerciantes. Sua motivação para a aquisição da L2 normalmente é baixa e conhecimento básico/mínimo para as conversações restritas do cotidiano é o suficiente, satisfazendo suas necessidades momentâneas.

Um terceiro tipo de informante pode ser representado por aquele jovem nipo-brasileiro, nascido no Brasil, cujos pais falam fluentemente ambas as línguas: o português e o japonês. Este jovem aprendeu a língua japonesa desde pequeno e quando criança utilizou o japonês em todas as comunicações com os

pais, parentes e amigos da colônia japonesa. No entanto, ao completar 7 anos, começou a cursar a escola brasileira e a aprender a língua portuguesa padrão. O contato diário com colegas não descendentes durante os vários anos escolares e, posteriormente, o vestibular exigirão que o seu conhecimento da L2 (língua portuguesa) seja muito bom, talvez melhor que o conhecimento já obtido da língua japonesa em casa ou em escolas particulares. Sua motivação em relação à L2 é bastante positiva e a aprendizagem ocorre com grande facilidade, pois o meio em que vive e as pessoas com as quais convive utilizam a L2 com fluência.

Existe ainda um outro tipo de informante cuja motivação pode ser negativa ou positiva, isto dependerá, como já vimos, de seus interesses particulares. Os estudantes universitários japoneses, que fazem o Curso de Língua Portuguesa do Departamento de Estudos Luso-brasileiros da Universidade de Sophia, em Tóquio, apresentam características bastante diferentes. Existe aquele estudante que está aprendendo o português como uma língua estrangeira, mas não possui previsões de utilizá-la futuramente. Depois de formado, irá trabalhar em outras áreas, como a administrativa ou a comercial e necessita apenas da conclusão do 3º grau para ser admitido em uma empresa. Como o nome desta Universidade é bem aceito na sociedade japonesa e os seus formandos são sempre bem aceitos no mercado de trabalho, o estudante não precisa se preocupar com a aquisição da L2, pois talvez nunca mais a utilize. Sua motivação é baixa e às vezes nem existe. As disciplinas são cursadas como o simples cumprimento de uma obrigação e o rendimento é apenas satisfatório.

Há um quinto tipo de informante que é o também estudante japonês universitário, no entanto, com uma motivação bastante diferente. Ele pretende utilizar a língua portuguesa em seu campo de trabalho futuro e, enquanto

estudante, se interessa por intercâmbios culturais entre Brasil e Japão. Durante um ano, reside no Brasil (por meio do convênio UFPr e Universidade de Sophia) e participa dos cursos ofertados pelo Departamento de Letras da Universidade Federal do Paraná, aproveitando sua estadia para conviver com os brasileiros, conhecer as belezas do país e procurar oportunidades de interagir utilizando-se da L2. Este estudante, nas horas de folga, ouve fitas com conversações em língua portuguesa para treinar o *listening* e *comprehension* e cursa as disciplinas ofertadas com grande interesse. A sua motivação é bastante alta e a fluência e o conhecimento da língua portuguesa bem mais desenvolvidos que o do estudante anteriormente citado (apesar de estarem cursando o mesmo ano letivo do curso universitário).

A descrição dos cinco tipos de informantes e suas situações exemplifica a variedade de necessidades e interesses que podem influenciar a motivação de um indivíduo para a aprendizagem de uma segunda língua e que, como resultado, levam a uma maior ou menor proficiência no desempenho da segunda língua.

Em nosso trabalho, o fator psicolinguístico motivação é selecionado juntamente com outros fatores lingüísticos e sociolingüísticos e faz parte da análise de dados do Capítulo IV. Acreditamos que esta interdisciplinaridade enriquece e amplia a visão da língua como fenômeno integralizante e universal.

3.6 OS FATORES CONDICIONADORES SOCIOLINGÜÍSTICOS - SUAS INFLUÊNCIAS SOBRE A AQUISIÇÃO DA SEGUNDA LÍNGUA.

É comum observarmos várias definições sobre a Sociolingüística em que esta é definida como uma das áreas de estudo da Lingüística que estuda a língua em uso nas comunidades de fala. MOLLICA (1992:13) comenta que a distinção entre Lingüística e Sociolingüística é pouco relevante pois "*é impossível desvincular a língua de sua função sócio-comunicativa*". A autora defende que devemos compreender a Sociolingüística como um espaço que os estudiosos têm para investigarem de forma interdisciplinar os fatos referentes à língua e à sociedade, enfatizando os usos concretos da língua.

Sabemos que a língua falada é heterogênea e diversificada, no entanto, essa situação de heterogeneidade pode e deve ser sistematizada. Os estudos sociolingüísticos têm por objetivo analisar e aprender a sistematizar as variantes lingüísticas utilizadas por uma mesma comunidade de fala.

O objeto de estudo da Sociolingüística é justamente a variação e esta é compreendida como um princípio geral e universal das línguas. Toda variação é motivada, cita MOLLICA, é controlada por fatores que mantêm a heterogeneidade, logo, ela se delinea sistemática e previsível e pode ser descrita e analisada.

A Sociolingüística Quantitativa, adotada em nosso trabalho, é assim denominada por operar com números e fornecer tratamento estatístico dos dados coletados. O iniciador desse modelo teórico-metodológico é o americano William Labov. Ele propôs um modelo de análise que defende como essencial a relação entre a língua e a sociedade e que busca sistematizar a variação existente na língua falada.

LABOV(apud TARALLO 1994) realizou vários estudos sobre o inglês falado nos Estados Unidos, entre eles o estudo sobre a estratificação social do inglês falado na cidade de Nova Iorque (1966), o estudo sobre o inglês vernáculo dos adolescentes negros do Harlem, e estudos sociolingüísticos na ilha de Martha's Vineyard. Este último estudo foi realizado em 1963, nesta ilha situada no Estado de Massachusetts.

A comunidade da ilha, durante muito tempo, viveu isolada da costa da Nova Inglaterra. No entanto, com a invasão de veranistas do continente, os habitantes experimentaram mudanças sociais dramáticas como a falta de privacidade, o aumento exagerado dos preços dos produtos em geral, a perda da tranquilidade antigamente reinante.

Uma das formas de reação por parte da comunidade ocorreu no contexto lingüístico. A variação se mostrava nas duas maneiras distintas de se pronunciar a vogal-núcleo dos ditongos / au /, como em *house* e / ay /, como em *right*. Os veranistas invasores trouxeram a pronúncia de prestígio, que se assemelhava à pronúncia do inglês-padrão, no entanto, a maior parte da comunidade permaneceu utilizando a variante conservadora local, que era estigmatizada.

LABOV observa que somente a explicação sociolingüística da variável torna possível a compreensão do resultado contraditório, ou seja, a constatação de que a forma lingüística mais forte dentro da comunidade era a da variante não-padrão e estigmatizada. Neste caso, observamos que a comunidade utilizou-se da língua para demarcar as diferenças sociais existentes entre os moradores e os turistas de verão.

Através de estudos como os de LABOV, que demonstram a identidade grupal de uma comunidade, observamos a importância do papel social da língua e optamos por um estudo interdisciplinar que levasse em conta os fatores

sociolingüísticos em comunhão com outros fatores apresentados no decorrer deste trabalho.

Retomaremos agora alguns conceitos da Sociolingüística que consideramos muito importantes. Entre eles, é interessante recordar que todo indivíduo, enquanto falante e ouvinte, vive dentro de uma sociedade específica na qual convive com outros falantes/ouvintes e todos se utilizam da língua falada, o vernáculo. Esta língua falada, segundo TARALLO (1994:19), "*é o veículo lingüístico de comunicação usado em situações naturais de interação social, do tipo comunicação face a face.*" É a língua que utilizamos no nosso dia a dia com os membros da família, os amigos, em casa, nos parques, nos clubes, em rodas de amigos. É "*a enunciação e expressão de fatos , proposições, idéias (o que) sem a preocupação de como enunciá-los.*" (idem)

O vernáculo está presente em toda comunidade de fala e nesta são freqüentes as formas lingüísticas em variação. Estas formas em variação recebem o nome de "variantes". TARALLO (1994:8) comenta que as variantes podem ser interpretadas como "*diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade.*" Um conjunto de variantes recebe o nome de "variável lingüística".

Um exemplo de variável lingüística direcionado ao nosso estudo é o fonema / l / da língua portuguesa nos contextos em que forma sílaba com uma vogal que se posiciona após o / l /. É o caso da palavra *mala*, por exemplo, em que o fonema / l / forma sílaba com a vogal / a /. Os japoneses bilíngües, ao se comunicarem em língua portuguesa, tendem a trocar o fonema / l / pelo / r /, pronunciando a palavra *mala* como /m a r e /. Em alguns casos, o fonema / l / é pronunciado como / l / e em outros como / r /. Desta forma, temos aqui uma variável lingüística / l / que possui duas variantes: / l / e / r /.

TARALLO comenta que a cada variante lingüística correspondem certos contextos que a favorecem, ou seja, alguns contextos favorecem a ocorrência de determinada variante em detrimento de outros. Estes contextos recebem o nome de "fatores condicionadores" e podem ser lingüísticos (internos à língua) ou extralingüísticos (externos à língua).

Os fatores lingüísticos são aqueles fatores fono-morfo-sintáticos, os semânticos, os discursivos e os lexicais. Eles são elementos condicionadores da língua que favorecem ou não a ocorrência de determinada variável. Em nosso trabalho são: o contexto anterior, o contexto posterior, a tonicidade da sílaba, a nasalidade da vogal que segue o fonema / l /, a ocorrência de um fonema após o contexto / l + vogal / dentro da mesma sílaba, a ocorrência de fonemas vibrantes (/ r /, / ʀ / ou / r:/) ou laterais (/ l /) em outras sílabas da mesma palavra.

Os grupos de fatores extralingüísticos encontram-se agrupados em: fatores inerentes ao indivíduo (como sexo, idade, etnia...), os socio-geográficos (como região, escolarização, classe social, profissão,...) e os contextuais (como grau de formalidade e tensão discursiva).

Eles são selecionados a partir de uma observação da área de atuação das variantes no meio social. São observadas as características sociais que condicionam o aparecimento de uma variável específica e a ausência de outras. Conforme TARALLO (1994:46) "*Tudo aquilo que servir de pretexto e co-texto à variável (isto é, tudo aquilo que não for estritamente lingüístico) poderá ser relevante...*". O autor cita como exemplos de fatores extralingüísticos o nível socioeconômico e a escolaridade do informante. Estes são fatores bastante importantes principalmente em uma sociedade como a brasileira, em que a estratificação é bem definida e a distância entre as classes sociais bastante

acentuada. Nestes casos, o nível socioeconômico e a escolaridade do indivíduo têm direta relevância sobre o seu desempenho lingüístico.

Como nossos informantes são todos pertencentes à classe média, bilíngües e têm a língua japonesa como língua materna e a língua portuguesa como L2, selecionamos os seguintes fatores extralingüísticos: idade, sexo, escolaridade, geração, motivação, idade em que ocorreu o primeiro contato com a língua portuguesa, o tempo de contato com a língua portuguesa e o país onde vive. Este último fator foi escolhido porque alguns informantes são japoneses que estudam a língua portuguesa na Universidade de Sophia, em Tóquio e residem no Japão.

A seguir, delinearemos alguns dos fatores sociolingüísticos selecionados para o nosso trabalho.

3.6.1 O FATOR SEXO

- Em que medida e de que forma os fenômenos lingüísticos variáveis podem ser influenciados pelo sexo do informante?

PAIVA (1992:69) comenta que as diferenças lingüísticas mais evidentes entre homens e mulheres se encontram no plano lexical, ou seja, o vocabulário utilizado pelas mulheres difere daquele dos homens, pois, como a própria autora coloca, *"determinadas palavras vão melhor na boca de um homem do que na boca de uma mulher"*.

Nas sociedades ocidentais, essas diferenças lexicais não são tão acentuadas e tendem a desaparecer, no entanto, em algumas sociedades orientais, como a japonesa, algumas palavras nunca são ditas pelas mulheres, apenas pelos homens e vice-versa. Isto porque em sociedades como esta, os jargões, os palavrões e o falar excessivamente coloquial são reservados apenas

aos indivíduos do sexo masculino. À mulher é reservada a fala delicada, respeitosa e mais formal.

Através de vários estudos (FISCHER 1958, SCHERRE 1985, LABOV 1966, apud PAIVA 1992), observa-se que quando se trata de implementar na língua uma forma considerada prestigiada, as mulheres tendem a liderar o processo de mudança. Se, ao contrário, surgir uma forma desprestigiada, as mulheres assumem uma postura conservadora e os homens tendem a liderar a mudança.

PAIVA complementa que a correlação entre o sexo e o estilo de fala demonstra que esta sensibilidade feminina às formas de prestígio da língua pode depender da situação do discurso. As situações mais formais propiciam uma maior sensibilidade.

Estas diferenças entre homens e mulheres podem ser mais ou menos acentuadas dependendo da classe social a que pertencem os indivíduos cuja fala foi analisada. A classe média baixa tende a apresentar menor sensibilidade às formas de prestígio do que as classes média alta e alta.

Com relação à interação entre sexo e idade, as diferenças lingüísticas entre homens e mulheres são maiores nas faixas etárias mais avançadas. Nos jovens, estas diferenças são menos evidentes.

PAIVA comenta que a aproximação entre a linguagem de homens e mulheres nas faixas etárias mais jovens pode ser explicada pela ruptura de muitas barreiras entre os sexos. Atualmente, presenciamos uma aproximação de estilo de vida entre homens e mulheres mais jovens e a divisão de papéis e tarefas está se tornando menos rígida. Estas modificações parecem refletir-se no uso lingüístico.

3.6.2 O FATOR ESCOLARIDADE

A imagem da escola está diretamente vinculada ao ensino da língua padrão, ou seja, à forma de prestígio da língua. Acredita-se que quanto maior o nível de escolaridade, melhor será o desempenho na língua estudada e, conseqüentemente, a forma de prestígio será a mais utilizada, tanto na escrita quanto na fala.

VOTRE (1992:75) apresenta algumas distinções entre as formas de uso da língua. Entre elas, o autor diferencia: forma de prestígio e forma neutra (ou não-marcada) e forma estigmatizada e forma não-estigmatizada ou neutra.

As formas de prestígio normalmente ocorrem em contextos mais formais, entre interlocutores que ocupam posições mais elevadas na escala social. Esta forma de prestígio está codificada nas gramáticas escolares, que a transformam em norma a ser ensinada e aprendida.

A forma estigmatizada geralmente desperta uma reação negativa na maioria dos usuários da língua, é objeto de crítica por parte dos usuários das formas mais prestigiadas e é registrada como problemática nas gramáticas e manuais de ensino e estudo da língua.

VOTRE chama a atenção para a maneira como estas formas estigmatizadas são tratadas. Comenta que alguns gramáticos tratam os vícios de linguagem ou desvios da norma com desprezo, como algo que deve ser extirpado e fazendo comentários de cunho pejorativo.

É necessário reconhecer o esforço consciente dos professores de primeiro e segundo graus em exercitar os estudantes para que evitem os vícios de linguagem, no entanto, as formas não-padrão utilizadas pelos estudantes não devem ser tratadas com desprezo ou mesmo diminuídas perante a forma de prestígio. A consciência de que a língua apresenta variações segundo a região, a faixa etária, a classe social, entre outros fatores, deve ser aceita pelo estudioso da língua de forma igualitária, sem recriminações ou preferências.

Podemos avaliar o efeito do fator escolaridade no estudo de diversos fenômenos, entre eles: a concordância nominal, a regência verbal, a supressão de semivogais, como na pronúncia / 'fe e/ para a palavra *feixe*, o uso de *nós* vs *a gente*, etc., etc., etc.

VOTRE defende que não cabe atribuir à escola um papel que não lhe pertence, i.e., existem formas não analisadas pela tradição gramatical e que, no entanto, são utilizadas pelos falantes da língua com grande regularidade. Estas formas pertencem a uma gramática interna da língua e são resultado de pressões e regularidades do uso, e somente o uso compartilhado permite dominar.

3.6.3 O FATOR IDADE

Que as línguas mudam com o passar do tempo é incontestável. Quando comparamos a língua portuguesa ao latim, notamos as mudanças ocorridas e as diferenças nos diversos níveis: semântico, sintático, fonológico.... Estas mudanças ocorrem de maneira gradual e em várias dimensões e quem as realiza são os falantes da língua em questão, ou seja, os seus usuários, que aceitam ou rejeitam determinadas tendências de modificação da língua que falam, ouvem, escrevem e lêem.

Como NARO (1992:81) coloca, nos eixos sociais, os falantes mais velhos costumam preservar as formas antigas. Isto pode acontecer também com as pessoas mais escolarizadas, aquelas que gozam de maior prestígio social ou grupos que sofrem uma pressão social normalizadora, como os apresentadores de noticiário televisivo.

Há uma forte relação entre a mudança lingüística e a idade. NARO cita que os jovens com menos de 25 anos de idade estão utilizando muito pouco a forma *seu* para a terceira pessoa, preferindo reservá-la para a segunda pessoa.

(no lugar de *Li o seu livro* utilizam *Li o livro dele*). Da mesma forma, os jovens estão evitando a forma *nós* e preferindo a forma *a gente*.

Uma outra pesquisa realizada em Norwich, na Inglaterra, (CHAMBERS e TRUDGILL 1980 apud NARO 1992) estudou o grau de dentalização da variável lingüística (ng) às custas da velar da língua padrão. Observou-se que este fenômeno ocorria com a população de meia-idade, diferenciando-a dos jovens e dos velhos.

Os dados mostraram um aumento do uso da velar padrão no momento do ciclo da vida em que diminuem as pressões sociais do círculo imediato de amizades do adolescente, ao entrar efetivamente no mercado de trabalho. Assim, o uso da variante padrão revelou-se predominante para os indivíduos de meia-idade, que encontram-se estabilizados e com o círculo social bastante abrangente. A variante não-padrão demonstrou-se significativa para os grupos mais jovens e para os mais idosos.

Assim, a mudança lingüística, a curto ou a longo prazo, deve ser considerada em função da comunidade lingüística e seus integrantes. O falante muda a sua língua no decorrer dos anos e a escolha desta mudança na sua maneira de falar é individual e só pode ser concretizada a partir do momento em que a comunidade lingüística assume estas modificações.

3.6.4 OS FATORES FONOLÓGICOS

A Sociolingüística assumiu a língua como um sistema heterogêneo e instável (TARALLO 1986, LAVANDERA 1984 apud SOUZA 1992) e esta visão prioriza uma análise lingüística que justifique modos alternativos para se dizer a mesma coisa, ou seja, variantes para uma variável.

Este enfoque permite que aceitemos formas como c[o]légio e c[u] légio, [l]aranja e [r]aranja, sem que a carga semântica destas palavras seja alterada

nos enunciados em que ocorrerem. Assim, cita SOUZA (1992:39), cabe ao lingüista descrever a tendência do usuário da língua em utilizar uma forma variante dentro do conjunto de formas alternativas equivalentes.

SCHANE (1975 apud SOUZA 1992) acredita que a maior parte das mudanças fônicas pode ser explicada como alteração de fenômenos articulatórios ou de percepção. É o caso de grande parte dos informantes do nosso trabalho que, devido à inexistência do fonema / l / na língua japonesa, não percebem que pronunciam / r / no lugar de / l / nas palavras da língua portuguesa. Esta questão da percepção é bastante interessante pois, na língua japonesa, a distinção entre os fonemas / l / e / r / é irrelevante, afinal, só / r / é utilizado. Ao pronunciar as palavras na língua portuguesa, o indivíduo tende a pronunciar / r / tanto no lugar de / r / quanto no lugar de / l / indiscriminadamente, não percebendo que esta distinção é pertinente no português.

Com a finalidade de compreender os contextos lingüísticos favorecedores da ocorrência de / r / no lugar / l /, nas palavras da língua portuguesa pronunciadas pelos informantes e também para descobrir a sistematicidade existente nas escolhas fonológicas realizadas, escolhemos os fatores fonológicos, já citados anteriormente, para a análise de nossos dados.

Todos estes fatores lingüísticos e extralingüísticos são parte de nossa pesquisa e são utilizados na análise do corpus coletado, no Capítulo IV deste trabalho.

CAPÍTULO IV - METODOLOGIA DA ANÁLISE DAS VARIÁVEIS E RESULTADOS

4.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA: HIPÓTESES E VARIÁVEIS

No início deste trabalho, relatamos nosso interesse pelo bilingüismo japonês-português devido a nossa convivência direta com descendentes da colônia japonesa. Através das conversas informais que tínhamos com parentes e amigos, passamos a observar as trocas fonéticas realizadas entre alguns fonemas específicos, no momento da comunicação em língua portuguesa.

É muito comum percebermos estas trocas entre fonemas quando observamos um estrangeiro falando uma língua que não é a sua língua materna, principalmente nos estágios iniciais de aquisição.

Lemos alguns trabalhos sobre o assunto e observamos que a tipologia das línguas portuguesa e japonesa são bastante distintas, ou seja, há muitas diferenças no nível sintático, fonológico e morfológico. Compreendemos que alguns fonemas como o / l / da língua portuguesa "não existem", ou seja, não pertencem ao quadro de fonemas da língua japonesa. Assim, tornou-se fácil compreender o motivo das trocas realizadas.

No entanto, havíamos observado que um mesmo indivíduo não realizava sempre as mesmas trocas de fonemas, isto é, se a não existência do fonema / l / na língua japonesa fosse o único motivo das trocas, o falante de português como L2 deveria trocar o fonema / l / pelo / r / em todos os contextos em que o primeiro ocorresse. Mas isto não era verdade. Pudemos perceber que havia palavras em que a troca ocorria e outras em que os fonemas dificilmente eram trocados, ou seja, em que o falante pronunciava corretamente o / l /. Observamos também que, na pronúncia da mesma palavra, a troca ocorria algumas vezes e em outras não ocorria.

Assim, surgiram as seguintes hipóteses a respeito da variável / l /:

- O falante japonês de língua portuguesa não troca o fonema / l / pelo / r / apenas devido à inexistência de / l / na sua língua materna.
- Além dos fatores sociolingüísticos como a idade, o sexo, a escolaridade e a geração, fatores psicolingüísticos como a motivação desempenham um papel importante na presença ou ausência da variável.
- Determinados contextos lingüísticos influenciam predominantemente a ocorrência da variável em detrimento de outros.

4.2. PROCEDIMENTOS

4.2.1 SELEÇÃO DA AMOSTRA

Em nossa amostra, todos os informantes são bilíngües, tendo a língua japonesa como língua materna e a portuguesa como segunda língua. Eles pertencem à classe média no aspecto socio-econômico e entre eles encontram-se representantes do sexo masculino e feminino. São todos escolarizados, apesar da diferença existente entre os níveis de escolaridade que variam do conhecimento de nível primário (1ª a 4ª série) ao terceiro grau.

Todos os informantes são bilíngües, no entanto, existem aqueles que nasceram no Japão e vieram para o Brasil, no início do século, assumindo o papel de imigrantes; outros são japoneses também natos, mas que continuam vivendo no Japão e são estudantes universitários da Língua Portuguesa, na Universidade de Sophia, em Tóquio; e também fazem parte da amostra os nipo-brasileiros, ou seja, os descendentes de japoneses que nasceram no Brasil e fazem parte da sociedade brasileira como estudantes, empresários e profissionais em diversas áreas de trabalho.

Reunimos todos os informantes em um único grupo devido ao conhecimento bilíngüe apresentado por todos, no entanto, durante os cruzamentos de informações, observamos que todos os imigrantes pertenciam ao grupo de informantes com mais de 60 anos e também faziam parte da primeira geração de japoneses. Os nipo-brasileiros dividiram-se em dois grupos etários, aqueles entre 16 e 25 anos (grupo *j*) e os outros entre 26 e 40 anos de idade (grupo *a*). Normalmente, os informantes do grupo *j* pertenciam à terceira geração e os do grupo *a* à segunda. Apenas alguns informantes do grupo *j* que foram entrevistados pertenciam à segunda geração, pois seus pais japoneses haviam imigrado para o Brasil mais recentemente, em torno de 1950.

A respeito dos dados, estes foram coletados através de entrevistas que foram gravadas, em casa ou em um ambiente em que o informante pudesse se sentir à vontade e as gravações pudessem ser realizadas sem risco de excessiva perturbação. As entrevistas duraram aproximadamente trinta minutos com cada informante.

No início, a pessoa era entrevistada acerca de detalhes da sua experiência de vida no Brasil. No caso dos imigrantes japoneses, pedíamos que contassem sobre a época em que chegaram ao Brasil, solicitávamos que descrevessem sua viagem do Japão para cá, a situação social e econômica encontrada aqui, as dificuldades pelas quais passaram como colonos nos primeiros anos vividos no Brasil, as suas alegrias e decepções, as lembranças que quisessem relatar.

Aos informantes nascidos no Brasil, solicitávamos que relatassem suas experiências diárias, seus sentimentos com relação à pátria e sociedade brasileiras, sua convivência com a colônia japonesa no Brasil, suas tradições e costumes japoneses que faziam questão de conservar.

Com relação à amostra dos informantes de Tóquio, os estudantes japoneses entrevistados foram questionados sobre a sua vida cotidiana, os seus hábitos escolares e esportivos, o conhecimento que já apresentavam da língua portuguesa e dos países que falam estas línguas, principalmente de Portugal e do Brasil, além de outros assuntos que se demonstrassem interessantes para cada informante.

Esclarecemos à cada informante que as informações prestadas e gravadas seriam utilizadas para um levantamento da parte histórica da imigração japonesa e sobre a adaptação dos nipo-brasileiros na atualidade. Como todos os informantes eram pessoas já conhecidas, com as quais convivemos freqüentemente, não sentimos uma resistência ou mesmo receio no momento da gravação.

Utilizamos um gravador pequeno da sony, modelo *Cassete Corder TCM-82V* e um microfone de lapela. Percebemos uma pequena hesitação no momento em que pedíamos para gravar a entrevista, no entanto, esclarecíamos que devido ao pequeno espaço de tempo não seria possível anotar todos os dados e que a gravação da conversa seria a maneira mais prática de realizar a coleta. Passados 2 a 3 minutos do início da entrevista, logo percebíamos que o informante já havia se esquecido da gravação, pois o microfone ficava preso na gola da camisa e o gravador era deixado fora do alcance visual. Desta forma, as conversas gravadas transcorreram de forma tranqüila e natural.

Para confirmarmos os dados coletados, adotamos também o método de observação direta, através do qual analisamos e comparamos os dados coletados aos dados da fala informal diária. Percebemos que não houve diferenças significativas.

A seguir, passamos a relatar o levantamento de alguns fatores lingüísticos e extralingüísticos utilizados em nossa análise de dados a fim de conhecermos a sua influência sobre a variável lingüística / l /.

4.2.2 LEVANTAMENTO DOS FATORES INFLUENCIADORES DA VARIÁVEL LINGÜÍSTICA

Como já mencionamos anteriormente, LABOV (1972), precursor da metodologia correlacional, enfatiza a importância dos fatores sexo, idade e escolaridade para demonstrar as características lingüísticas detectadas nessa correlação. Em seus trabalhos de análise das variáveis lingüísticas comprovou a importância destes três fatores.

Partimos destes três fatores e acrescentamos outros fatores que consideramos importantes para a análise da variável / l / nos diversos contextos em que ocorre.

Todos os fatores selecionados foram subdivididos e codificados. Esta providência foi tomada a fim de que estas informações fossem posteriormente processadas em programas de informática que fornecem um tratamento estatístico aos dados lingüísticos variáveis (cf. item 4.2.3 deste capítulo).

O fator psicolingüístico *Motivação* foi levantado como sendo bastante significativo, pois acreditamos que um indivíduo motivado por uma necessidade ou vontade própria internaliza mais rapidamente as regras da L2 e na sua "fossilização", chega mais próximo da Gramática da segunda língua (G2). No caso de nossos informantes, acreditamos que aqueles mais motivados apresentarão um menor número de trocas fonológicas (entre / l / e / r /) do que os outros menos motivados.

Nossos fatores também fizeram referência ao aspecto tempo, ou seja, consideramos o tempo de contato do falante bilingüe com a língua portuguesa e a idade em que ocorreu o primeiro contato com esta segunda língua. Consideramos relevantes estes dois itens pois, segundo o senso comum, o falante com maior tempo de contato com a segunda língua e cujo contato

ocorrera mais precocemente apresentaria maior conhecimento e melhor desempenho na língua aprendida.

Como nosso corpus apresentou informantes residindo no Brasil e no Japão, acrescentamos o fator local de moradia, ou melhor, o país em que o informante vive, não importando a sua nacionalidade.

Complementando estes fatores psico e sociolingüísticos, adicionamos os fatores de contexto lingüístico que serão apresentados em detalhes posteriormente. A análise foi realizada a partir da sílaba contendo o fonema / l /. Esta sílaba em estudo se inicia com o fonema / l / ou com um fonema consonantal anterior na mesma sílaba. Quando // inicia a sílaba, ele poder vir seguido, na mesma sílaba, por uma vogal (ex. : lá) ou por uma vogal e uma consoante (ex.: lar). Os contextos são os seguintes: contexto anterior ao fonema / l / na sílaba que a precede, contexto imediatamente posterior ao fonema / l /, contexto posterior ao fonema / l / mais a vogal, tonicidade da sílaba, nasalidade da vogal e a existência de outras sílabas, na mesma palavra, contendo os fonemas / l /, / r / ou / r̃ /. Este último item foi relacionado por considerarmos que a incidência de um destes fonemas na mesma palavra facilitaria a ocorrência de troca.

No próximo item, apresentamos o programa de informática utilizado para o levantamento e interface dos dados codificados.

4.2.3 O PROGRAMA VARBRUL E O TRATAMENTO ESTATÍSTICO DOS DADOS LINGÜÍSTICOS VARIÁVEIS

Para a análise dos nossos dados, utilizamos os programas VARBRUL que têm por objetivo implementar modelos matemáticos para fornecerem

tratamento estatístico adequado aos dados lingüísticos variáveis, analisados sob a perspectiva da teoria da variação lingüística de LABOV (1972).

SCHERRE (1992) cita que a tarefa dos programas existentes é a de quantificar os dados recebidos, produzindo resultados estatísticos para os quais foram anteriormente preparados.

Os programas VARBRUL foram utilizados em vários trabalhos que estudaram fenômenos variáveis da língua portuguesa, tanto na fonologia como na sintaxe. Eles têm sido utilizados em várias Universidades: na de Brasília, na Federal do Rio de Janeiro, na Federal de Santa Catarina e também na Universidade Federal do Paraná.

Como todo programa de computador, o VARBRUL trabalha com parâmetros, assim, todos os dados dos informantes foram codificados. Cada informação recebeu um código e todos os códigos foram cadastrados no editor de dados "Q Edit". Os dados de entrada, os dados de controle e os dados gerados pelos programas ficam armazenados em arquivos. Estes são revisados e seus dados preparados para serem submetidos aos programas VARBRUL. São eles: IVARB, TVARB e MVARB.

O programa TVARB executa os cálculos para três variantes e o MVARB para quatro ou cinco variantes. Estes não foram utilizados em nosso trabalho.

O IVARB é um programa de regra variável que faz a análise dos pesos relativos, ou seja, faz os cálculos estatísticos, atribuindo pesos relativos aos fatores das variáveis. Este é um programa binário no qual trabalhamos com duas variantes de um fenômeno lingüístico. O IVARB foi aplicado aos dados do nosso corpus coletado e codificado.

Em nosso trabalho, o fenômeno analisado foram as trocas fonológicas realizadas no lugar do fonema / l / em palavras como laranja, amarelo, calado, linha, logo, luva, entre outras. Estudamos a possibilidade de ocorrência de duas

variantes: a ocorrência de / l /, não ocorrendo a troca; e a ocorrência de / r /, quando a troca se concretizava. O programa correlacionou os fatores selecionados e listados no item 2.2 às variantes (ocorrência de / l / ou ocorrência de / r /) do fenômeno lingüístico escolhido. Os resultados são apresentados na seção seguinte.

O IVARB é um programa bastante interessante por trabalhar com níveis diversos de análises. Ele efetua comparações progressivas entre os pesos relativos atribuídos aos diversos fatores e seus subitens selecionados e faz uma seleção estatística destes fatores (também denominados variáveis independentes) a cada passo da análise (SANKOFF,1988 apud SCHERRE, 1992:27).

O programa seleciona uma variável independente e observa o seu comportamento em conjugação com cada uma das outras variáveis, duas a duas, atribuindo o grau de adequação do modelo aos dados (log likelihood) e o nível de significância a cada par de variáveis.

Em seguida, o programa compara as duas variáveis selecionadas com as demais, três a três, para selecionar a terceira variável. O programa trabalha desta forma até o término da seleção de todas as variáveis estatisticamente relevantes. Este processo de seleção recebe o nome de *step up* quando é realizado do nível 0 ao nível N, e quando segue a ordem oposta é denominada *step down*.

SCHERRE (Organon 18/1991), em seu estudo sobre a variável *mudança de referência* analisada no *corpus* de cartas pessoais, utiliza-se do programa VARBRUL 2S na computação de seus dados. Ela seus dados ao programa e observa que, embora esta variável se mostre significativa nas análises em que é aplicada, uma variável que analise mais detalhadamente o comportamento da

seqüência de sujeitos, levando em conta a estruturação do discurso, pode revelar melhor os aspectos do uso de pronomes.

SCHERRE comenta que a escolha da variável *conexão do discurso*, como um condicionamento mais adequado ao fenômeno estudado, foi respaldada pela avaliação do peso combinado dos fatores e sua seleção pelo programa computacional.

Em nosso trabalho, além do IVARB, aplicamos também os nossos dados ao programa CROSSTAB que realiza o cruzamento de variáveis, duas a duas, com base em um determinado arquivo selecionado. O CROSSTAB apresenta uma tabela cruzada de pares de fatores previamente especificados pelo pesquisador, apresentando suas freqüências absolutas e relativas para os cruzamentos realizados. Assim, através deste programa, pudemos obter a análise dos fatores selecionados, dois a dois, a fim de reconhecer a sua influência sobre as variantes / l / e / r / e realizar comparações com os demais fatores.

Os pesos relativos calculados de acordo com o modelo logístico costumam ser interpretados da seguinte forma: como favoráveis à aplicação da regra, se forem superiores a 0,5 ; como inibidores, se forem inferiores a 0,5 ; e como neutros, se forem iguais a 0,5.

Como NARO (1992:24) destaca, "*a metodologia da Teoria da Variação constitui uma ferramenta poderosa e segura que pode ser usada para o estudo de qualquer fenômeno variável nos diversos níveis e manifestações lingüísticos*". NARO complementa que as limitações desta metodologia são as do próprio lingüista, que tem a responsabilidade de descobrir os fatores relevantes e fazer o levantamento e a codificação corretos dos dados empíricos, interpretando os resultados numéricos de acordo com uma visão teórica da língua.

4.2.4 COMPUTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DOS INFORMANTES NIPO-BRASILEIROS

A seguir, passamos a apresentar a análise realizada com os dados dos informantes nipo-brasileiros e os fatores lingüísticos e extralingüísticos utilizados em nossa pesquisa. Como já mencionamos, na computação e análise dos dados coletados utilizamos o programa IVARB. Ele é um programa binário de regra variável que faz cálculos estatísticos, atribuindo pesos relativos aos fatores das variáveis. Por ser binário, ele executa os cálculos para duas variantes. Em nosso trabalho, a variável dependente possui duas variantes que são apresentadas a seguir.

A variável dependente:

- OCORRÊNCIA DE // OU /r/ NOS CONTEXTOS EM QUE // É O FONEMA ESPERADO, por exemplo: na palavra LARANJA, se a pronúncia ocorrer como [la 'r ɐⁿ ʒ ɐ], o código 0 será o escolhido; no entanto, se a pronúncia for [ra'r ɐⁿ ʒ ɐ], o código será 1.

0 = //

1 = /r/

Em outras palavras, a presença do código 0 indica a ocorrência do fonema // , cuja pronúncia já é esperada. O código 1, ao contrário, expressa a ocorrência de troca fonética em que /r/ é pronunciado no lugar de //.

Todos os dados coletados foram codificados, como veremos a seguir, e foram analisados da seguinte forma: uma rodada com a variável dependente e os grupos de fatores sociais (ou extralingüísticos) e outra rodada com a mesma variável dependente e os grupos de fatores lingüísticos.

Os grupos de fatores sociais foram os seguintes³ :

- IDADE:

j = 16 a 25 anos

a = 26 a 40 anos

v = 41 a 80 anos

- SEXO:

m = masculino

f = feminino

- ESCOLARIDADE:

p = até 4ª série (primário)

q = até 8ª série (ginasial)

r = até 2º grau

s = curso de nível superior (superior - brasileiros)

t = alunos japoneses da Universidade de Sophia, em Tóquio, estudantes da Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. (superior - japoneses)

- GERAÇÃO

x = 1ª geração

y = 2ª geração

z = 3ª geração

- MOTIVAÇÃO:

b = alta

c = baixa

d = desconhecida

³ Observe-se que cada variante linguística recebe um código específico.

- IDADE EM QUE OCORREU O PRIMEIRO CONTATO COM A LÍNGUA PORTUGUESA:

f = infância, até 11 anos

g = adolescência, de 12 a 19 anos

h = fase adulta, acima de 20 anos

- PAÍS ONDE VIVE:

B = Brasil

J = Japão

- TEMPO DE CONTATO COM A LÍNGUA PORTUGUESA:

5 = até 5 anos

6 = de 5 a 10 anos

7 = de 10 a 15 anos

8 = acima de 15 anos

Os grupos de fatores lingüísticos foram:

- CONTEXTO ANTERIOR (contexto anterior a // localizado na mesma sílaba ou em sílaba precedente):

@ = quando // está em início de palavra (lata) antecedido de pausa

= fricativa (Flávia)

& = oclusiva (claro)

a = a (alado)

e = e (Elena)

i = i (ilário)

o = o (Olívia)

u = u (fulano)

w = semivogal (baile)

! = /r/ (Carla)

t = /t/ (Atlântico)

-CONTEXTO POSTERIOR (ou seja, o fonema posterior a // localizado na mesma sílaba):

A = a (lata)

E = e (letra)

I = i (lírio)

O = o (lobo)

U = u (luva)

Obs.: Neste grupo, distinguimos apenas cinco fonemas vocálicos porque apenas estes (/a/, /e/, /i/, /o/ e /u/) existem na língua japonesa padrão. Como todos os nossos informantes possuem a língua japonesa como língua materna, decidimos manter este grupo vocálico em nossa análise.

- TONICIDADE DA SÍLABA:

2 = átona (álamo)

3 = tônica (lata)

- NASALIDADE DA VOGAL SEGUINTE:

+ = presença (lã)

- = ausência (lá)

- CONTEXTO POSTERIOR A // + /vogal/ , NA MESMA SÍLABA:

***** = l + vogal + r (ler)

\$ = l + vogal + s (lustre)

% = l + vogal + semivogal (leigo)

^ = apenas a ocorrência de l + vogal (lata)

- OCORRÊNCIA DE // ou /r/ EM OUTRAS SÍLABAS DA PALAVRA:

s = sim (laranja, brasileiro, paralelepípedo)

n = não (lata, lixo, leite)

Apresentamos, inicialmente, os resultados observados na Rodada com os Fatores Sociais. Estes fatores, denominados variáveis independentes, foram relacionados, um a um, com a variável dependente (ocorrência de // ou /r/ nos contextos analisados em que // é o esperado), ou seja, suas informações foram cruzadas através de uma interface. Recordamos que os códigos utilizados foram 0 para a ocorrência de // e 1 para a ocorrência de /r/. Logo, o código 1 representa a ocorrência de troca.

Em nossa análise, todas as tabelas apresentam os dados sobre a ocorrência de /r/ no lugar de //, ou seja, elas enfocam a quantidade de trocas sobre a quantidade total de ocorrências.

4.2.4.1 IDADE

No grupo IDADE, trabalhamos com três faixas etárias que são apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Influência do Fator Idade

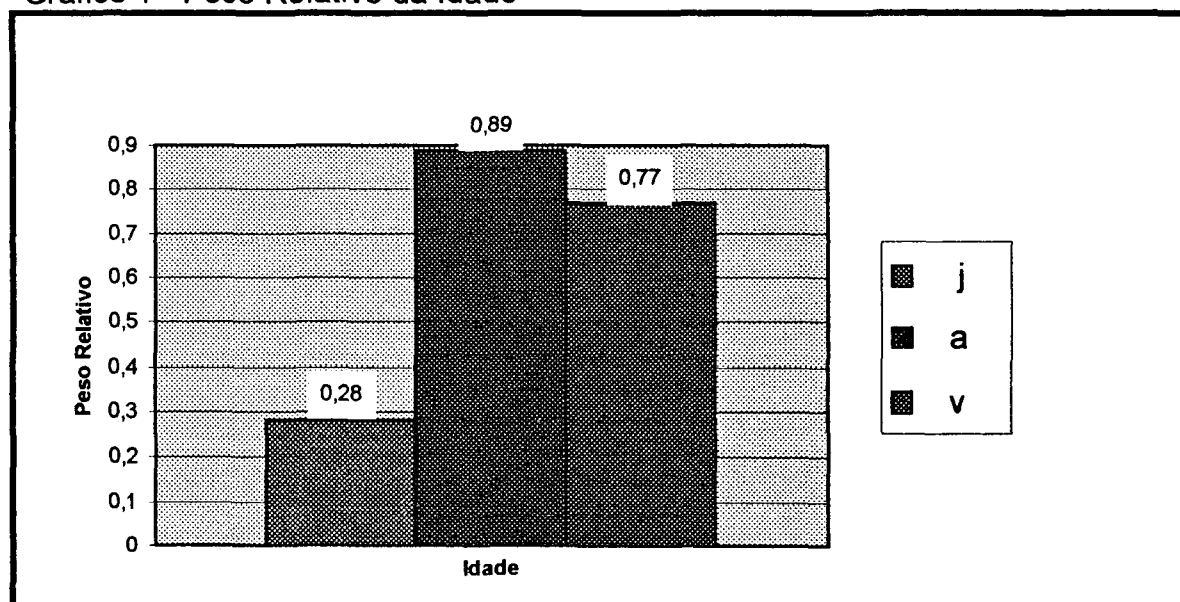
Variável	nº ocorrências	Percentual	Peso relativo
j	435/2211	20%	.28
a	82/203	40%	.89
v	467/1355	34%	.77

j - 16 a 25 anos,

a - 26 a 40 anos e

v = 41 a 80 anos

Gráfico 1 - Peso Relativo da Idade



O grupo jovem, classificado na faixa etária de 16 a 25 anos, demonstrou o melhor resultado, apresentando /r/ no lugar de /l/ em apenas 20% das ocorrências. Nos grupos adulto (26 a 40) e idoso (41 a 80) as trocas ocorreram com maior intensidade (respectivamente, 40% e 34%). É interessante observar que o grupo adulto apresentou uma porcentagem maior de trocas do que a do idoso.

Na análise dos pesos relativos, também pudemos observar a mesma tendência, ou seja, o grupo **j** com .28, o grupo **a** com .89 e o grupo **v** com .77.

Acreditamos que a maior ocorrência de trocas no grupo **a** seja decorrente do uso freqüente e não-monitorado da L2. Os informantes deste grupo, em sua maioria pertencentes à segunda geração, já internalizaram a língua portuguesa como meio de comunicação diário e a utilizam sem receio. No entanto, eles já apresentam a fossilização de algumas formas não padrão da L2 (troca do fonema /l/ pelo /r/) que não afetam as suas intenções de comunicação.

O grupo **v**, que deveria apresentar o maior número de trocas, não o realizou porque o seu vocabulário é mais restrito e o receio de realizar as trocas também. Sendo um grupo mais idoso, cuja vida profissional é menos ativa, a necessidade de utilização da L2 é menor, o vocabulário é mais restrito e, conseqüentemente, o número de trocas também se reduz. O número de trocas no grupo **v** é menor do que no grupo **a**, no entanto, o peso relativo é bastante significativo.

O grupo **j** apresentou um peso relativo inibidor da ocorrência de troca.

4.2.4.2 SEXO

Observemos os resultados percentuais abaixo:

Tabela 2 - Influência do Fator Sexo

Variável	nº ocorrências	Percentual
m	295/1375	21%
f	689/2394	29%

m - sexo masculino

f - sexo feminino

A porcentagem de incidência de trocas entre o sexo feminino e o masculino não foi significativa e o percentual foi bastante semelhante entre ambos os sexos: masc. 21% e fem. 29%. Desta forma, o fator SEXO foi rejeitado pelo programa IVARB. Os valores obtidos foram considerados inexpressivos.

4.2.4.3 ESCOLARIDADE

O fator escolaridade apresentou os seguintes resultados percentuais e de peso relativo:

Tabela 3 - Influência do Fator Escolaridade

variável	nº ocorrências	percentual	peso relativo
p	445/775	57%	.64
q	89/276	32%	.63
r	13/1081	1%	.30
s	15/837	2%	.42
t	422/800	53%	.68

p - até 4ª série (primário)

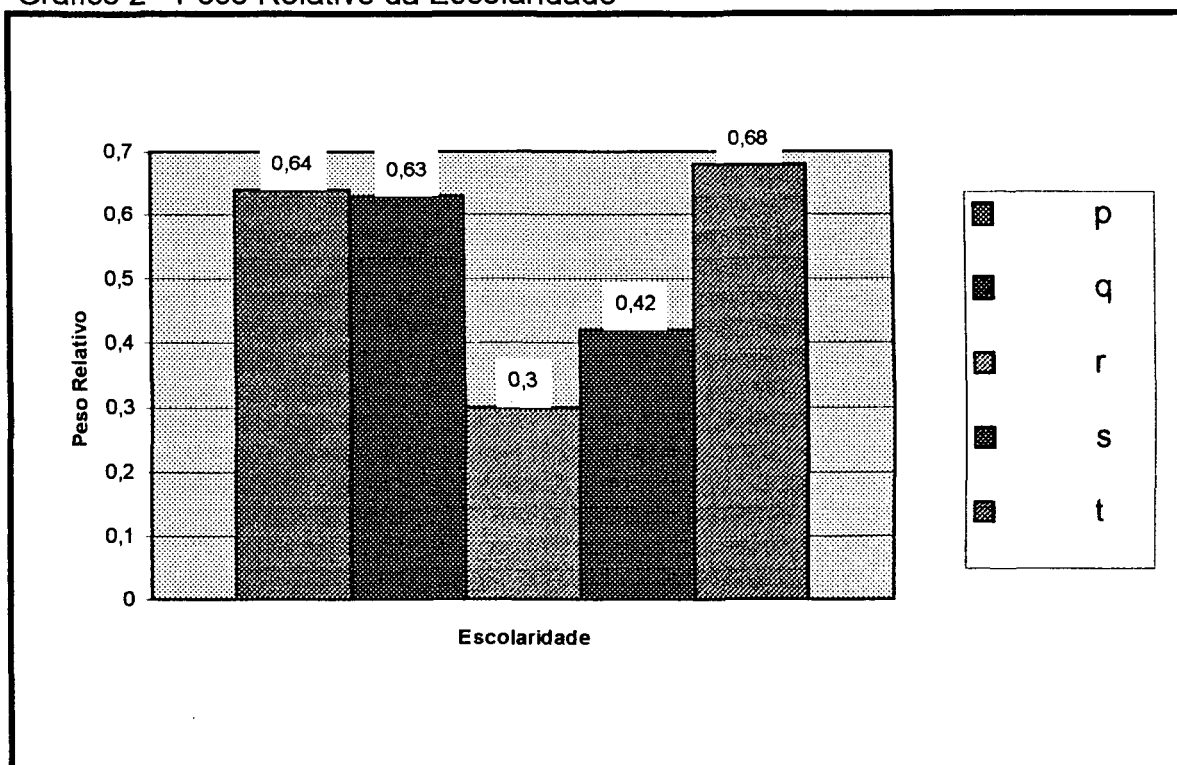
q - até 8ª série (ginasial)

r - até 2º grau

s - curso de nível superior (superior - brasileiros)

t - alunos japoneses da Universidade de Sophia, em Tóquio, estudantes da Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. (superior - japoneses)

Gráfico 2 - Peso Relativo da Escolaridade



A maior incidência de uso do fonema /r/ no lugar do /l/ foi constatada nos grupos **p** e **t**, sendo que **p** representa o grupo de informantes nipo-brasileiros com escolaridade primária (1ª a 4ª série) e **t** representa o grupo de informantes japoneses universitários de Tóquio.

Observamos que o maior índice de troca ocorreu com a faixa de informantes menos escolarizada, no entanto, não é correto afirmar que quanto maior a escolaridade, menor o índice de trocas. Entre os grupos de código **s** (informantes com nível superior) e **r** (informantes com 2o grau) praticamente não houve diferenças quanto ao resultado. Aliás, o grupo **r** apresentou maior incidência de trocas do que o grupo **s**.

Com relação aos pesos relativos, os grupos **p** (escolaridade primária), **q** (até a 8ª) e **t** (estudantes universitários de Tóquio) se equipararam com os valores .64, .63 e .68 respectivamente. Os demais grupos não apresentaram índices favoráveis à aplicação da regra de troca.

4.2.4.4 GERAÇÃO

Com relação ao grupo GERAÇÃO, foram selecionadas três gerações de informantes: 1ª geração, 2ª geração e 3ª geração.

Tabela 4 - Influência do Fator Geração

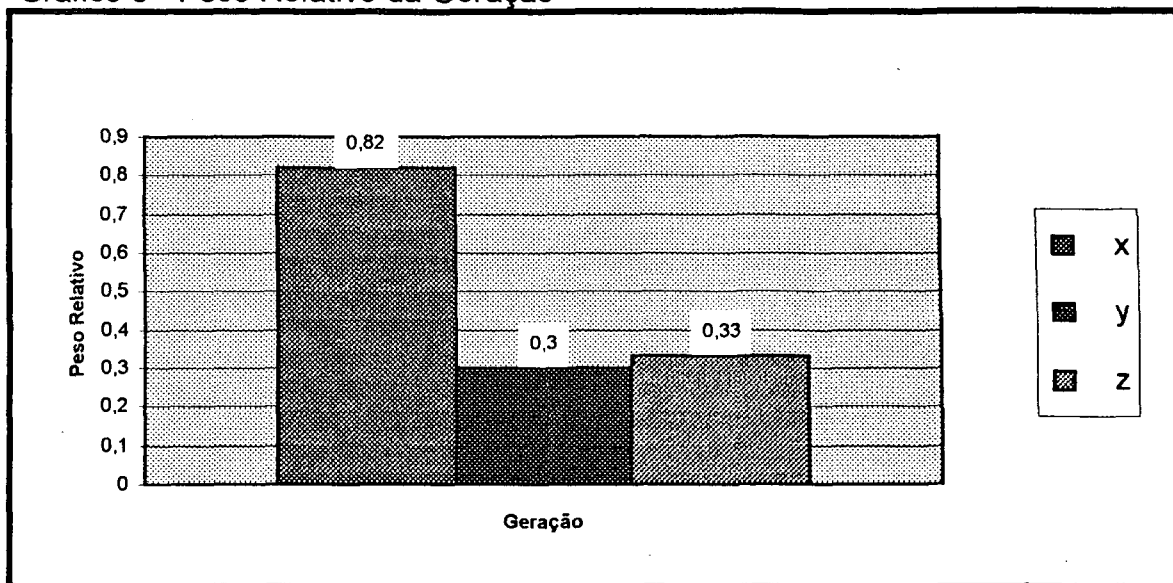
variável	nº ocorrências	percentual	peso relativo
x	809/1333	61%	.82
y	173/2150	8%	.30
z	2/286	1%	.33

x - 1ª geração

y - 2ª geração

z - 3ª geração

Gráfico 3 - Peso Relativo da Geração



A 1ª geração, representada pelos japoneses imigrantes, apresentou expressivamente a maior quantidade de trocas entre os fonemas // e /r/. 61% de suas realizações apresentou a troca. Enquanto isso, 8% do corpus analisado da 2ª geração e apenas 1% dos dados da 3ª geração apresentaram a troca.

O grupo x, com o peso relativo de 0.82 mostrou o seu favoritismo para a aplicação da regra de troca. Os índices dos demais grupos demonstraram-se inibidores da ocorrência de troca.

4.2.4.5 MOTIVAÇÃO

A maior parte de nossos informantes apresentou grande motivação para o aprendizado da língua portuguesa. O grupo com motivação alta é representado pelo código b, enquanto que c e d representam, respectivamente, o grupos com motivação baixa e desconhecida.

Tabela 5 - Influência do Fator Motivação

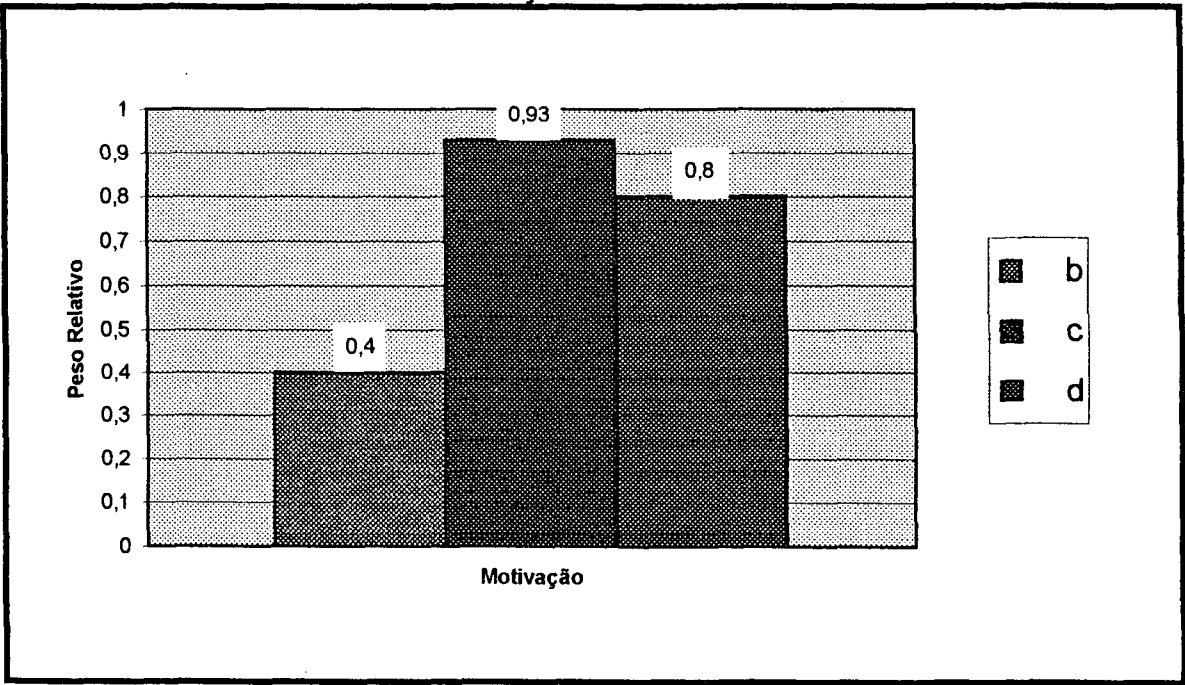
variável	nº ocorrências	percentual	peso relativo
b	471/2643	15%	.40
c	233/299	78%	.93
d	280/356	79%	.80

b - alta

c - baixa

d - desconhecida

Gráfico 4 - Peso Relativo da Motivação



Os resultados demonstraram que apenas 15% dos dados de informantes com alta motivação evidenciaram a troca. Em contraposição, a ocorrência de troca nos dados de informantes com motivação baixa e desconhecida foi bastante grande e evidente.

Com referência aos índices de peso relativo, o programa apresentou .93 para o grupo **c** e .80 para o grupo **d**, em contraposição ao grupo **b** com apenas .40. Podemos observar, através dos resultados, que o fator psicolinguístico **Motivação** assume um papel importante neste aspecto estudado do desempenho em L2.

4.2.4.6 IDADE DO INFORMANTE NO PRIMEIRO CONTATO COM A L2

Este fator refere-se à idade em que ocorreu o primeiro contato do informante com a língua portuguesa. Este grupo apresenta três subdivisões: até 11 anos de idade; entre 12 e 19 anos e após os 20 anos de idade.

Tabela 6 - Influência do Fator Primeiro Contato com a L2

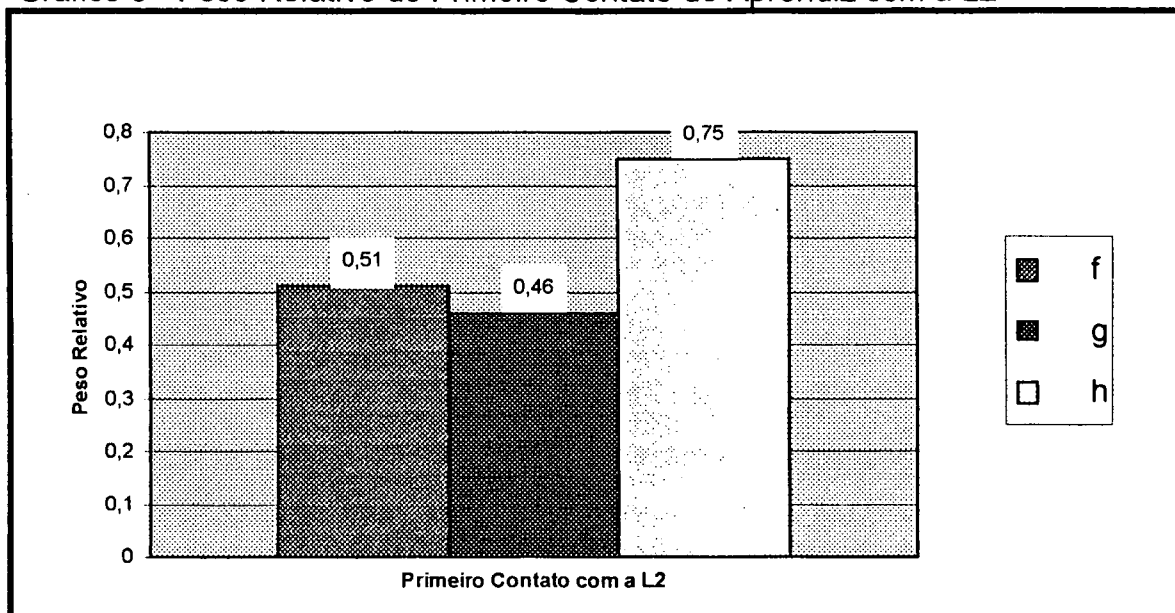
variável	nº ocorrências	percentual	peso relativo
f	505/2832	18%	.51
g	457/909	50%	.46
h	22/28	79%	.75

f - infância, até 11 anos

g - adolescência, de 12 a 19 anos

h - fase adulta, acima de 20 anos

Gráfico 5 - Peso Relativo do Primeiro Contato do Aprendiz com a L2



Verificamos que quanto mais tardio o primeiro contato com a língua portuguesa (2ª língua), maior o número de trocas detectado no corpus analisado. Dentre os dados de informantes que contactaram a língua portuguesa ainda durante a infância, ou seja, até os 11 anos de idade, apenas 18% das trocas foi realizada. Inversamente, o grupo **h** (contato com a língua portuguesa após os 20 anos) apresentou o maior índice de trocas, 79%.

Ao observarmos os pesos relativos, encontramos os valores .51 para o grupo **f**, o que revela um resultado neutro; .46 para o grupo **g**, mostrando que as características deste grupo desfavorecem a ocorrência de trocas e, finalmente, .75 para o grupo **h**, o grande favorecedor da aplicação da regra de troca.

Observe-se que os índices não revelam que quanto mais precoce a introdução à L2 menor será o número de trocas. O grupo **f** apresentou um peso relativo neutro e o grupo **g**, que representa uma idade mais avançada, apresentou um índice menos favorecedor ainda.

4.2.4.7 LOCAL DE MORADIA DO INFORMANTE

Este fator , local de moradia do informante, se no Brasil ou no Japão, foi criado especificamente para distinguir a situação de troca dos japoneses nipo-brasileiros e japoneses estudantes da língua portuguesa no Japão. O código **B** representa os moradores do Brasil e o **J**, os do Japão.

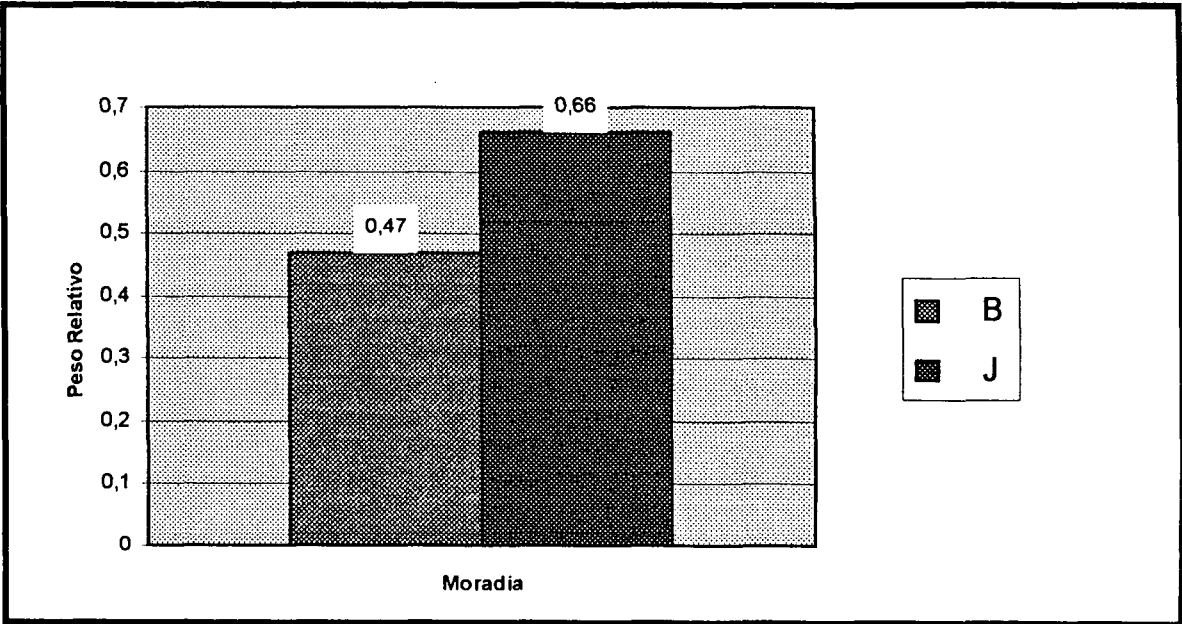
Tabela 7 - Influência do Fator Moradia

variável	nº ocorrências	percentual	peso relativo
B	578/3157	18%	.47
J	406/612	66%	.66

B - morador no Brasil

J - morador no Japão

Gráfico 6 - Peso Relativo da Moradia



Enquanto 66% de trocas foram evidenciadas nos dados de informantes japoneses do Japão, apenas 18% de trocas foram demonstradas em relação aos informantes do Brasil .

É importante notar que as ocorrências dos informantes do Brasil constituíram a maior parte do corpus coletado. Devido a este aspecto, realizamos a análise dos pesos relativos que demonstrou os índices: .47 para o grupo B e .66 para o grupo J.

Confirmando as expectativas , os índices demonstraram que os informantes residentes no Japão apresentam uma maior tendência para as trocas, ou seja, a sua condição de moradores em um país que não utiliza a língua portuguesa como língua nacional e o contato com a L2 restrito ao ambiente de estudo (ou seja, a Universidade) são aspectos favorecedores à ocorrência de troca.

4.2.4.8 IDADE DO CONTATO DO INFORMANTE COM A L2

O fator acima refere-se aos anos de contato do informante com a língua portuguesa. Inicialmente, criamos quatro grupos: até 5 anos de contato, de 5 a 10 anos de contato, de 10 a 15 anos de contato e acima de 15 anos de contato. No entanto, não houve ocorrências para o período de 5 a 10 anos, logo , a análise realizou-se com os demais períodos ou idades de contato.

Tabela 8 - Influência do Fator Idade do Contato do Informante com a L2

variável	nº ocorrências	percentual	peso relativo
5	378/669	57%	.73
7	10/853	1%	.73
8	596/2247	27%	.34

5 - até 5 anos

7 - de 10 a 15 anos

8 - acima de 15 anos

Observando os percentuais, encontramos 57% para o grupo 5 , 1% para o grupo 7 e 27% para o grupo 8. Analisando estes valores, podemos concluir que os grupos de informantes com os maiores períodos de contato com a L2 (grupos 7 e 8) apresentaram uma tendência inibidora para a troca. No entanto, o grupo cujos informantes possuem menor tempo de contato apresentou-se favorável à aplicação da troca entre //l/ e /r/.

No entanto, não podemos afirmar que quanto maior o período de contato com a L2 menor será a ocorrência de trocas, pois o índice do grupo 7 (10 a 15 anos) foi menor que o do grupo 8 (acima de 15 anos). É preciso observar também que a quantidade de ocorrências do grupo 7 foi inferior à do grupo 8, o que pode provocar uma pequena margem de desvio no percentual.

A fossilização é um aspecto que pode interferir nos resultados deste fator, pois alguns falantes da L2, durante o percurso em direção à proficiência na segunda língua, cristalizam precocemente o conhecimento adquirido . Depois do advento da fossilização, o período de contato com a L2 não irá mais interferir na aprendizagem ou reciclagem de conceitos, pois a interlíngua já terá estagnado.

A seguir, introduzimos os resultados observados na Rodada com os Fatores Lingüísticos. Estes fatores, da mesma forma que a rodada anterior, são relacionados, um a um, com a variável dependente (ocorrência de // ou /r/ nos contextos analisados), ou seja, há um cruzamento de informações. Os resultados são fornecidos pelo número de ocorrências, pela respectiva porcentagem (%) e pelo peso relativo.

4.2.4.9 CONTEXTO ANTERIOR

O primeiro fator lingüístico é o CONTEXTO ANTERIOR ao fonema // (que pode ocorrer como // ou /r/) na palavra pronunciada. Como exemplo, citamos a palavra "mala" ['mala], em que temos o fonema /a/ como contexto anterior. Se a palavra fosse "ceilão" [sej 'l ẽ[~] w], o contexto anterior seria a semivogal [j].

Os contextos selecionados estão codificados da seguinte forma:

a para /a/

e para /e/

i para /i/

o para /o/

u para /u/

t para /t/

@ para a ocorrência do fonema // em início de palavra

para fricativas

& para oclusivas

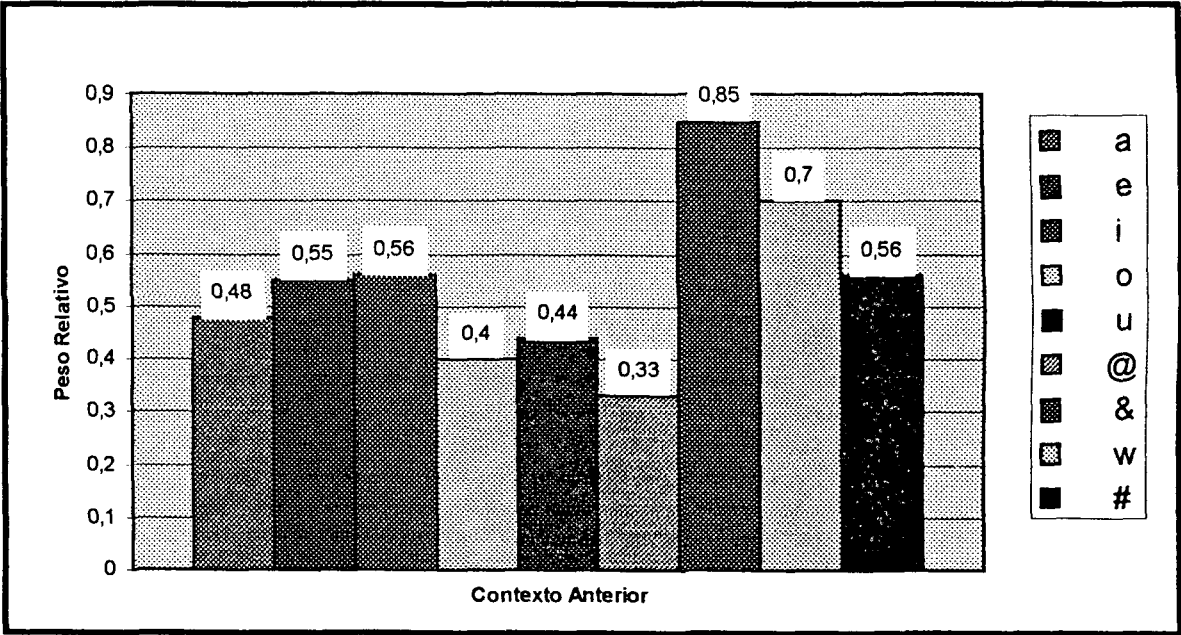
w para semivogal

l para a ocorrência de /r/

Tabela 9 - Influência do Contexto Anterior

variável	nº ocorrências	percentual	peso relativo
a	155/753	21%	.48
e	246/866	28%	.55
i	116/350	33%	.56
o	97/436	22%	.40
u	14/88	16%	.44
@	139/849	16%	.33
&	168/279	60%	.85
w	42/117	36%	.70
#	7/20	35%	.56

Gráfico 7 - Peso Relativo do Contexto Anterior



Segundo os resultados obtidos, observamos que a ocorrência anterior de um fonema oclusivo antes do fonema //, na mesma sílaba, foi preponderante para que a troca ocorresse. Nos 60% de casos em que a consoante oclusiva antecipou o //, a troca do fonema // por /r/ ocorreu. Em termos de peso relativo, o índice foi bastante significativo, correspondendo a .85.

A ocorrência de semivogal (código w) antes do fonema // apresentou o peso relativo igual a .70. Foi outro contexto favorecedor da ocorrência de troca.

Os contextos em que // foi precedido pelos fonemas vocálicos /e/ e /i/ e por fonemas fricativos também foram favorecedores da aplicação da troca, no entanto, em menor escala. Os demais contextos foram inibidores da troca.

4.2.4.10 CONTEXTO POSTERIOR

A seguir, analisamos o CONTEXTO POSTERIOR, representado pela ocorrência dos fonemas /a/, /e/, /i/, /o/ ou /u/.

Tabela 10 - Influência do Fator Contexto Posterior

variável	nº ocorrências	percentual	peso relativo
A	325/1668	19%	.41
E	293/922	32%	.58
I	187/592	32%	.60
O	126/449	28%	.49
U	53/127	42%	.66

A - a (lata)

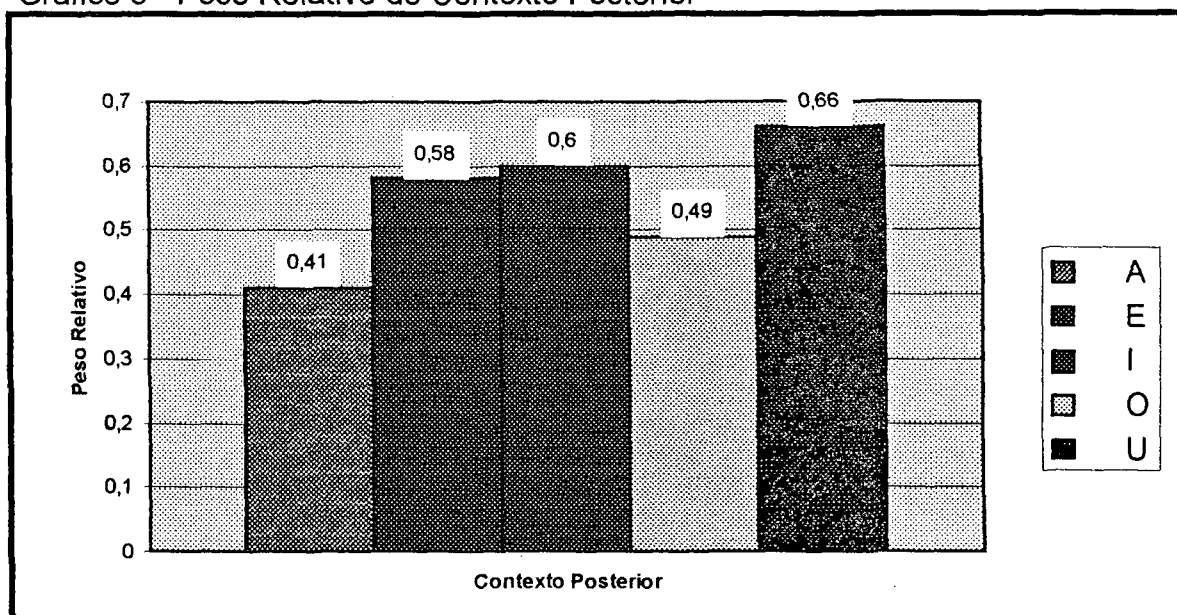
E - e (letra)

I - i (lírio)

O - o (lobo)

U - u (luva)

Gráfico 8 - Peso Relativo do Contexto Posterior



A ocorrência de /u/ posteriormente ao fonema // da palavra pronunciada favoreceu a troca (de // por /r/) como pode ser observado. Dos 127 contextos nos quais /u/ ocorreu posteriormente a //, 53 apresentaram a troca, ou seja, 42% do total. O índice do peso relativo também foi o mais alto, i.e., .66.

Os contextos posteriores /e/ e /i/ também favoreceram a troca, no entanto, em menor intensidade, perfazendo, respectivamente, os pesos relativos de .58 e .60.

4.2.4.11 TONICIDADE DA SÍLABA

Quanto ao fator TONICIDADE DA SÍLABA (sendo 2, sílaba átona e 3, sílaba tônica), os resultados demonstraram que quando o fonema // ocorre em sílaba átona, o ambiente favorece a troca de fonemas. Observe-se que nos 32% dos contextos em que // encontrou-se em sílaba átona, a troca ocorreu. Sendo que nas situações em que a sílaba era tônica, apenas 19% delas apresentou a troca.

O código 2 apresentou o peso relativo igual a .58, favorecedor da troca, enquanto que o código 3 constituiu um ambiente desfavorecedor da ocorrência de troca com o peso relativo igual a .40.

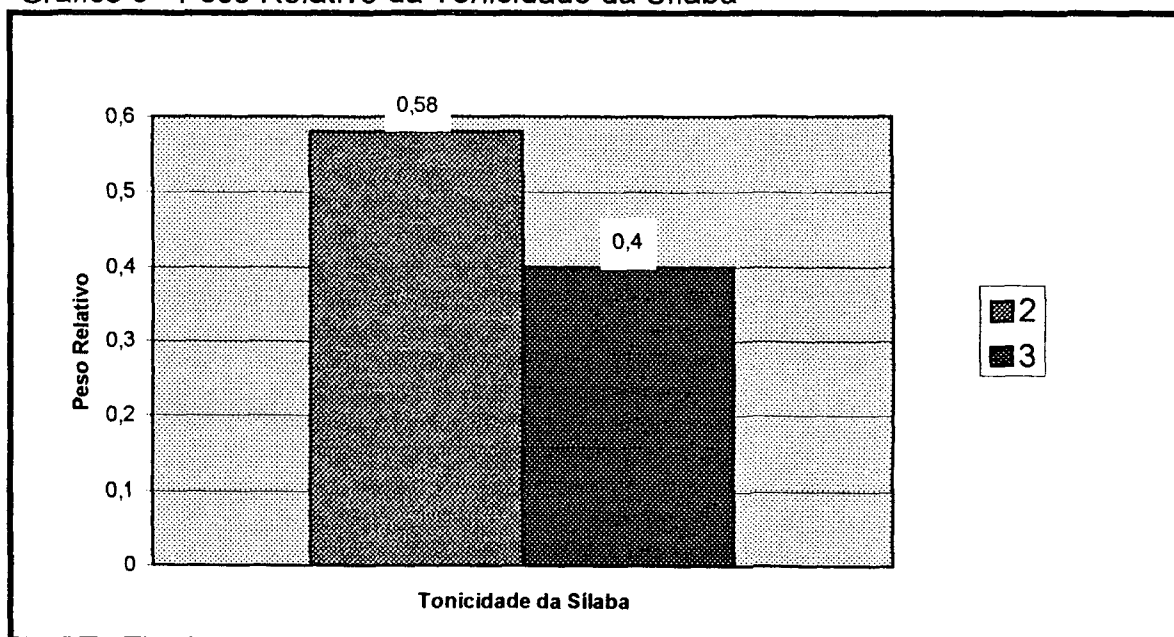
Tabela 11 - Influência do Fator Tonicidade da Sílabas

variável	nº ocorrências	percentual	peso relativo
2	665/2105	32%	.58
3	319/1653	19%	.40

2 - sílaba átona

3 - sílaba tônica

Gráfico 9 - Peso Relativo da Tonicidade da Sílabas



4.2.4.12 NASALIDADE

Com relação ao fator NASALIDADE, o programa IVARB, do pacote de programas VARBRUL, desconsiderou-o para análises futuras, caracterizando-o como uma variável estatisticamente não significativa . Ambos os itens da variável nasalidade comportaram-se de forma bastante semelhante, o que tornou seus resultados não relevantes para a análise feita pelo programa.

Tabela 12 - Influência do Fator Nasalidade

variável	nº ocorrências	percentual
-	923/3487	26%
+	61/271	23%

- significa a ausência da nasalidade

+ significa a presença da nasalidade

4.2.4.13 CONTEXTO POSTERIOR

O fator CONTEXTO POSTERIOR A // + /vogal/ considerou os seguintes itens:

* para /r/

\$ para /s/

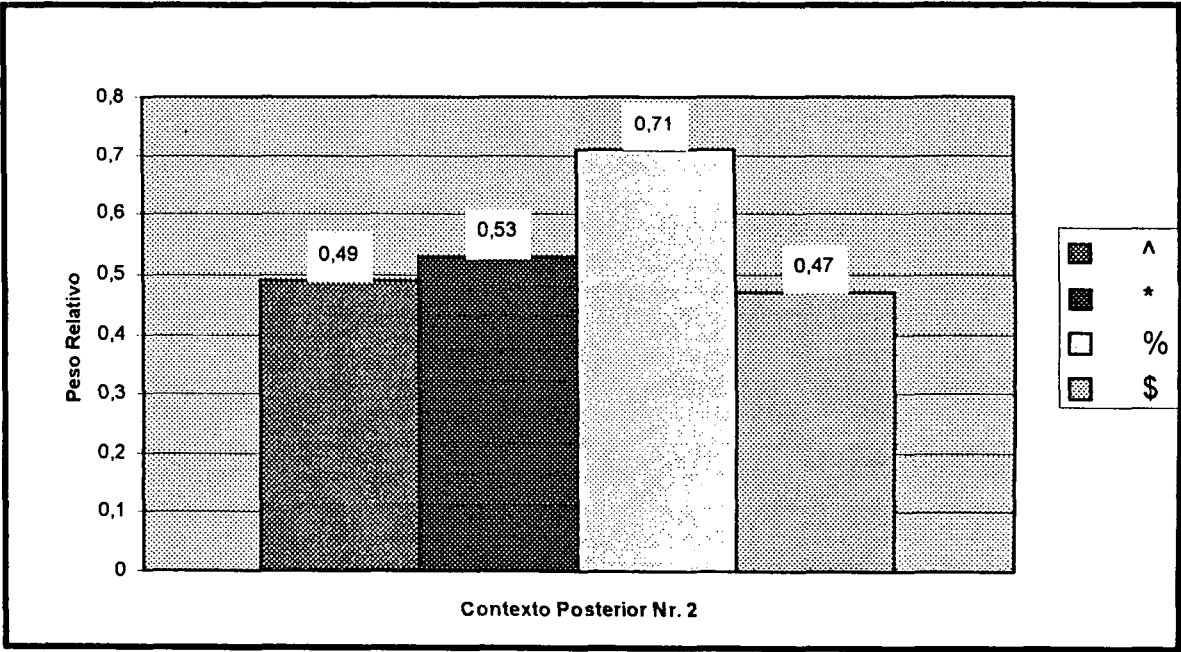
% para a ocorrência de semivogal

^ para nenhuma ocorrência.

Tabela 13 - Influência do Fator Contexto Posterior a // + /vogal/

variável	nº ocorrências	percentual	peso relativo
^	795/3038	26%	.49
*	29/244	12%	.53
%	56/166	34%	.71
\$	104/310	34%	.47

Gráfico 10 - Peso Relativo do Contexto Posterior a // + /vogal/



Sobressaiu-se, com o peso relativo igual a .71, a existência da semivogal após o contexto // + /vogal/ (exemplo: "leito" ['lejto]). Neste caso, a probabilidade de troca do fonema // pelo /r/ torna-se maior.

4.2.4.14 OCORRÊNCIA DE /l/ OU /r/ EM OUTRAS SÍLABAS DA PALAVRA

Quanto à variável OCORRÊNCIA DE // OU /r/ EM OUTRAS SÍLABAS DA PALAVRA, seus resultados foram considerados estatisticamente não significativos pelo programa Ivarb.

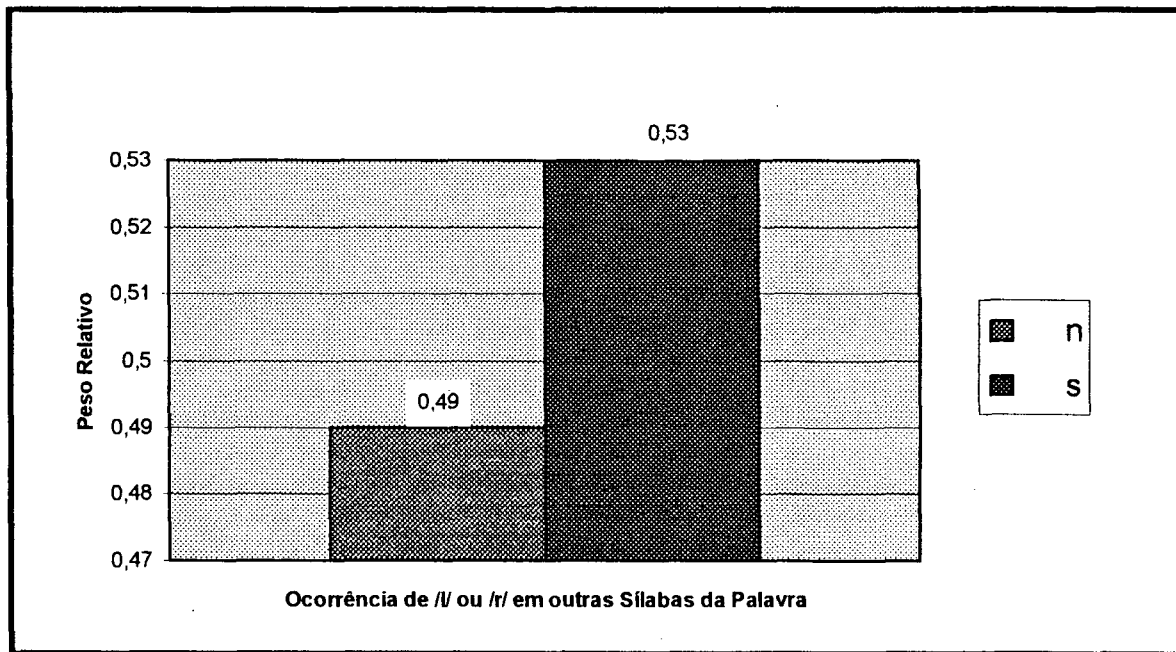
Tabela 14 - Influência do Fator Ocorrência de // ou /r/ em Outras Sílabas da Palavra

variável	nº ocorrências	percentual	peso relativo
n	756/2870	26%	.49
s	228/888	26%	.53

n - ausência

s - presença

Gráfico 11 - Peso Relativo da Ocorrência de // ou /r/ em Outras Sílabas da Palavra



O programa ignorou os resultados deste fator porque para ambos os casos, ocorrência ou não ocorrência do fonema // ou /r/ em outras sílabas da palavra, o valor do peso relativo é próximo a .50, o que significa neutralidade de influência.

4.2.5 ANÁLISE DO CORPUS DOS INFORMANTES DO JAPÃO

Os estudantes japoneses da Universidade de Sophia, em Tóquio, por fazerem parte de um ambiente com características lingüísticas e culturais diferentes dos demais informantes de nossa análise, mereceram um estudo à parte em determinados aspectos. Assim sendo, realizamos uma rodada em que consideramos os dados desses estudantes como a variável dependente. E, como variáveis independentes escolhemos os grupos de fatores lingüísticos. Os resultados desta rodada são apresentados a seguir:

4.2.5.1 CONTEXTO ANTERIOR

A primeira variável aplicada foi o CONTEXTO ANTERIOR, apresentando os códigos já utilizados na rodada anterior e listados a seguir:

a para /a/

e para /e/

i para /i/

o para /o/

u para /u/

t para /t/

@ para a ocorrência do fonema /l/ em início de palavra

para fricativas

& para oclusivas

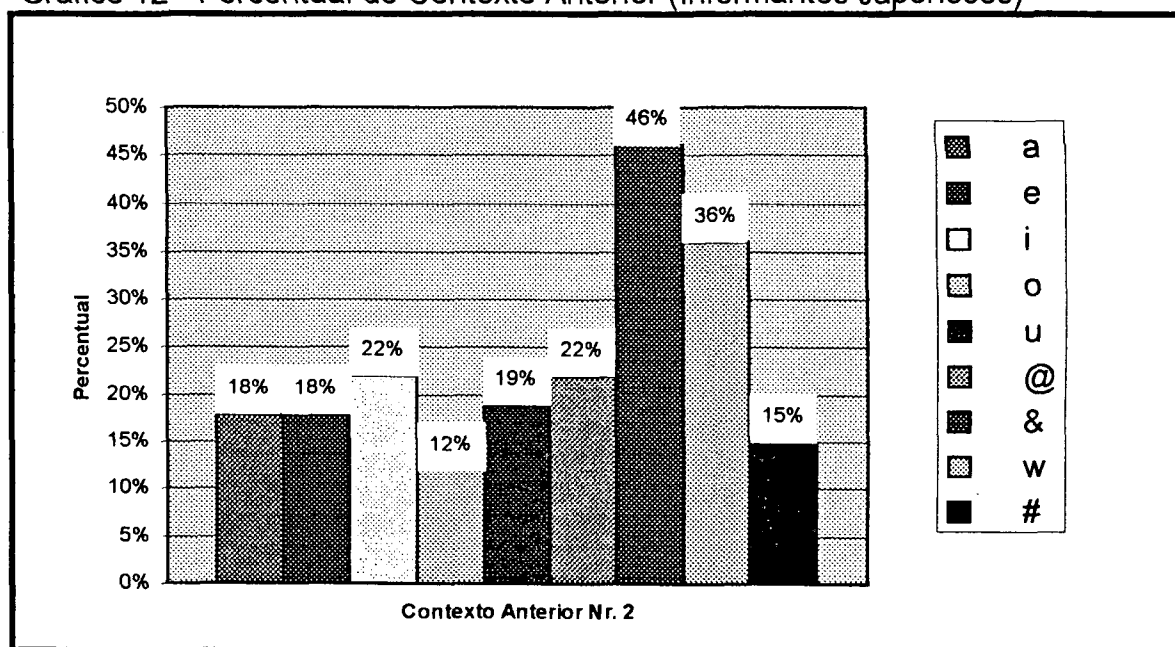
w para semivogal

l para a ocorrência de /r/

Tabela 15 - Influência do Fator Contexto Anterior (Informantes Japoneses)

variável	nº de ocorrências	percentual
a	138/753	18%
e	156/866	18%
i	78/272	22%
o	52/436	12%
u	17/88	19%
@	185/849	22%
&	127/279	46%
w	42/117	36%
#	3/20	15%

Gráfico 12 - Percentual do Contexto Anterior (Informantes Japoneses)



Observou-se que do total de ocorrências em que a consoante oclusiva esteve imediatamente antes do fonema /l/, 46% concretizou-se como troca de /r/ por /l/. Nos casos em que a semivogal ocupou este mesmo contexto anterior, a troca correspondeu a 36% do total de ocorrências. Com menor intensidade, contribuíram para a troca, igualmente com 22% , o contexto em que /l/ encontrou-se em início de palavra e também quando /i/ antecipava o fonema /l/.

4.2.5.2 CONTEXTO POSTERIOR

Com relação ao CONTEXTO POSTERIOR, o fonema /o/ propiciou a maior porcentagem de trocas.

Tabela 16 - Influência do Fator Contexto Posterior (Informantes Japoneses)

variável	nº ocorrências	percentual
A	287/1668	17%
E	227/922	25%
I	115/592	19%
O	141/449	31%
U	28/127	22%

A - a (lata)

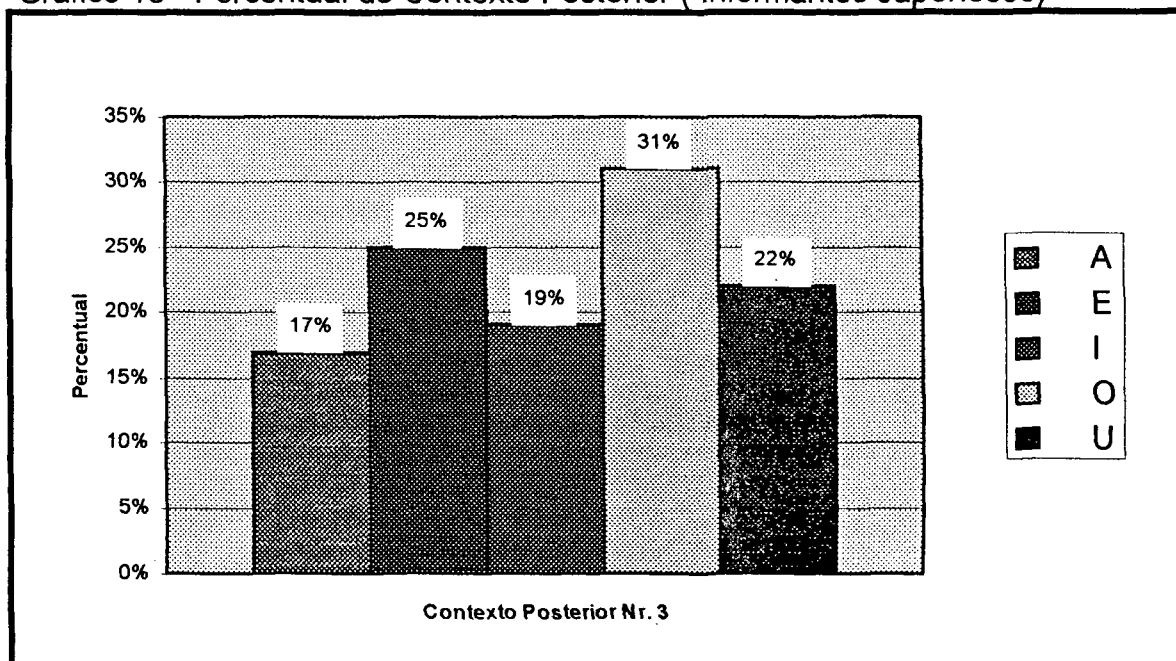
E - e (letra)

I - i (lírio)

O - o (lobo)

U - u (luva)

Gráfico 13 - Percentual do Contexto Posterior (Informantes Japoneses)



A existência de /o/ logo após // estimulou as trocas. Ela foi responsável por 31% das mesmas dentro do total de ocorrências registradas deste contexto. O fonema /e/ contribuiu com 25% e o /u/ com 22%.

4.2.5.3 TONICIDADE DA SÍLABA

O fator TONICIDADE DA SÍLABA foi considerado estatisticamente não significativo.

Tabela 17 - Influência do Fator Tonicidade da Sílabas (Informantes Japoneses)

variável	nº ocorrências	percentual
2	459/2105	22%
3	339/1653	21%

2 - sílaba átona

3 - sílaba tônica

4.2.5.4 NASALIDADE DA VOGAL SEGUINTE

O item NASALIDADE DA VOGAL SEGUINTE AO FONEMA // também foi desconsiderado pelo programa IVARB, pois seus resultados não foram significativos.

Tabela 18 - Influência do Fator Nasalidade da Vogal Seguinte (Informantes Japoneses)

variável	nº ocorrências	percentual
+	63/271	23%
-	735/3487	21%

+ significa a presença da nasalidade

- significa a ausência da nasalidade

4.2.5.5 CONTEXTO POSTERIOR

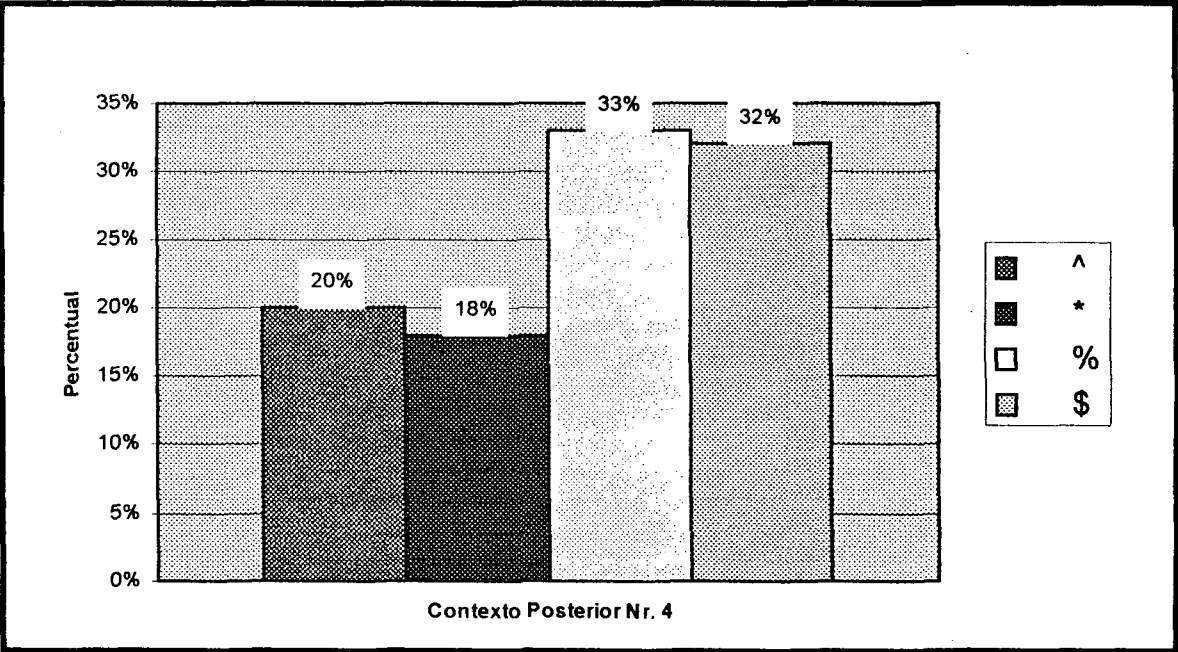
O fator CONTEXTO POSTERIOR A // + /vogal/ apresentou os seguintes números: 33% de trocas quando o contexto da sílaba foi // + /vogal/ + /semivogal/ e 32% para o contexto // + /vogal/ + /s/.

Tabela 19 - Influência do Contexto Posterior a // + /vogal/ (Informantes Japoneses)

variável	nº ocorrências	percentual
^	601/3038	20%
*	44/244	18%
%	54/166	33%
\$	99/310	32%

- * para /r/
- \$ para /s/
- % para a ocorrência de semivogal
- ^ para nenhuma ocorrência.

Gráfico 14 - Percentual do Contexto Posterior a // + /vogal/ (Informantes Japoneses)



4.2.5.6 EXISTÊNCIA DOS FONEMAS /l/ OU /r/ EM OUTRAS SÍLABAS

Quanto à EXISTÊNCIA DOS FONEMAS // ou /r/ EM OUTRAS SÍLABAS DA PALAVRA, esta variável foi também desconsiderada pelo programa IVARB por não ser estatisticamente significativa.

Tabela 20 - Influência do Fator Existência dos Fonemas // ou /r/ em Outras Sílabas da Palavra (Informantes Japoneses)

variável	nº ocorrências	percentual
n	602/2870	21%
s	196/888	22%

4.2.6 RESULTADO DOS CRUZAMENTOS DOS GRUPOS DE FATORES

Os dados coletados também foram aplicados ao programa CROSSTAB, mencionado anteriormente. Ele apresenta uma tabela cruzada de pares de fatores que especificamos previamente, fornecendo a análise dos fatores selecionados, dois a dois, a fim de reconhecer a sua influência sobre as variantes /l/ e /r/ e realizar comparações com os demais fatores.

Os cruzamentos foram realizados com dois grupos de fatores de cada vez. Nesta rodada, realizamos o cruzamento do grupo Geração com os grupos de fatores Idade, Sexo, Motivação e Idade em que ocorreu o primeiro contato com a língua portuguesa.

Sempre que nos referirmos à ocorrência de troca, isto significa que, no contexto /l + vogal/ , o informante realizou /r/ no lugar de /l/.

A respeito do percentual apresentado nas tabelas, sempre que ele for igual a 0 (zero) será necessário observar o número de ocorrências. O número zero poderá indicar a inexistência de trocas fonéticas ou a inexistência daqueles dados específicos.

Com relação ao fator Motivação, recordamos nossa classificação: **b** para motivação alta, **c** para motivação baixa e **d** para motivação desconhecida. Este fator é conceituado no item 3.5.1 que trata dos aspectos psicolinguísticos.

Esta primeira tabela apresenta o cruzamento entre os grupos de fatores Idade e Geração.

Quanto ao grupo de informantes v (41 a 70 anos), estes ficaram distribuídos entre a primeira e a segunda gerações, não havendo representantes deste grupo na terceira geração.

Tabela 21 - Cruzamento dos Fatores Idade X Geração

-	j		a		v	
	ocorrências	percentual	ocorrências	percentual	ocorrências	percentual
x	419/656	64%	0	0%	390/677	58%
y	14/1269	1%	82/203	40%	77/678	11%
z	2/286	1%	0	0%	0	0%

j - 16 a 25 anos; a - 26 a 40 anos; v - 41 a 80 anos

x - 1ª geração; y - 2ª geração; z - 3ª geração

A variação da porcentagem de trocas entre aquelas duas gerações foi grande; enquanto a primeira geração apresentou 58% de trocas do número total de ocorrências do seu grupo, a segunda geração revelou apenas 11%.

Os informantes do grupo a (26 a 40 anos) ficaram compreendidos apenas na segunda geração e perfizeram 40% de trocas no total de ocorrências.

Quanto ao grupo j (16 a 25 anos), observamos que este foi separado em dois subgrupos: os informantes brasileiros, que eram de segunda e terceira gerações, e os informantes japoneses, todos de primeira geração. Os informantes brasileiros praticamente não apresentaram trocas (1%), já os informantes japoneses, estudantes de língua portuguesa na Universidade de Sophia, apresentaram 64% de trocas do total de ocorrências.

No cruzamento entre Geração e Sexo, os resultados obtidos foram equivalentes, tanto para o sexo masculino quanto para o feminino nas respectivas gerações, logo, o fator Sexo não demonstrou-se relevante. Apenas na segunda geração, o sexo feminino apresentou um número de trocas mais significativo, sendo maior que o do masculino, 11% para as mulheres e 2% para

os homens. Acreditamos que esta diferença nos resultados deveu-se ao fato de que todos os informantes do sexo masculino, desta segunda geração, trabalhassem fora, enquanto parte das mulheres deste mesmo grupo não trabalhasse, permanecendo mais tempo no ambiente domiciliar. Normalmente, o indivíduo que utiliza com maior frequência a L2 em seu ambiente de trabalho apresenta maior motivação para o aprendizado desta língua.

Tabela 22 - Cruzamento dos Fatores Sexo X Geração

-	m		f	
	ocorrências	percentual	ocorrências	percentual
x	276/445	62%	533/888	60%
y	17/762	2%	156/1388	11%
z	2/168	1%	0/118	0%

m - masculino; f - feminino

x - 1ª geração; y - 2ª geração; z - 3ª geração

Para o terceiro cruzamento foram selecionados os grupos Geração e Motivação. Observamos que quanto maior a motivação, menor o número de trocas realizadas. É interessante notar que informantes com baixa motivação estavam presentes apenas na primeira e na segunda gerações, os informantes de terceira geração entrevistados apresentaram-se sempre altamente motivados. A primeira geração de informantes foi a que mais realizou trocas. Os mais motivados realizaram 48% de trocas, enquanto que os representantes com baixa motivação realizaram em média 87% de trocas. Com respeito à segunda geração, os índices foram 2% para os informantes com motivação alta, 68%

para aqueles com motivação baixa e 45 % para aqueles cuja motivação era desconhecida.

A porcentagem de trocas da primeira geração foi sempre bem maior que a da segunda que, por sua vez, foi maior que a da terceira geração. Observamos que quanto menor a motivação, maior foi a quantidade de trocas realizadas.

Tabela 23 - Cruzamento dos Fatores Motivação X Geração

-	b		c		d	
-	ocorrências	percentual	ocorrências	percentual	ocorrências	percentual
x	430/898	48%	131/150	87%	248/285	87%
y	39/1930	2%	102/149	68%	32/71	45%
z	2/286	1%	0	0%	0	0%

b - motivação alta; c - motivação baixa; d - motivação desconhecida

x - 1ª geração; y - 2ª geração; z - 3ª geração

Sobre o cruzamento entre os fatores Geração e Idade em que ocorreu o primeiro contato com a língua portuguesa, é possível afirmar que, na primeira geração, quanto mais tarde tenha ocorrido o primeiro contato com a segunda língua (L2), maior o número de trocas detectado.

É interessante notar que a maioria dos informantes de primeira geração teve o seu primeiro contato com a L2 após os 20 anos. Com respeito à segunda geração, a maior parte dos informantes apresentou o primeiro contato até os 19 anos e todos da terceira geração aprenderam a L2 antes dos 11 anos. As faixas etárias encontraram-se bem delimitadas com respeito à época de aprendizado.

O maior número de trocas ocorreu com os informantes de primeira geração que tiveram o primeiro contato com a língua japonesa após os 20 anos de idade, ou seja, já na fase adulta. Este grupo foi representado pelos japoneses imigrantes moradores no Brasil.

O menor número de trocas ocorreu em dois grupos: nos informantes de terceira geração que tiveram o primeiro contato com a L2 até os 11 anos (1% de trocas) e nos informantes de segunda geração que tiveram o primeiro contato com a L2 entre 12 e 19 anos de idade (3% de trocas).

Tabela 24 - Cruzamento dos Fatores Idade do Primeiro Contato c/ a L2 X Geração

-	f		g		h	
-	ocorrências	percentual	ocorrências	percentual	ocorrências	percentual
x	336/621	54%	451/684	66%	22/28	79%
y	167/1925	9%	6/225	3%	0	0%
z	2/286	1%	0	0%	0	0%

f - até 11 anos (1^o contato com a L2); g - de 12 a 19 anos; h - acima de 20 anos

x - 1^a geração; y - 2^a geração; z - 3^a geração

Em outra rodada de cruzamentos, consideramos o fator Motivação e realizamos o cruzamento de seus dados com os dados dos grupos Idade em que ocorreu o primeiro contato, Geração, Sexo e Idade do informante.

Quanto ao primeiro cruzamento, Motivação e Idade em que ocorreu o primeiro contato com a L2, notamos que os informantes que tiveram o primeiro

contato até os 11 anos apresentaram menos trocas que aqueles cujo contato ocorreu mais tarde.

A menor porcentagem de troca (10%) incidiu sobre os informantes com motivação alta e cujo primeiro contato ocorreu cedo, antes dos 11 anos de idade.

O grupo que apresentou o maior número de trocas, com 87% do total de suas ocorrências, foi o grupo de informantes com motivação baixa e o primeiro contato com a L2 entre 12 e 19 anos.

Tabela 25 - Cruzamento dos Fatores Motivação X Idade do Primeiro Contato c/ a L2

-	b		c		d	
-	ocorrências	percentual	ocorrências	percentual	ocorrências	percentual
f	243/2474	10%	102/149	68%	160/209	77%
g	206/612	34%	131/150	87%	120/147	82%
h	22/26	79%	0	0%	0	0%

b - motivação alta; c - motivação baixa; d - motivação desconhecida

f - até 11 anos (1º contato com a L2); g - de 12 a 19 anos; h - acima de 20 anos

O próximo cruzamento relacionou os fatores Motivação e Geração. A partir dos resultados, visualizamos que quanto maior a motivação, menor o número de trocas, no entanto, as diferenças nas porcentagens de troca apresentaram-se discrepantes entre a primeira e as demais gerações: primeira geração, 48%; segunda geração, 2%; e terceira geração, 1%. Aqui constatamos que, apesar da alta motivação, os informantes de primeira geração

apresentaram maior dificuldade para a utilização diferenciada dos fonemas // e /r/. As diferentes realidades sociais destas gerações, abordadas no capítulo I deste trabalho, justificam em grande parte esta dificuldade.

Como não há representantes da terceira geração com motivação baixa, consideramos os dados da primeira e da segunda geração: primeira geração com 87% e segunda geração com 68%. Observe-se que o número de trocas realizadas pelos informantes de segunda geração pouco motivados foi bastante alto, aproximando-se do da primeira geração.

Tabela 26 - Cruzamento dos Fatores Motivação X Geração

-	b		c		d	
-	ocorrências	percentual	ocorrências	percentual	ocorrências	percentual
x	430/898	48%	131/150	87%	248/285	87%
y	39/1930	2%	102/149	68%	32/71	45%
z	2/286	1%	0	0%	0	0%

b - motivação alta; c - motivação baixa; d - motivação desconhecida

x - 1ª geração; y - 2ª geração; z - 3ª geração

O cruzamento a seguir foi efetuado entre os fatores Motivação e Sexo. A incidência de trocas entre os informantes com motivação baixa e desconhecida foi bastante alta, sendo que a incidência foi maior no sexo masculino do que no feminino. Observe que, no sexo masculino, os informantes com motivação baixa realizaram 89% de trocas no total de ocorrências e o percentual foi de 93% para aqueles com motivação desconhecida. Com relação ao sexo feminino, 76% para as informantes com motivação baixa e 70% para aquelas com motivação desconhecida.

Com relação aos informantes com motivação alta, aqueles do sexo masculino apresentaram um melhor desempenho: o sexo masculino com 11% de trocas e o sexo feminino com 18 % de trocas.

Tabela 27 - Cruzamento dos Fatores Motivação X Sexo

-	m		f	
-	ocorrências	percentual	ocorrências	percentual
b	133/1199	11%	338/1915	18%
c	34/38	89%	199/261	76%
d	128/138	93%	152/218	70%

m - masculino; f - feminino

b - motivação alta; c- motivação baixa; d - motivação desconhecida

A seguir, cruzamos os fatores Geração e Escolaridade.

Tabela 28 - Cruzamento dos Fatores Geração X Escolaridade

-	x		y		z	
-	ocorrências	percentual	ocorrências	percentual	ocorrências	percentual
p	390/677	58%	55/98	56%	0	0%
q	0	0%	89/276	32%	0	0%
r	0	0%	13/985	1%	0/96	0%
s	0	0%	13/647	2%	2/190	1%
t	419/656	64%	3/144	2%	0	0%

x - 1ª geração; y - 2ª geração; z - 3ª geração

p - primário; q - ginásial; r - 2º grau; s - 3º grau; t - universitários japoneses

Todos os entrevistados da primeira geração, informantes japoneses naturalizados brasileiros, tinham escolaridade primária e apresentaram 58% de trocas no total de ocorrências. Quanto aos alunos universitários de Tóquio, estes apresentaram uma porcentagem de trocas bastante semelhante: 64%.

Apesar da grande diferença na faixa etária (os informantes japoneses naturalizados pertenciam todos à faixa de 41 a 80 anos, enquanto que os japoneses de Tóquio eram todos jovens, na faixa dos 19 aos 25 anos) , a porcentagem de trocas apresentou-se equilibrada. Enquanto o grupo jovem apresentou alta escolaridade e pouco tempo de contato com a L2, o grupo idoso caracterizou-se pelo oposto. Assim, observamos que ambos os fatores são necessários para que a conscientização sobre a diferença entre os fonemas // e /r/ da língua portuguesa ocorra.

Com relação aos informantes de segunda geração, houve representantes em todos os níveis de escolaridade. Observou-se que quanto maior o nível escolar atingido pelo entrevistado, menor o número de trocas apresentado.

Os informantes de terceira geração enquadraram-se entre os níveis de escolaridade de segundo e terceiro grau. Eles praticamente não apresentaram a troca do fonema // pelo /r/, o cruzamento apresentou apenas 1% de troca no terceiro grau.

Em uma nova rodada, os cruzamentos realizados envolveram os seguintes fatores: Escolaridade versus Idade, Sexo, Motivação e Idade em que ocorreu o contato com a L2.

Com relação ao fator Idade, no grupo v (informantes entre 41 e 80 anos), havia informantes com vários níveis de escolaridade. Os informantes com o nível primário apresentaram o maior e mais expressivo número de trocas, representado por 57%. Em contrapartida, os informantes com o segundo grau apresentaram 1%, aqueles com terceiro grau tiveram 4% e aqueles que cursaram até a oitava série perfizeram 6% de trocas.

No grupo a (informantes entre 26 e 40 anos) encontramos dois níveis de escolaridade: terceiro grau e formação até a oitava série cujas porcentagens de troca foram respectivamente 4% e 65%.

O grupo j (16 a 25 anos) praticamente não apresentou trocas entre os fonemas /l/ e /r/, a exceção encontrou-se no grupo da variável t, que compreende os alunos da universidade japonesa. Estes apresentaram um nível alto de escolaridade, no entanto, o contato com a língua portuguesa é relativamente pequeno, restringindo-se aos momentos em sala de aula. Poucos são os alunos japoneses que se motivam a estudar a L2 fora de sala.

Tabela 29 - Cruzamento dos Fatores Idade e Escolaridade

-	j		a		v	
-	ocorrências	percentual	ocorrências	percentual	ocorrências	percentual
p	0	0%	0	0%	445/775	57%
q	0	0%	79/122	65%	10/154	6%
r	11/920	1%	0	0%	2/161	1%
s	2/491	0%	3/81	4%	10/265	4%
t	422/800	53%	0	0%	0	0%

j - 16 a 25 anos; a - 26 a 40 anos; v - 41 a 80 anos

p - primário; q - ginásial; r - 2º grau; s - 3º grau; t - universitários japoneses

O cruzamento Sexo versus Escolaridade apresentou uma diferença significativa apenas nos dados dos informantes japoneses de Tóquio, isto no que diz respeito à diferença nos percentuais de troca entre o sexo masculino e o feminino. Os estudantes universitários do sexo masculino apresentaram uma

porcentagem menor de trocas do que as do sexo feminino, 39% e 65% respectivamente.

Neste cruzamento não houve informantes do sexo masculino com escolaridade ginasial, apenas as do sexo feminino que apresentaram 32% de troca.

Também pôde-se observar que a porcentagem de trocas nos dados dos informantes nipo-brasileiros aumentou em proporção inversa ao nível de escolaridade, o que já foi constatado anteriormente. Pudemos observar que quanto maior o nível de escolaridade, menor o número de trocas fonológicas.

Tabela 30 - Cruzamento dos Fatores Sexo e Escolaridade

-	m		f	
-	ocorrências	percentual	ocorrências	percentual
p	135/215	63%	310/560	55%
q	0	0%	89/276	32%
r	4/449	1%	9/632	1%
s	12/337	4%	3/500	1%
t	144/374	39%	278/426	65%

m - masculino; f - feminino

p - primário; q - ginasial; r - 2^o grau; s - 3^o grau; t - universitários japoneses

Os grupos Escolaridade e Idade em que ocorreu o contato com a L2, através dos cruzamentos, demonstrou que os informantes japoneses de Tóquio, universitários, foram os únicos que tiveram o primeiro contato com a L2 após os 20 anos (grupo h), os informantes que residem no Brasil tiveram este primeiro contato anteriormente.

Os informantes com o nível primário (até a quarta série) e que tiveram o primeiro contato com o português entre os 12 e os 19 anos apresentaram 96% de trocas no total de ocorrências.

Já os informantes com o mesmo nível primário, mas que contactaram a L2 mais cedo, ou seja, até os 11 anos, apresentaram 54% de trocas, um número bem menor se comparado ao grupo de informantes anterior.

Os índices demonstraram que quanto mais tarde o contato com a L2 ocorrer maiores serão as possibilidades de troca de fonemas apresentadas nos dados da fala.

Tabela 31 - Cruzamento dos Fatores Escolaridade X Idade do Primeiro Contato com a L2

-	f		g		h	
-	ocorrências	percentual	ocorrências	percentual	ocorrências	percentual
p	391/719	54%	54/56	96%	0	0%
q	89/276	32%	0	0%	0	0%
r	13/1081	1%	0	0%	0	0%
s	12/756	2%	3/81	4%	0	0%
t	0	0%	400/772	52%	22/28	79%

f - primeiro contato c/ L2 até 11 anos; g - de 12 a 19 anos; h - acima de 20 anos

p - primário; q - ginásial; r - 2^o grau; s - 3^o grau; t - universitários japoneses

O último cruzamento foi realizado com os fatores Motivação e Escolaridade. Observamos que, independentemente do nível de escolaridade, o informante com maior motivação sempre apresentou um percentual de trocas

bem menor que os demais informantes. A porcentagem de troca dos informantes de diferentes níveis de escolaridade variou da seguinte forma: os informantes com 2º ou 3º grau completos apresentaram os menores índices de troca, 2% e 1% respectivamente; aqueles informantes com o ginásial completo apresentaram percentuais diferentes de troca que foram influenciados pelos diversos níveis de motivação, 6% para os muito motivados, 92% para aqueles com baixa motivação e 45% para aqueles cuja motivação era desconhecida; os informantes cuja escolaridade era primária (1ª à 4ª série) apresentaram os mais altos índices de troca fonêmica, aqueles mais motivados demonstraram um percentual de 43% de troca em contraposição aos 71% daqueles pouco motivados. Os informantes cuja motivação era desconhecida surpreenderam com 93% de trocas. Foi possível observar a influência direta do fator escolaridade inclusive sobre a motivação do indivíduo pois, por mais motivado que ele estivesse, a falta de um maior período de estudo sistemático da L2 influenciou no alto índice de trocas.

Tabela 32 - Cruzamento dos Fatores Escolaridade X Motivação

-	b		c		d	
-	ocorrências	percentual	ocorrências	percentual	ocorrências	percentual
p	208/483	43%	109/154	71%	128/138	93%
q	10/154	6%	47/51	92%	32/71	45%
r	13/1081	1%	0	0%	0	0%
s	15/837	2%	0	0%	0	0%
t	225/559	40%	77/94	82%	120/147	82%

b - motivação alta; c - motivação baixa; d - motivação desconhecida

p - primário; q - ginásial; r - 2º grau; s - 3º grau; t - universitários japoneses

CAPÍTULO V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste trabalho, relatamos o nosso interesse pelo bilingüismo japonês-português devido a nossa convivência direta com descendentes da colônia japonesa e citamos algumas de nossas observações a respeito da fala destes bilíngües. Posteriormente, no capítulo IV, apresentamos as hipóteses a respeito da variável // e realizamos o levantamento dos fatores influenciadores da variável lingüística.

A análise partiu dos fatores Sexo, Idade e Escolaridade e acrescentou outros fatores sociais e lingüísticos que consideramos relevantes, sendo que todos os dados lingüísticos variáveis receberam um tratamento estatístico adequado quando processados nos programas VARBRUL.

Conforme afirmamos em nossa primeira hipótese, o falante japonês de língua portuguesa não troca o fonema // pelo /r/ apenas pela inexistência de // no quadro fonológico da sua língua materna. A análise dos dados demonstrou que há fatores socio e psicolingüísticos, além de determinados contextos lingüísticos que favorecem e outros que inibem as trocas fonêmicas.

Entre os contextos lingüísticos, pudemos observar que, com relação ao contexto anterior a //, os fonemas oclusivos (.85) e as semivogais (.70) favorecem as trocas e, inversamente, o fonema /o/ (.40) e o próprio fonema // em início de palavra, antecedido de pausa (.33), inibem as trocas. Em relação ao contexto posterior, os resultados demonstraram que o fonema /u/ (.66) favorece a troca e o fonema /a/ (.41) tende a inibi-la. Quanto à tonicidade da sílaba, quando // ocorre em sílabas átonas (.58) há um favorecimento da troca, sendo que em sílabas tônicas existe a inibição. Os resultados do fator nasalidade da vogal seguinte a // não foram significativos e o programa os desconsiderou. Sobre o contexto posterior a { l + vogal }, a presença da

semivogal (.71) demonstrou-se favorecedora da troca, enquanto os demais fatores mostraram-se neutros. O último fator lingüístico analisado, ocorrência de // ou /r/ em outras sílabas da palavra, apresentou resultados estatisticamente não significativos e foi desconsiderado pelo programa.

Os fatores socio e psicolingüísticos apresentaram resultados bastante expressivos, delimitando nitidamente os aspectos favorecedores e os inibidores. O fator idade do informante apresentou índices altos para os grupos adulto (26 a 40 anos) e idoso (41 a 80 anos), respectivamente .89 e .77 . O grupo jovem (16 a 25 anos) demonstrou ser um fator fortemente inibidor da troca com o índice .28. É interessante observar que o grupo adulto trocou mais que o grupo idoso. Acreditamos que esta diferença possa ser justificada pela extensão do vocabulário utilizado, pois o grupo adulto , conhecedor de um vocabulário mais amplo, utiliza-o com maior liberdade e sem monitoramento, o que propicia um índice de trocas superior. O grupo idoso, com um vocabulário de L2 mais restrito e com um cuidado maior para utilizá-lo, apresentou um número de trocas menor.

Com relação ao fator escolaridade, os informantes com 2^o (.30) ou 3^o (.42) graus completos apresentaram índices que demonstram a tendência à inibição da troca. Observamos que o peso relativo das trocas entre os informantes com apenas o 2^o grau completo demonstrou que estes tendem a ser mais inibidores de troca do que o grupo do 3^o grau. Acreditamos que aqueles informantes foram mais cautelosos, dedicando mais atenção à fala. Os informantes com menor escolaridade e os estudantes universitários de Tóquio apresentaram índices que demonstraram o favorecimento da troca.

A respeito do fator geração, dividido em três grupos (1^a, 2^a e 3^a gerações), ele demonstrou de forma clara a tendência da 1^a geração (.82) ser favorecedora em oposição às demais gerações nitidamente inibidoras: 2^a

geração com .30 e 3ª geração com .33. O fator sexo, também analisado, apresentou índices não significantes e foi desconsiderado pelo programa.

O fator motivação também delimitou bem os grupos inibidores e os favorecedores. Os informantes com motivação alta (.40) demonstraram-se inibidores da ocorrência de troca. Os informantes cuja motivação era baixa (.93) ou desconhecida (.80) mostraram o propenso favorecimento à troca.

Com relação ao fator idade do primeiro contato com a L2, observamos que os grupos f (até 11 anos) e g (entre 12 e 19 anos) demonstraram-se neutros, respectivamente .51 e .46. O grupo h (acima de 20 anos) foi o que se apresentou favorecedor da ocorrência de trocas fonêmicas, com .75. Existe a tendência de se afirmar que quanto mais tarde iniciamos a aprendizagem de L2 maiores serão as dificuldades sentidas. Em nosso trabalho podemos observar que a tendência à fossilização de alguns aspectos de L2 é maior em grupos como o h (primeiro contato com a L2 acima de 20 anos).

O fator local de moradia do informante, se no Brasil ou no Japão, demonstrou que aqueles informantes que residem no Japão e lá aprendem a língua portuguesa como L2 apresentam um maior índice de trocas (.66), pois o português não é a língua nacional de seu país e o uso de L2 torna-se restrito aos ambientes de sala de aula e laboratório de línguas.

O fator tempo de contato com a L2 demonstrou que a maior quantidade de anos de uso inibe a ocorrência de trocas. Já o menor tempo de contato influencia de forma contrária, favorecendo as trocas fonêmicas.

Acreditamos que este trabalho representa uma contribuição para professores e alunos tanto de língua japonesa para brasileiros quanto de língua portuguesa para japoneses. Os estudos em ambas as áreas encontram-se em franco crescimento. Observamos que a procura pelo estudo de língua japonesa tem aumentado tanto por parte dos descendentes quanto por parte dos não

descendentes de japoneses e nosso trabalho visa a oferecer uma contribuição prática nesta área do ensino.

Os convênios entre faculdades e cidades japonesas e brasileiras demonstram o interesse para que os intercâmbios de informações e os laços de amizade se estendam. Entre eles podemos citar os convênios entre a Universidade Federal do Paraná (UFPr) e a Universidade Católica de Sophia (em Tóquio); a cidade de Hemiji (próximo a Kyoto) e a cidade de Curitiba, hoje cidades irmãs e a cidade de Hemiji e a UFPr.

Estamos conscientes de que várias pesquisas nesta área do ensino-aprendizagem têm sido realizadas devido à grande demanda dos estudos realizados e acreditamos que este trabalho fornece subsídios importantes para cooperar com os estudos que estão sendo desenvolvidos.

ANEXO 1

A Escrita da Língua Japonesa

Ao abordarmos a escrita japonesa, objetivamos apresentar, de forma clara e sucinta, os aspectos que normalmente são questionados por despertarem interesse das pessoas desconhecedoras da língua japonesa. Evidentemente, a escrita não se demonstra relevante para o nosso trabalho, no entanto, a partir de uma visão holística da língua japonesa como L1, poderemos compreender os contrastes existentes entre a língua materna (a língua japonesa) e a L2 (a língua portuguesa) de nossos informantes. Assim, passamos a retratar algumas características da ortografia japonesa.

A maneira tradicional de escrever os caracteres japoneses é no sentido vertical da linha de uma folha pautada, de cima para baixo e da direita para a esquerda.

Atualmente, tanto a escrita vertical quanto a horizontal (aquela utilizada na língua portuguesa, por exemplo) são praticadas na língua japonesa. Os jornais japoneses até hoje conservam a escrita vertical, no entanto, observamos que os textos acadêmicos e os livros editados recentemente já apresentam a escrita horizontal. Os microcomputadores e máquinas de datilografia, cujo teclado é adaptado ao alfabeto japonês, também seguem a escrita horizontal.

Aprender a escrever em língua japonesa envolve um esforço considerável, e as crianças japonesas, durante o período de nove anos de escolarização obrigatória, aprendem as quatro formas de escrita que são utilizadas no Japão.

SHIBATANI (1989:859) explica que, gradualmente, os ideogramas sino-japoneses (aqueles provenientes dos empréstimos lingüísticos da China a partir

do século V) tornaram-se parte integrante da língua japonesa, ou seja, os falantes assimilaram esses caracteres tão bem que aprenderam a utilizá-los como ideogramas nativos de sua ortografia.

SHIBATANI (idem) exemplifica os tipos de escrita através da palavra japonesa [ja ma] "montanha", como já foi citado anteriormente.

Esta prática de leitura dos caracteres chineses, tanto da forma chinesa quanto da forma japonesa, persiste até hoje.

Vimos anteriormente que grande parte dos ideogramas existentes na língua japonesa foram importados, ou seja, emprestados do sistema da língua chinesa.

Os japoneses aprenderam a utilizar os *kanji* como parte integrante de sua escrita, de tal forma que os aperfeiçoaram criando uma leitura japonesa auxiliar.

Assim, comenta SHIBATANI (1989:857), a palavra japonesa [jama] "montanha" poderia ser escrita utilizando-se um caracter pronunciado como [ja] ("noite") e outro com o som [ma] (麻 "cânhamo", planta), como em 夜麻.

Desta forma, o que se entende por montanha poderia ser escrito de duas formas: a primeira utilizaria o ideograma chinês 山 [ja ma] (que é o ideograma utilizado na China, lido como [san] e com o significado de "montanha"), como exemplificado anteriormente; e a segunda forma seria escolher ideogramas chineses cujas leituras seriam [ja] e [ma], como 夜麻.

Esta segunda forma de escrita, confirma SHIBATANI (idem), deu origem ao dois silabários japoneses de escrita, conhecidos como *kana*. Estes silabários desenvolveram-se a partir da simplificação de alguns ideogramas chineses e foram considerados representações "temporárias ou mnemônicas", nas palavras de SHIBATANI (1989:857). Assim, a escrita representada pelas sílabas japonesas era denominada *karina* "letras temporárias" (atualmente denominada

kana), enquanto que a escrita contendo ideogramas chineses era denominada *mana* "letras verdadeiras".

VANCE (1987:2) explica que como o sistema de escrita chinês utiliza um caractere para cada sílaba, a criação do *kana* permitiu que qualquer palavra japonesa pudesse ser soletrada sílaba por sílaba. Na atualidade, o *kana* assumiu o papel de ideogramas chineses simplificados, sendo que há duas variedades de *kana*: o *hiragana* e o *katakana*. Cada uma delas apresenta o mesmo número de letras cujos sons são correspondentes.

Abaixo, apresentamos uma tabela contendo o silabário da língua japonesa. O levantamento destes sons baseou-se nos dados de Hideichi ONO (1973:7):

Obs.: Nesta tabela, os sons acompanham a representação gráfica de seus respectivos ideogramas (letras japonesas) em *hiragana* e *katakana*.

<i>Hiragana</i>										
A	KA	SA	TA	NA	HA	MA	YA	RA	WA	
あ	か	さ	た	な	は	ま	や	ら	わ	
I	KI	SI	TI	NI	HI	MI		RI		
い	き	し	ち	に	ひ	み		り		
U	KU	SU	TU	NU	HU	MU	YU	RU		
う	く	す	つ	ぬ	ふ	む	ゆ	る		
E	KE	SE	TE	NE	HE	ME		RE		
え	け	せ	て	ね	へ	め		れ		
O	KO	SO	TO	NO	HO	MO	YO	RO	WO	N
お	こ	そ	と	の	ほ	も	よ	ろ	を	ん
<i>Katakana</i>										
A	KA	SA	TA	NA	HA	MA	YA	RA	WA	
ア	カ	サ	タ	ナ	ハ	マ	ヤ	ラ	ワ	
I	KI	SI	TI	NI	HI	MI		RI		
イ	キ	シ	チ	ニ	ヒ	ミ		リ		
U	KU	SU	TU	NU	HU	MU	YU	RU		
ウ	ク	ス	ツ	ヌ	フ	ム	ユ	ル		
E	KE	SE	TE	NE	HE	ME		RE		
エ	ケ	セ	テ	ネ	ヘ	メ		レ		
O	KO	SO	TO	NO	HO	MO	YO	RO	WO	N
オ	コ	ソ	ト	ノ	ホ	モ	ヨ	ロ	ヲ	ン

Segundo SHIBATANI (1989), o silabário denominado *katakana* foi inicialmente utilizado em combinação com ideogramas sino-japoneses (os *kanji*), enquanto que o *hiragana* era usado principalmente por mulheres e não se misturava com os *kanji*.

Atualmente, os ideogramas sino-japoneses são empregados na representação do conteúdo das palavras e o silabário *hiragana* é utilizado na representação de palavras com função gramatical de sufixo ou posposição (pois em japonês não há preposições; as posposições é que assumem grande parte do papel de algumas preposições da língua portuguesa (ver SAITO, 1987:65). O *katakana* é utilizado para escrever palavras estrangeiras provindas de empréstimos lingüísticos, telegramas e certas expressões onomatopéicas.

SHIBATANI (1989) ainda faz um comentário sobre o quarto sistema de escrita utilizado no Japão, o *romaji*, ou seja, a escrita ocidental românica empregada na transcrição das letras japonesas. O *romaji* é usado principalmente na escrita de nomes de bairros e de estações de trem e de ônibus a fim de auxiliar a leitura dos estrangeiros que se encontrem no Japão, na assinatura de documentos escritos em línguas ocidentais e na escrita de siglas internacionais.

As quatro formas de escrita da língua japonesa podem ser encontradas em uma única frase, exemplifica SHIBATANI (1989), o que é bastante comum nesta língua :

Hanako é uma O.L. (office lady) que trabalha naquele prédio.

Hanako	wa	a no	bi ru	de	hatara	i te i ru	ooeru	de su.
nome fem.	tópico	aquele	prédio	em	trabalh	a	O.L.	é
花子	は	あの	ビル	で	働	いてる	O.L.	です。

Kanji: 花子, 働

katakana: ビル

Romaji: O.L

Hiragana: As demais letras

À respeito da utilização diferenciada que se faz das formas de escrita da língua japonesa, VANCE (1987:3) comenta: " Na ortografia japonesa moderna, estes sufixos e partículas são transcritos em hiragana, enquanto os radicais dos nomes, verbos, e adjetivos são geralmente escritos em kanji."

Como exemplo, VANCE (1987) cita o verbo no imperativo *nobore* "subir, escalar", que é escrito através de um *kanji* para representar o radical do verbo *nobo*, e uma letra *hiragana* para representar o sufixo *re*. O passado polido deste mesmo verbo é *noborimashita*, que é escrito pelo mesmo *kanji* seguido por quatro sílabas, ou seja, quatro letras de *hiragana*: *ni-ma-shi-ta*.

VANCE (idem) acrescenta que os morfemas nativos e sino-japoneses para os quais o *kanji* não é comumente usado são escritos em *hiragana*. E os livros educativos para crianças normalmente utilizam o *hiragana* para escreverem os morfemas japoneses, isto porque estes pequenos leitores provavelmente ainda não conhecem os *kanji*.

Os empréstimos lingüísticos recentes são normalmente escritos em *katakana*. Vance cita o exemplo das palavras *tabako* "tabaco" e *kappa* "capa de chuva" adquiridas no século XVI como empréstimo da língua portuguesa. A maioria dos empréstimos deste século ocorridos no Japão são originários do inglês, com a presença também de alguns empréstimos europeus.

SHIBATANI (1989) apresenta a sua classificação do léxico japonês. Segundo esta, o léxico é dividido em três estratos: o termo *wago* "Japanese words" refere-se ao vocabulário nativo, o *kango* "Chinese words" é representado pelos empréstimos lingüísticos da China, e o termo *gairaigo* "foreign words" refere-se ao empréstimo de palavras provindas de línguas européias. Esta classificação assemelha-se muito àquela de MILLER (1967) apresentada anteriormente.

SHIBATANI (1989:861) comenta que a respeito da fácil aceitação dos empréstimos lingüísticos pela língua japonesa "... as principais razões lingüísticas têm a ver com a lacuna das inflexões nominais e a presença do sistema de escrita silábico.". Como a língua japonesa não marca gênero, número ou pessoa nos nomes, uma palavra estrangeira pode ser simplesmente inserida no lugar de uma palavra japonesa, com a mesma função, sem a necessidade de ajustes morfológicos.

O interessante, com relação a esses empréstimos lingüísticos, é que , devido ao sistema de escrita silábico do japonês, as palavras estrangeiras emprestadas apresentam uma leitura um tanto quanto diferente da original. Em alguns casos, o falante nativo da palavra emprestada não consegue reconhecê-la quando esta é pronunciada por um falante japonês.

É o caso de palavras inglesas como *building* "prédio" que torna-se [bir^u 'di ŋg^u] , *computer* "computador" cuja pronúncia japonesa será [koⁿ 'pjuta] , e *strike* "strike" que será pronunciado [s^u to'raj^u].

Segundo SHIBATANI (1989:860), a quantidade de empréstimos lingüísticos tem aumentado significativamente. É importante citar que as palavras emprestadas e adaptadas ao vocabulário japonês têm seus equivalentes nesta língua, no entanto, elas são assimiladas e assumem novos nuances de significado e diferentes valores estilísticos. Isto propicia o enriquecimento do vocabulário japonês e aumenta o leque de expressões da língua.

É importante observar também que a escrita da língua japonesa recebe um tratamento especial por parte do povo nipônico pois faz parte da tradição e dos valores cultuados há séculos.

A arte da caligrafia e a poesia japonesas são exemplos desta valorização especial da escrita. A caligrafia japonesa, denominada *Shô*, é uma das artes típicas do oriente. Nela, busca-se a beleza através da forma e da posição dos caracteres desenhados, da graduação da tinta e da força das pinceladas. A arte do verdadeiro calígrafo é considerada uma obra-prima, a qual é admirada e valorizada pelos japoneses, principalmente por aqueles pertencentes às mais altas hierarquias.

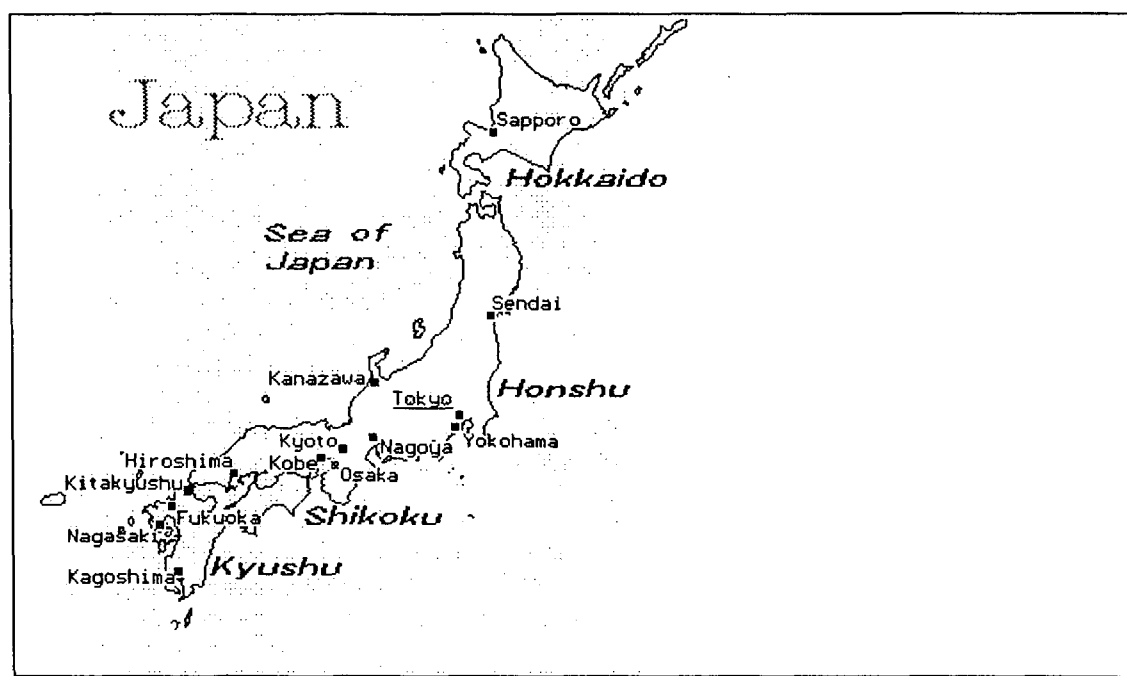
A poesia é outra arte também muito valorizada pelo povo japonês. A primeira antologia poética japonesa, denominada *Manyôsyû*, originou-se no século VIII. Atualmente, o *tanka* e o *haiku* são dois tipos de poemas japoneses muito praticados e apreciados através dos séculos. Ambos são poemas curtos e se diferenciam pelo número de sílabas que apresentam. O primeiro, o *tanka*, é constituído de versos contendo cinco, sete, cinco, sete e sete sílabas. O *haiku* é mais curto, apresentando versos de cinco, sete e cinco sílabas.

A beleza destes poemas encontra-se na tentativa do poeta de expressar suas emoções mais profundas através da descrição da natureza em linguagem simples e bela.

Observamos que toda esta valorização artística da escrita japonesa, através dos vários séculos de conservação da cultura, ocasionou uma supervalorização da estrutura silábica japonesa e também a criação de um vínculo forte entre a escrita do ideograma e o seu significado intrínseco. Estes aspectos influenciaram vários estudos lingüísticos japoneses, nos quais pôde-se perceber a importância atribuída à escrita e ao som dos ideogramas japoneses. Alguns destes aspectos foram abordados neste trabalho.

ANEXO 2

Mapa do Japão



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ABAURRE, M. B. M. & WETZELS, W. L. Sobre a Estrutura da Gramática Fonológica. Cadernos de Estudos Lingüísticos. nº 23: 5-18. Campinas, 1992.
2. ANDRADE, J.C. de. A Colônia Esperança - O Japonês na Frente Pioneira Norte Paranaense. Curitiba, 1975. Dissertação de Mestrado em História Demográfica. Universidade Federal do Paraná.
3. ALMEIDA FILHO, J.C. P. de. Português para Estrangeiros - Interface com o Espanhol. Campinas, Pontes, 1995.
4. BELL, R. T. Sociolinguistics. Goals, Approaches and Problems. London, B.T. Batsford , LTD, 1978.
5. BIALYSTOK, E. Strategies in Interlanguage Learning and Performance. In: DAVIES, A. et alii. Interlanguage. Edinburgh, Edinburgh University Press, 1984.
6. BORUSZENKO, O. e KUBO, E.M. Anais do Colóquio de Estudos Regionais. Comemorativo do Centenário de Romário Martins. Boletim nº 21, 1974.
7. BROSELOW, Ellen. An Investigation of Transfer in Second Language Phonology. In: Revista IRAL, Vol. XXII/4, Novembro, 1984.
8. BROWN, H. Affective factors in second language learning. In: ALATIS, J. et alii. (eds). The Second Language Classroom: Directions for the 1980's. New York, Oxford University Press, 1981.
9. BUSNARDO, J. e EL-DASH, L. G. A Lingüística Aplicada e a Psicologia Social da Linguagem: Caminhos Inter-disciplinares. Trabalhos em Lingüística Aplicada nº 20: 25-36. Unicamp. Jul/Dez 1992
10. CABRAL, L. S. Introdução à Lingüística. 4ª ed. Porto Alegre, Globo, 1979.
11. CAGLIARI, L. C. Prosódia: Algumas Funções dos Supra-segmentos. Cadernos de Estudos Lingüísticos. nº 23: 137-151. Campinas, 1992.
12. CALLOU, D. e LEITE, Y. Iniciação à Fonética e à Fonologia. R.J. Jorge Zahar Editor. 1990.
13. CLEMENTS, G. N. "The Geometry of Phonological Features". Phonology Yearbook. no 2: 225-252. 1985.
14. CORDER, S. *The Significance of Learners' Errors*. In: International Review of Applied Linguistics V: 161-169.

15. COSTA, Iara B. O Verbo na Fala de Camponeses (Um Estudo de Variação). Campinas, 1990. Tese de Doutorado em Linguística. Universidade Estadual de Campinas.
16. DAVIES, Alan et alii. Interlanguage. Edinburgh, Edinburgh University Press, 1984.
17. DOI, E.T. A Interferência Fonológica no Português Falado pelos Japoneses na Região de Campinas (S.P.). Campinas, 1983. Dissertação de Mestrado. Unicamp.
18. DOI, E.T. Algumas Considerações sobre a Interferência Fonológica (Nível Segmental) no Português Falado pelos Japoneses na Região de Campinas. In: REVISTA do Centro de Estudos Japoneses da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1984. Vol.4: 5-15.
19. DULAY, H.; BURT, M. e KRASHEN, S. Language Two. New York, Oxford University Press, 1982.
20. ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo, Perspectiva, 1977.
21. ELLIS, Rod. Understanding Second Language Acquisition. Oxford University Press, 1986.
22. FAERCH, C. Strategies in Production and Reception. In: DAVIES, A. et alii. Howatt Edinburgh University Press, 1984.
23. FELIX, S. W. (ed). Second Language Development. Trends and Issues. Gunter Narr Verlag Jübingen, 1980.
24. FLEGE, James Emil. Phonetic Interference in Second Language Acquisition. Bloomington, 1979. PH.D. Indiana University.
25. FUKASAWA, L. M. O Ensino da Língua Japonesa para Estudantes Brasileiros de Nível Superior. In: Revista de Estudos de Japoneses. Vol.4: 49-60. S.P. Centro de Estudos Japoneses da USP., 1984.
26. GARDNER, R.C.. Social Psychology and Second Language Learning. London, Edward Arnold, 1985.
27. GARMADI, Juliette. Introdução à Sociolinguística. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1983.
28. GASS, S.M. e SELINKER, L. Language Transfer in Language Learning. London, Newbury House Publishers, 1983.
29. HATTORI, S. Gengogaku no Hoho (Métodos Lingüísticos). Tóquio, Iwanami, 1976.

30. HO, D. Y. F. Two Contrasting Positions on Second Language Acquisition: a Proposed Solution. Revista IRAL, Vol.XXIV/ 1, February. 1986.
31. JAKOBSON, R. Fonema e Fonologia. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1972.
32. KINDAICHI, H. Onsetsu, Mora Oyobi Haku. Toquio, Tokyodo, 1967.
33. KRASHEN, Stephan D. e SCARCELLA, Robin S. Child - Adult Differences in Second Language Acquisition. Massachusetts, Newbury House Publishers, 1982.
34. LABOV, W. Sociolinguistics Patterns. Oxford, Backwell, 1972.
35. LADEFOGED, A Course in Phonetics. New York, Harcourt Brace Jovanovich, 1982.
36. LADO, R. Introdução à Lingüística Aplicada. Petrópolis, Editora Vozes, 1971.
37. LAMBERT, W. E. ,GARDNER, R. C., et alii. A Study of the Roles of Attitudes and Motivation in Second Language Learning. In: FISHMAN, J. A. (ed). Readings in the Sociology of Language. 3ª ed. Mouton, Yeshiva University, 1972.
38. LEONTIEV, A. A. Psychology and the Language Learning Process. Institute of English. Oxford, Pergamon Press, 1981: 10-17.
39. LIM, E. S. Aquisição da Preposição "de" por um Falante de Língua Posposicional. Campinas, 1991. Dissertação de Mestrado. Unicamp.
40. LIVINGSTON, Jon et alii. Imperial Japan 1800-1945. New York, Pantheon Books, 1973.
41. LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. Sintaxe Gerativa do Português. Belo Horizonte, Editora Vigília, 1986.
42. LOBO, Felix. The Perceptual Acquisition of English Phonology by Japanese Students. Tóquio, Universidade de Sophia. s.n.t.
43. LOCKE, J. L. Phonological Acquisition and Change. London, Academic Press. s.n.t.
44. MALMBERG, B. La Fonética. Buenos Aires, Editorial Universitária de Buenos Aires, 1964.
45. MATTOSO CAMARA JR., J. Estrutura da Língua Portuguesa. 23ª ed. Petrópolis, Editora Vozes, 1970.
46. MC LAUGHLIN, Barry. Theories of Second Language Learning. Edward Arnold Publishers, 1987.

47. MERCER, J. L. V. Variação Lingüística. Notas de aula da disciplina ofertada pelo Mestrado em Lingüística da Língua Portuguesa da U.F.Pr., Cta, 1991.
48. MILLER, R.A. The Japanese Language. Chicago, University of Chicago Press, 1967.
49. MOLLICA, M.C. (org.) Introdução à Sociolingüística Variacionista. Rio de Janeiro, U.F.R.J., 1992.
50. NARO, A.J. Idade. In: MOLLICA, M. C. Introdução à Sociolingüística Variacionista. R.J. , U.F.R.J., 1992.
51. NEWMeyer, F. J. El Primer Cuarto de Siglo de la Gramática Gerativo Transformatoria(1955-1980). Madrid, Alianza Editorial, 1982.
52. NIHONGO: A PRONÚNCIA DA LÍNGUA JAPONESA. The Japan Foundation. s.n.t.
53. NOGUEIRA, A. R. Imigração Japonesa na História Contemporânea do Brasil. Centro de Estudos Nipo-brasileiros. São Paulo, Ed. Massao Ohno, 1983.
54. ODLIN, T. Language Transfer: Cross-linguistic Influence in Language Learning. Cambridge, Cambridge University Press, 1989.
55. OGUIDO, Homero. A saga dos japoneses no Paraná. Curitiba, Gráfica Ipê, 1988.
56. OLIVEIRA, M. A. de. Variável Lingüística: Conceituação, Problemas de Descrição Gramatical e Implicações para a Construção de uma Teoria Gramatical. Revista DELTA. Vol. 3, nº 1: 19-34. 1987
57. ONO, Hideichi. Japanese Grammar. Tokyo, Hokuseido Press, 1973.
58. OTAKE, W. Dicionário de Línguas: Japonês - Português. Tóquio, 1926.
59. PAIVA, M.C. Sexo. In: MOLLICA, M.C. Introdução à Sociolingüística Variacionista. R.J., U.F.R.J., 1992.
60. PANKE, Noemia H. O Papel da Rede de Comunicação na Manutenção do Bilingüismo Português-Alemão em Dez de Maio, Toledo - Paraná. Dissertação de Mestrado. Curitiba .U.F.Pr. ,1993.
61. PEREIRA, Edna. Um Estudo Sociolingüístico na Colônia Esperança. Dissertação de Mestrado. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina, 1976.
62. REVES, T. Diferenças Individuais no Aprendizado da Língua. Revista IEL. Vol. 10: pp.37-54. 1987.
63. SAITO, H. (org.) A Presença Japonesa no Brasil. São Paulo, EDUSP, 1980.

64. SAITO, H. O Japonês no Brasil. Estudo de Mobilidade e Fixação. Escola de Sociologia e Política. São Paulo, 1961.
65. SAITO, Miyoko. A Contrastive Study of Japanese and Portuguese. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1987.
66. SAKANE, S. e HINATA, N. Dicionário Português - Japonês Romanizado. Tóquio, Ed. Casa Ono, 1986.
67. SCHACHTER, J. A New Account of Language Transfer. In: KRASHEN, S. e SCARCELLA, R. Issues in Second Language Research. s.n.t.
68. SCHERRE, Maria M. P. Introdução ao Pacote Varbrul Para Microcomputadores. Universidade Federal do Rio de Janeiro, R. J., 1992.
69. SELINKER, L e LAMENDELLA, J. Two perspectives on fossilization in interlanguage learning. Interlanguage Studies Bulletin 3: 143-91, 1978.
70. SEZAKI, N.H. Um Estudo Fonético dos Problemas de Pronúncia dos Imigrantes Japoneses de Tóquio em Mogi das Cruzes. Dissertação de Mestrado. Universidade de Mogi das Cruzes. Mogi das Cruzes, 1980.
71. SHIBATANI, M. Japanese. In: COMRIE, B. The World's Major Languages. London, Routledge, 1989: 855-880.
72. SMITH, M. S. Strategies, Language Transfer and the Simulation of the Second Language Learner's Mental Operations. In: A Journal of Applied Linguistics. Vol. 29, nº 2, Michigan, University of Michigan, 1977.
73. SOUZA, C.N.R. Fatores Fonológicos. In: MOLLICA, M.C. Introdução à Sociolinguística Variacionista. R.J., U.F.R.J., 1992.
74. SUZUKI, M.E. O Japonês em Situação de Pseudo-imersão: o Uso dos Pronomes Pessoais. Dissertação de Mestrado. Unicamp. Campinas, 1990.
75. SUZUKI, T. De *Renga* a *Haikai*. In: Revista Estudos Japoneses. S.P. Centro de Estudos Japoneses da USP., 1979.
76. TARALLO, Fernando. A Pesquisa Sociolinguística. Série Princípios. São Paulo, Ática, 1994.
77. TARALLO, F. Tempos Linguísticos. SP, Editora Ática, 1990.
78. TARALLO, F. & MYHILL, J. *Interference and Natural Language Processing in Second Language Acquisition*. In: A Journal of Applied Linguistics. Vol.33, Michigan, University of Michigan, 1983.

79. TSUKAMOTO, T. "Sociologia do Imigrante - Algumas Considerações sobre o Processo Migratório". In: SAITO, H. e MAEYAMA, T. (orgs). Assimilação e Integração dos Japoneses no Brasil. São Paulo, Vozes/Edusp, 1973.
80. VANCE, T.J. An Introduction to Japanese Phonology. New York, State University of New York Press, 1987.
81. VOTRE, S. Escolaridade. In: MOLLICA, M.C. Introdução à Sociolinguística Variacionista. R.J. , U.F.R.J., 1992.
82. VERMES, G. e BOUTET, J. Multilingüismo. Campinas, Editora da Unicamp, 1989.
83. WEINREICH, U. Languages in Contact. Findings and Problems. London, Mouton, 1966.
84. WODE, H. Phonology in Second Language Acquisition. In: FELIX, S. W. (ed.) Second Language Development. Trends and Issues. Gunter Narr Verlag Tübingen, 1980.